



Sinais

Revista de
Ciências Sociais

Universidade Federal do Espírito Santo



Sinais 20 Jul-Dez 2016

ISSN: 1981-3988

Equipe Editorial

Editores

Prof. Dr. Marcelo Fetz, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

Profª Drª Márcia Barros Ferreira Rodrigues,
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
Brasil

Editores Associados

Michelli de Souza Possmozer, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Clarkson Machado Diniz, Instituto Federal do Espírito Santo, Brasil

Conselho Editorial

1. Prof. Dr. Estevão Bosco, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
2. Profª. Dr. Luciléia Colombo, Unesp - Araraquara, Brasil
3. Prof. Dr. Marko Monteiro, Departamento de Política Científica e Tecnológica/ UNICAMP, Brasil
4. Profª. Dr. Gabriela Marques Di Giulio, Universidade de São Paulo, Brasil
5. Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves, Universidade de Brasília, Brasil
6. Prof. Dr. Fabricio Deffacchi, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil
7. Profª. Dr. Nina Rosas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
8. Prof. Dr. Tiaqo Jacaúna, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
9. Profª. Dr. Daniela Alves Alves, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
10. Mr. Erlend Hermansen, Cicero - Senter for klimaforskning, Noruega

Comissão Editorial

Maro Lara Martins, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Igor Suzano Machado, Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Departamento de Ciências Sociais
Núcleo de Estudos Indiciários (NEI)

SUMÁRIO

EDITORIAL

Apresentação (p. 4-5)

Marcelo Fetz (UFES) e Márcia Rodrigues (UFES)

ARTIGOS

A economia italiana e o desenvolvimento dos distritos industriais (p. 6-24)

Raquel Duaibs (UNICAMP)

As políticas de incentivo ao desenvolvimento regional em um federalismo assimétrico (p. 25-46)

Luciléia Aparecida Colombo (IPEA); Rodrigo Alberto Toledo (UNESP); Rodrigo Augusto Prando (UPM)

A polêmica do PNDH-3 e a proposta de mediação de conflitos (p. 47-65)

Alex Ricardo Bombarda (UNESP)

Os dilemas da justiça distributiva: uma análise a partir do diálogo entre John Rawls e Robert Nozick (p. 66-81)

Pedro Uetela (UNESP)

A Importância da Formação Superior no Processo de Desenvolvimento em Angola (82-98)

Ermelinda Liberato (FCS-UAN)

As controvérsias sociotécnicas sobre as especificações do biodiesel (99-116)

Marco Vinicius de Castro (UFV); Daniela Alves de Alves (UFV)

A linguagem cinematográfica como instrumento interpretativo da realidade social (p. 117-132)

Ailton Costa Silva Júnior (UFAL)

Aganaktismeni: o movimento grego entre razão e emoção (p. 133-147)

Raul Felix Barbosa (UFES)

Um diálogo com a história oral: limites ou possibilidades de se fazer pesquisa qualitativa? (p. 148-167)

Marlene Almeida de Ataíde (UNISA)

*Carta Editorial*

Caros leitores,

É com grande alegria que trazemos a público a segunda edição da revista *Sinais* no ano de 2016. Neste ano conturbado a *Sinais* conseguiu manter a sua regularidade, fechando o ano com um total de 17 publicações. O fluxo de recebimento de artigos aumentou na mesma medida em que foi reduzido o tempo de espera entre a submissão e a publicação dos manuscritos. Ainda que a *Sinais* não esteja vinculada a nenhum programa de Pós-Graduação, ela vem cumprindo com rigorosos critérios de publicação, o que explica as boas bases de dados às quais a *Sinais* encontra-se indexada. No próximo ano os editores pretendem indexá-la à Redalyc, principal base de dados da América Latina.

A edição 20 Jul-Dez de 2016 traz uma variada seleção de textos. Raquel Duaibs (UNICAMP) abre este volume com um interessante debate sobre o desenvolvimento dos distritos industriais na Itália. Logo na sequência, Luciléia Aparecida Colombo (IPEA), Rodrigo Alberto Toledo (UNESP) e Rodrigo Augusto Prando (UPM) discutem políticas de incentivos ao desenvolvimento regional no Brasil, a partir do conceito de capital social. Estes dois artigos, ainda que tenham se debruçado sobre objetos de pesquisa diferentes, dialogam entre si em vários níveis analíticos, especialmente por ampliar um debate caro ao atual momento histórico brasileiro.

O terceiro artigo desta edição, de Alex Ricardo Bombarda (UNESP), analisa o PNDH-3 visando compreender a polêmica envolvendo o tema dos direitos humanos e o Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Avancamos ao próximo artigo, de Pedro Uetela (UNESP), que, por meio de uma revisão, apresenta um diálogo crítico entre a teoria de justiça distributiva de John Rawls e de Robert Nozick.

Ermelinda Liberato (FCS-UAN) debate, por meio de um conjunto de entrevistas, a relação entre projeto de desenvolvimento e formação superior em

Angola. Trata-se de interessante pesquisa, pois lança luz sobre as formas pelas quais a esfera educacional foi operacionalizada em diferentes momentos históricos. O sexto artigo desta coleção, de Marco Vinicius de Castro (UFV) e Daniela Alves de Alves (UFV), apresenta um estudo na área dos estudos sociais da ciência e tecnologia por meio da análise da política nacional de produção e uso do biodiesel no Brasil, especialmente a legislação de regulação técnica da área. O artigo percorre o processo de estabilização tecnológica do biodiesel, entendendo-o como produto de um conjunto de negociações sociotécnicas.

Ailton Costa Silva Júnior (UFAL) discorre sobre o uso da linguagem cinematográfica para a interpretação da realidade social. Ampliando a dimensão analítica do cinema enquanto produto artístico, Silva Júnior sustenta, por meio de um estudo de caráter histórico, que o cinema, e suas linguagens, também contribuíram para a interpretação crítica da dinâmica de vida das sociedades modernas. Raul Felix Barbosa (UFES), no oitavo artigo desta edição, analisa o papel das emoções nos protestos ocorridos na Grécia entre 2010 e 2012. Trata-se de interessante contribuição, pois apresenta um diálogo importante sobre os movimentos de “ocupação” observados mundo afora e sobre como cada realidade social se apropriou das ocupações para a promoção de agendas políticas diversas. Por fim, Marlene Almeida de Ataíde (UNISA) debate em seu artigo a relação entre a dimensão ética da pesquisa no âmbito da história oral.

Espero que a leitura dos textos seja agradável. Aproveitamos para agradecer aos nossos pareceristas, sem os quais o ano de 2016 teria sido muito mais penoso do que ele foi. Agradecemos também aos demais colegas da UFES que permitiram que mais uma edição da *Sinais* fosse publicada em seu devido tempo.

Marcelo Fetz
Márcia B. F. Rodrigues
20/12/2016



A economia italiana e o desenvolvimento dos distritos industriais

Raquel Duaibs¹

RESUMO

O presente artigo se propõe a discutir o desenvolvimento dos distritos industriais na Itália. Considerados como um dos exemplos de maior sucesso, eles contribuíram para estimular o processo de reestruturação produtiva baseado na especialização flexível, que por sua vez vem gradativamente substituindo a organização do trabalho estabelecida no modelo fordista de produção. O texto se inicia com uma breve contextualização histórico-econômica da Itália, sinalizando elementos que foram importantes para que esses arranjos produtivos locais se consolidassem no país. Em seguida, a abordagem dos distritos industriais ganha destaque, apontando as principais características que estimularam o seu êxito no território italiano.

Palavras-Chave: Distritos industriais italianos, especialização flexível, economia italiana.

Recebido em 11/08/2016
Aceito para publicação em 26/08/2016

O desabrochar tardio da economia italiana

A história da economia italiana registra altos e baixos, com maior ênfase nos períodos de crise do que nos de prosperidade. De acordo com Bianchi (2013), a Itália se tornou um país extremamente pobre após a sua unificação – que ocorreu em 1861 – e entre 1875 e 1915 cerca de 14 milhões deixaram suas terras em busca de uma condição de vida mais favorável em países distantes. No ano de 1915, o país ingressou na Primeira Guerra Mundial por meio do Pacto de Londres, um tratado secreto que formou uma base aliada composta por Itália, França, Grã-Bretanha e Império Russo. Ao final da guerra, em 1918, esse bloco saiu como vencedor dos confrontos contra o bloco liderado pela Alemanha, e a Itália se beneficiou com a conquista de alguns territórios, entre eles as regiões de Trentino-Alto Adige e Venezia Giulia. Contudo, as consequências

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: duaibs@gmail.com.

econômicas e sociais para o país foram duríssimas, pois como a Itália tinha sua economia baseada na agricultura e perdeu grande parcela de sua força de trabalho durante a guerra, esse cenário provocou a ruína de muitas famílias que não tinham mais condições de trabalhar a terra e se sustentar.

A situação econômica negativa era generalizada, e uma das diversas consequências foi a escassez de matérias-primas no âmbito da produção. Além disso, os cofres do Estado encontravam-se praticamente vazios, considerando que naquele período a lira havia sido bastante desvalorizada. A fragilidade socioeconômica na qual a Itália se encontrava levantou rumores de uma possível revolução comunista, assim como tinha ocorrido na Rússia em 1917. Diante do descontentamento de todas as classes sociais, Benito Mussolini fundou na cidade de Milão, em março de 1919, um movimento que pregava a vontade de transformar, se preciso com métodos revolucionários, a vida italiana. O movimento, conhecido como fascismo, denominava-se como uma terceira via, que seria alternativa ao capitalismo e ao comunismo. Em 1920, o movimento se consolidou como partido político, criando o Partido Nacional Fascista. Com a “marcha sobre Roma” em 1922, os fascistas pressionaram o Rei Vittorio Emanuele III a nomear Mussolini como Primeiro Ministro da Itália. Ao conquistar o poder, ele conseguiu articular as políticas nacionais até que implementou em definitivo sua ditadura totalitarista, que teve fim apenas em 1945.

Em setembro de 1939 iniciou-se a Segunda Guerra Mundial, impulsionada por dois blocos hegemônicos: de um lado Alemanha, Itália e Japão, e de outro França, Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética. Os confrontos cessaram em setembro de 1945, e o bloco liderado pelos Estados Unidos saiu como o vencedor da Guerra. Além de ter sido derrotada nos confrontos, a Itália teve como principais consequências o declínio de Mussolini no poder, que foi capturado e executado pelos combatentes partigianos² que lutavam contra o fascismo; as diversas cidades que foram reduzidas a escombros devido aos bombardeios; as inúmeras regiões que foram ocupadas por tropas americanas; e, de acordo com Martino (2005), o alto número de italianos mortos durante a Guerra, que se estima em torno de 415.000, entre militares e civis. Todos esses elementos contribuíram para que o caos se instaurasse no país, mas, surpreendentemente, logo após a queda de Mussolini a Itália retomou sua

² Os partigianos eram pessoas civis que se tornaram combatentes armados sem pertencer a nenhum exército oficial, mas que lutavam pelo movimento de resistência contra o Pacto Tripartite durante a Segunda Guerra Mundial, assinado inicialmente por Alemanha, Itália e Japão.

recuperação e seu desenvolvimento.

A indústria italiana atingiu o limiar dos anos 1950 com uma estrutura que era orientada em grande medida pelo desenvolvimento de atividades que antecederam o período bélico. Esse contexto foi se alterando após a Segunda Guerra Mundial, que estimulou o progresso e beneficiou a situação econômica do país. A Itália do pós-guerra não era um país subdesenvolvido, mas continha zonas amplamente subdesenvolvidas e outras completamente por desenvolver-se, que funcionavam sob economias rurais e artesanais. Contudo, na cena internacional, o país era visto com todas as características de um país industrializado, contendo indícios de alta industrialização, como elevado volume de atividades financeiras, boa estrutura do mercado de crédito, organização sindical e grandes conflitos operários, ainda que esses fossem duramente reprimidos. Os governos do período seguinte ao pós-guerra foram forçados a alcançar um grau maior de abertura econômica, seja pelo fato de haver exigências de blocos políticos aliados que requeriam tal abertura, seja porque perceberam que o aumento da exportação se mostrava como a única saída para o renascimento da economia do país. Devido a tais exigências, foi necessário um ajuste que alavancasse um rápido desenvolvimento da indústria: para que ela fosse competitiva, seria fundamental colocar em prática a recuperação das plantas produtivas, além de fomentar uma abundante oferta de mão de obra a baixo custo.

O período em que a Itália vivenciou o seu “milagre econômico” foi marcado especialmente entre 1955 e 1963, com taxas inéditas de crescimento econômico sustentadas pela expansão industrial, as quais variaram entre 6% e 8% ao ano, e pelo aumento da renda per capita de 5,6% entre 1948 e 1962. Em pouco tempo, a economia se transformou e modificou o país, de forma a deixar as tradições agrícolas em segundo plano para se consolidar enquanto uma potência econômica e industrial. Como consequência direta desse fenômeno, a produção de aço, de automóveis e de produtos têxteis e alimentares foi impulsionada, favorecendo as taxas de investimento e o consumo das famílias. A situação econômica positiva beneficiou inclusive os mais pobres, como os camponeses e os operários. O nível de desemprego conseguiu decrescer de maneira expressiva, especialmente durante o decênio de 1960. Entre 1951 e 1981 os salários triplicaram, fomentando o mercado interno e movimentando ainda mais a economia (BERTONHA, 2005), embora o período de maior crescimento econômico tenha se encerrado no final dos anos 60.

O desenvolvimento dos anos 50 foi possibilitado pela oferta de trabalho

completamente elástica, situação peculiar à Itália, que não necessariamente era encontrada nos países vizinhos. Contudo, esse quadro teve o seu fim próximo e, no final dos anos 60, eclodiu de maneira generalizada um grande conflito operário sem precedentes no país, fator que demonstrou que a crise estava continuamente tomando o lugar daquele período econômico positivo para os trabalhadores. Os anos 70 se iniciaram com uma profunda crise, que encerrava as fases de estabilização monetária, de produção em massa e do sistema de controle social que havia sustentado o período de desenvolvimento graças às políticas públicas e ao controle da inflação.³ Essa situação se acentuou entre 1972 e 1973, quando os investimentos diminuíram e a inflação cresceu. Houve ainda um aumento expressivo no preço das matérias-primas, impactado essencialmente pela crise do petróleo no ano de 1973. A crise se ampliou nos dois anos consecutivos e, em 1976, iniciou-se um período de estagnação econômica (BIANCHI, 2013).

De acordo com Barca (2010b), entre 1973 e 1993 a moeda italiana da época (lira) perdeu mais de dois terços do próprio valor. Essa depreciação, que se iniciou no período em que ocorreu a crise do petróleo, desencadeou a inflação e fomentou o crescimento da dívida pública, situação que se revelou insustentável: em 1962 a dívida pública italiana atingiu o patamar de 33% do PIB. Em 1973 esse número saltou para 55% e, em 1990, o valor da dívida pública alcançava os 100% do PIB nacional. Entre 1995 e 1996 a lira sofreu novas depreciações, situação que obrigou o país a encarar graves sacrifícios econômicos.

Diante desse quadro, se iniciou uma profunda reorganização do sistema produtivo e uma intensa necessidade de reformar as instituições públicas do país. Segundo Bianchi (2013), a concorrência assumiu um aspecto dinâmico e alterou a natureza das empresas, que passaram a gerir sob inúmeras estratégias diversos produtos e mercados. O mercado iniciou sua aderência ao que hoje conhecemos como globalização, situação na qual se expõem ao ápice da concorrência sem barreiras protetivas. A reordenação da produção exigiu um leque maior de tipos de produtos ao mesmo tempo em que impôs a redução de unidades produzidas. Esta grande reestruturação que envolveu as empresas italianas entre o final dos anos 70 e os primeiros anos da década de 80, não pode ser resumida a apenas uma aceleração nos investimentos em maquinários. Mais

³ No ano de 1980 o Ministro da Participação Estatal revelou em um documento público que o governo estava perdendo o controle da situação financeira e administrativa das empresas públicas (BIANCHI, 2013).

do que isso, ela produziu uma reorganização global da produção e dos mercados. Bianchi (*ibidem*) afirma que esse fenômeno nasceu de uma necessidade oriunda na metade dos anos 70 de superar a produção em massa e os restritos mercados nacionais.

Bianchi ainda demonstra como a organização da produção se modificou ao longo dos anos em que o país se desenvolveu: em 1931, 47% da população economicamente ativa estava empregada na agricultura, 31% na indústria e 22% no setor de serviços. No ano de 2011, após 80 anos, a situação se mostrou bastante distinta: apenas 4% da população ainda se dedicava ao trabalho agrícola, enquanto que 30% permanecia ocupada com o trabalho industrial e 66% estava empregada no setor de serviços. Esses dados apontam para o abandono da terra e para a mecanização do trabalho agrícola, assim como para a permanência das atividades industriais sem grandes alterações e para o crescimento continuado das atividades relacionadas ao setor de serviços.

Ainda que o crescimento econômico fosse um evento generalizado na maior parte da Europa, a Itália conseguiu aproveitar as circunstâncias (como a estabilidade política da década de 1950 e a proteção financeira e militar dos Estados Unidos mediante o Plano Marshall) e se beneficiar dos momentos de prosperidade para avançar e se desenvolver. Todos os índices sociais que impactavam na qualidade de vida aumentaram consideravelmente, aproximando a Itália dos tradicionais índices europeus. Os italianos tiveram acesso ao consumo de bens duráveis que até então eram restritos a poucos, como televisores, máquinas de lavar, geladeiras e automóveis. Se em 1951 o país contava com apenas 425 mil automóveis, em 1965 esse número saltou para 5,5 milhões (BERTONHA, 2005). Contudo, ainda que neste período a Itália tenha conquistado um patamar de renda, de bem-estar e de poder de consumo maior do que já houve em qualquer época anterior, as desigualdades econômicas e sociais não foram abolidas e a pobreza continuou presente, especialmente nas regiões do sul do país. Além disso, a partir da década de 1960 a economia passou a desacelerar e a alternar períodos de crise, como na década de 70 com a crise do petróleo, e períodos de crescimento econômico, como ocorreu nos anos 80. Os anos 90 foram marcados por grandes mudanças no cenário industrial italiano. Entre elas, estavam presentes as privatizações, o surgimento de novos empresários – principalmente nos distritos industriais – e a reorganização dos velhos grupos familiares que administravam a produção.

A Itália iniciou o século XXI com uma situação econômica positiva. No ano 2000, o PIB do país era o sétimo no ranking mundial, atingindo cerca de 1,1

trilhões de dólares. A renda *per capita* ultrapassou os vinte mil dólares e quase se equiparou a renda *per capita* da França (BERTONHA, *ibidem*). O euro, a moeda única europeia a que grande parte dos países do continente aderiu gradativamente, foi lançado em 2001. A Itália aderiu à moeda em 2002.

A falta de investimentos em educação e formação é um dos principais elementos responsáveis pela dificuldade estrutural de crescimento e desenvolvimento da indústria italiana. Bianchi (2013) analisou os dados sobre educação lançados pela OCDE⁴ em 2012 e, entre os países membros, a Itália ocupa o último lugar no quesito gastos públicos com educação sobre o montante total de gastos públicos, com cerca de apenas 9% reservados à educação, enquanto que a França destina 10,4% de seus recursos, a Alemanha 10,5% e a Grã Bretanha 13,1%. Os gastos públicos refletem diretamente no nível de escolaridade de cada país. Em se tratando de diploma da escola secundária, apenas 54% da população italiana concluiu seus estudos, enquanto que 70% dos franceses, 74% dos britânicos e 85% dos alemães terminaram os estudos de nível secundário. Com relação ao terceiro grau, os dados apontam que a Itália registra apenas 15% de estudantes que ingressaram no ensino superior após concluírem o ensino secundário, enquanto que os países mais avançados registram em torno de três ou quatro vezes mais do que o patamar italiano. Entre os países que integram a OCDE, a média se estabelece em torno de 30%. No interior desse grupo, a Itália é um dos países – se não o país – com a menor taxa de instrução, seja no âmbito do ensino secundário ou do ensino superior. Acompanha esse índice ainda, as taxas mais baixas de formação profissional, de investimento em pesquisa e de remuneração para aqueles que conseguem o diploma do ensino superior. De acordo com dados de 2013 publicados pelo jornal *Corriere della Sera*,⁵ apenas 30% dos jovens com 19 anos se matriculam na universidade e, entre eles, 17% abandonam os estudos ainda no primeiro ano letivo. Esses dados dificultam o crescimento econômico do país, assim como o desenvolvimento social e cultural da população italiana.

Os distritos industriais

No início dos anos 1950, a estrutura da indústria italiana era composta

⁴ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma instituição internacional formada por 34 países, que visa, entre outros objetivos, comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas nacionais e internacionais.

⁵ Dados publicados em 06/12/13 no jornal *Corriere della Sera*. Disponível em http://www.corriere.it/scuola/13_dicembre_06/scuola-solo-30percento-19enni-si-iscrive-universita-cbaabcca-5e7d-11e3-ae7-1683485977a2.shtml. Último acesso em 11/08/2016.

em sua maioria por grandes empresas que empregavam mais de 500 funcionários e por pequenas unidades produtivas que davam emprego a não mais do que onze funcionários. Juntas, as grandes empresas e as pequenas unidades produtivas representavam mais de 57% do total das empresas presentes no país. Essa estrutura acabou se modificando entre as décadas de 1960 e 1970 (BRUSCO e PABA, 2010).

Nesses anos, a indústria italiana se modernizou e conquistou destaque em diversos nichos, como o automobilístico, o químico e o mecânico. O país desenvolveu uma nova organização da produção, baseada na aglomeração de pequenas e médias empresas, que passaram a despertar o interesse de estudiosos a partir da década de 1970, período em que a crise do petróleo e as mudanças no sistema monetário internacional afetaram sobremaneira a economia mundial. Entre os pesquisadores pioneiros que estudaram essas pequenas e médias empresas aglomeradas estão Piore e Sabel (1984), que defendem que esse modelo de organização poderia ser a resposta para a crise da produção em massa e para a superação do fordismo.

Progressivamente, os italianos se apropriaram de alguns setores que haviam sido deixados de lado pelos países mais ricos e mais industrializados, como o setor calçadista, o de vestuário e os de outros bens de consumo. Surgiram inúmeras pequenas empresas localizadas em regiões específicas, que passaram a dividir as tarefas de uma mesma produção.⁶ Elas se estabeleceram em pequenas áreas definidas geograficamente, que se caracterizam por agrupar um grande número de pequenas e médias empresas especializadas em um tipo de produção dominante, e são conhecidas como *distritos industriais*. Esses distritos, segundo Menzani (2007), possuem um vínculo com as atividades manufatureiras locais pré-industriais.

Parte dessas empresas produz para o mercado final, e parte integra uma cadeia de produção formada pelo trabalho conjunto com outras fábricas. Essas empresas, que em grande parte funcionam com menos de vinte trabalhadores, constituem na maioria das vezes negócios familiares e estão conectadas entre si pela dinâmica da divisão das diversas fases e formas da produção dos produtos que fabricam. A organização social e econômica de cada distrito é uma das chaves para se entender o êxito desse modelo de organização regional: cada empresa é responsável por uma etapa da produção, e cada uma complementa o processo produtivo das outras empresas do distrito. Para Brusco (1992) os

⁶ Segundo Vittori (2013), cerca de 97% da estrutura econômica italiana se baseia em microempresas com até 10 funcionários.

distritos podem ser definidos como um conglomerado de empresas que possuem uma relação particular entre si.

Além de visarem o mercado interno, essas empresas passaram a desenvolver um foco substancial na exportação de seus produtos.⁷ Versace, Prada e Benetton são exemplos de sucesso que surgiram no interior dos distritos industriais italianos – frequentemente utilizando a mão de obra familiar e o trabalho em domicílio – e que se firmaram como sinônimos de status, luxo e bom gosto. Bertoni (2005) acredita que o desenvolvimento dos distritos industriais proporcionou à Itália uma sociedade pós-industrial sem, de fato, ter completado absolutamente o seu processo de industrialização, o que possivelmente seria nocivo, uma vez que com esse sistema de produção, o país estaria perdendo a sua capacidade industrial sem tê-la desenvolvido completamente.

A maior parte deste tipo de produção industrial é desenvolvida na Terceira Itália,⁸ mas, segundo Sengenberger e Pyke (1999), o cerne desse sistema está localizado na província da Emilia-Romagna e em sua capital, Bologna. Cada distrito é especializado em um produto diferente, de acordo com a região em que se encontra. Um ponto interessante dessa organização é que na Itália, de um modo geral, os distritos industriais se localizam em regiões em que um partido político (geralmente os democratas cristãos ou os comunistas) possui mais força política do que os demais partidos. O desenvolvimento das unidades produtivas dos distritos industriais é diretamente influenciado pelas políticas promovidas pelos partidos políticos dominantes, seja em âmbito local ou nacional.

Na própria Emilia-Romagna, por exemplo, a partir da década de 1950 o Partido Comunista Italiano defendeu a formação de pequenas empresas e auxiliou os trabalhadores a criá-las e a se tornarem autônomos. Tanto o partido comunista quanto o partido socialista eram próximos da maioria dos sindicatos

⁷ Marini, Oliva e Toschi (2012), afirmam que entre as empresas localizadas nos distritos industriais, 60,7% delas declararam possuir relações com o mercado externo, seja de natureza comercial ou produtiva.

⁸ A terceira Itália compreende a região nordeste do país, composta por Emilia-Romagna, Toscana, Marche, Abruzzo e Veneto. De acordo com Cocco et al (1999), o termo Terceira Itália foi cunhado no final da década de 70, para diferenciar a região do tradicional movimento de hostilização entre o norte desenvolvido (que seria a primeira Itália) e o sul atrasado (a segunda Itália). Segundo Cannari e Franco (2012), entre as décadas de 1950 e 1980 a terceira Itália contribuiu para que o país se consolidasse como um dos polos mundiais da indústria manufatureira. Atualmente, essa região concentra cerca de 1/5 da população nacional, produz 1/4 do PIB do setor privado e quase 1/3 das exportações.

da região e também se inseriram na organização de pequenas empresas e de cooperativas. Cocco et al (1999), assinalam que o partido comunista permaneceu no poder entre as três maiores instâncias políticas do governo da região durante cinco décadas, e foi o responsável por organizar uma rede destinada ao desenvolvimento local, que envolvia associações patronais, sindicatos de trabalhadores e instituições do terceiro setor. Para Brusco e Pezzini (1992), uma parcela dessas políticas é resultante do papel que as ideologias políticas conferem às pequenas empresas. Assim, essas forças políticas foram muito importantes, especialmente entre as décadas de 1980 e 1990, para legitimar, apoiar e deliberar políticas específicas para as pequenas empresas inseridas nesses distritos.

Os estudiosos do tema (entre eles PIORE e SABEL, 1984; CAMPI, 1992; BRUTTI e CALISTRI, 1992; PYKE e SENGENBERGER, 1992 e 1999; BRUSCO, 1992; BRUSCO e PABA, 2010; BECATTINI, 1992 e 1999; SFORZI, 1992; MOSCONI, 2012) apontam que o êxito e a eficiência desta organização industrial decorrem da dinâmica específica que há entre o sistema social local e o sistema produtivo, que tendem a fundir-se no interior do distrito e são baseados na confiança e na colaboração. A confiança possibilita que os empresários façam grandes investimentos, pois sabem que os outros membros da comunidade sempre comprarão os produtos que foram frutos do investimento, ao invés de comprarem em outra fábrica. A confiança também permite que os empresários troquem ideias sobre o negócio, informações comerciais e conhecimentos sobre processos técnicos, pois eles têm a ciência de que os demais não irão se aproveitar das informações que lhe foram confiadas e que haverá reciprocidade em um momento futuro quando alguma empresa pretender compartilhar suas informações. Deste modo, cria-se uma rede de auxílio mútuo, em que o empresário pode confiar na ajuda dos outros em um momento difícil, da mesma forma que ele também sempre oferece a sua ajuda. Nesse sistema baseado na cooperação e na confiança, é interessante para todos que os demais empresários permaneçam como parte da comunidade, pois a sua capacidade e a sua perícia são recursos importantes que beneficiam de alguma forma as demais empresas. A confiança alcança tal patamar que os empresários visitam uns aos outros para debater os problemas de produção e de administração. Há a ideia de um crescimento coletivo, em que cada empresa se beneficia com o crescimento das demais (SENGENBERGER e PYKE, 1999).

Brusco (1992) ressalta que há um misto de competição e cooperação entre as empresas que compõem os distritos industriais, de forma que aquelas que desempenham a mesma atividade ou elaboram os mesmos produtos

competem fortemente entre si, enquanto que as empresas que possuem atividades distintas no processo de produção, praticam uma relação de colaboração entre elas, principalmente no que diz respeito à inovação técnica e ao projeto do produto.

De acordo com Piore e Sabel (1984), Brutti e Calistri (1992) e Pyke e Sengenberger (1992), uma das características dos distritos industriais é que estão organizados por um forte vínculo entre as esferas social, política e econômica, de forma que o êxito de cada uma delas está relacionado ao funcionamento e a organização das outras. Assim sendo, o sucesso ou o fracasso dos distritos depende da dinâmica de funcionamento entre cada uma dessas esferas. As relações entre os membros da comunidade local, juntamente com alguns fatores culturais (como o orgulho de pertencer a determinada cidade, o forte vínculo familiar e entre vizinhos de um mesmo território) e políticos (por exemplo, a forte herança socialista dos antepassados que ainda inspira algumas políticas locais) também têm bastante influência no fortalecimento dos distritos.

Outra característica que também é encontrada nos distritos é a capacidade de responder rapidamente às demandas de produtos que se modificam constantemente, condição que exige flexibilidade da mão de obra e das redes de produção. Como consequência, há um impacto direto na organização e no desempenho das funções exercidas pelos trabalhadores. Piore e Sabel (1984) sinalizam a presença de trabalhadores qualificados e polivalentes, em contraposição à mão de obra especializada e pouco qualificada presente no modelo taylorista-fordista de produção. Brutti e Calistri (1992) e Sengenberger e Pyke (1999), por sua vez, afirmam que os distritos industriais italianos não podem ser resumidos a uma aglomeração de pequenas e médias empresas instaladas em regiões que se beneficiaram de terra ou de capitais a um custo reduzido e que oferecem vantajosamente mão de obra intensa e desprotegida, com baixa remuneração. É inegável que este tipo de situação está presente na dinâmica desta forma de organização do trabalho, porém, defendem que não é uma regra geral. Ao que tudo indica, os autores acima mencionados percebem o modelo de especialização flexível disposto nos distritos industriais como bastante positivo, mas não se atentam que suas raízes estão fundadas no projeto neoliberal, e que se utilizam de inúmeras técnicas para extrair o máximo de comprometimento, produtividade e eficiência do trabalhador, em proporções impensáveis no interior do modelo fordista de produção. Harvey (2014) sustenta que a especialização flexível se tornou um mecanismo fundamental para disciplinar e reprimir a força de trabalho.

Becatini (1989; 1992) traça um paralelo entre os distritos industriais italianos e as organizações produtivas teorizadas por Marshall em 1919. De acordo com Marshall, a concentração de indústrias especializadas em regiões que possuem determinadas particularidades constitui um sistema que, graças à sua organização, pode competir com as grandes empresas que produzem em larga escala. Sforzi (1992) salienta que os distritos industriais marshallianos também podem ser identificados a partir das interações internas de um sistema de pequenas empresas manufatureiras, que intervém em diferentes fases de um mesmo processo de produção e que compartilham um território relativamente delimitado.

Os primeiros distritos italianos, os quais Brusco (1992) denominou de distritos industriais de primeira geração, foram observados em meados da década de 1970,⁹ momento de grande êxito econômico para inúmeras empresas e cidades italianas, com destaque para a indústria têxtil, calçadista, moveleira e metalúrgica. Esse período foi marcado por grande desenvolvimento e pela expansão da produção, mesmo sem a intervenção do governo local. Os distritos industriais de segunda geração surgiram, de acordo com o autor, no início dos anos 80, a partir do desenvolvimento de novos mercados e novas tecnologias, que se tornaram um problema para as pequenas empresas dos distritos industriais. Com o intuito de auxiliar esses problemas que se tornaram constantes, os partidos de esquerda elaboraram uma espécie de intervenção pública. Esta intervenção, que se iniciou entre as décadas de 1970 e 1980, especialmente na Emilia-Romagna, pode ser sintetizada como a criação de centros que oferecem certos tipos de “serviços reais”, o que na realidade se configura como a oferta de assessoria para serviços que as pequenas empresas não poderiam encontrar sozinhas e que o mercado não disponibiliza espontaneamente (BRUSCO E PEZZINI, 1992). Assim, ao invés de oferecer crédito para essas empresas, as zonas onde estão localizados os distritos atuam de forma a sanar a própria necessidade que a empresa possui, seja um produto, uma máquina, uma pesquisa de mercado ou a busca de alguma informação que seja crucial para a produção. Auxiliados por essas medidas, os distritos conseguiram conquistar o mercado nacional e internacional, e algumas empresas possuem sua produção voltada apenas para a exportação.

Há um consenso entre os estudiosos do tema de que a produção no

⁹ Entretanto, Capecchi (1992) aponta a existência de distritos industriais especializados a partir da década de 1900, que se transformaram e se adaptaram ao avanço da tecnologia durante o período entre 1950 e 1970.

interior dos distritos industriais está baseada na especialização flexível, que pode ser entendida como um modelo de organização do trabalho que visa superar a rígida estrutura de produção presente no fordismo. Caracteriza-se pela flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo (HARVEY, 1992). Com o propósito de atender às exigências singulares das empresas e de seus clientes, os empregadores passam a impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, e exigem cada vez mais trabalhadores qualificados e polivalentes, que sejam capazes de construir e desconstruir habilidades, conhecimentos e competências para atender às necessidades do capital.

Para elucidar os conceitos sobre este modelo de organização do trabalho, Capecchi (1992) compara algumas características existentes nesse modelo e no modelo fordista de produção. Na especialização flexível, as fábricas se dedicam à produção em pequena escala e a produtos personalizados, o que vai na contramão da produção em massa encontrada nas empresas que adotam o sistema fordista. No que tange à organização do trabalho, pode-se dizer que ela se baseia em três níveis: trabalhadores de escritório, trabalhadores qualificados e trabalhadores não qualificados, enquanto que, no fordismo, presencia-se uma clara separação entre os trabalhadores, havendo um número reduzido de funcionários qualificados e um grande número de trabalhadores não qualificados.

De acordo com Capecchi, na especialização flexível os trabalhadores costumam aperfeiçoar suas habilidades e experiências, e muitos deles conseguem se transformar em pequenos empresários autônomos. Esta, por sinal, é uma situação bastante comum nos distritos industriais italianos. Os produtos desenvolvidos sob a especialização flexível exigem uma colaboração entre a fábrica e sua clientela, e espera-se que o resultado final seja um produto sob medida para as necessidades de seu cliente. A produção, que no fordismo é organizada em grandes fábricas, altera-se substancialmente quando realizada pelo sistema de especialização flexível, pois se desmembra para muitas fábricas pequenas e médias que estão concentradas nos distritos industriais urbanos.

É comum encontrarmos estudos que associem a especialização flexível ao modelo toyotista de produção. Mas ao pesquisar sobre a organização de empresas e cooperativas no distrito industrial de Imola, Baglioni e Catino (1999) evidenciam a enorme distância que há entre o sistema toyotista de organização da produção e o modelo de especialização flexível. O método japonês, que nasce no âmago da indústria automobilística, associa uma grande variedade de

produtos a um alto volume de produção segundo o tipo de produto e o modelo. Já a maioria das empresas localizadas em Imola, por exemplo, possuem uma dimensão menor e atuam em outros setores que não o automobilístico, e por isso exigem um outro modo de organização para funcionar melhor. Os pesquisadores, que veem as empresas imolesas como pós-fordistas e pós-tayloristas, afirmam que há outros meios e modelos de organização da produção que se adequam às mais diversas realidades e que são mais apropriados a características específicas do mercado, e defendem que a saída do modelo fordista de produção não necessariamente impõe o ingresso no sistema toyotista.

A especialização flexível encontrada nos distritos industriais identificados por Marshall em 1919 e analisada por autores como Piore e Sabel (1984) e Becattini (1989; 1992) em seus estudos sobre a organização da produção no eixo centro-norte da Itália, pode ser descrita como uma produção flexível que satisfaz as necessidades dos clientes, organizada em inúmeras pequenas e médias empresas em um território determinado geograficamente que utilizam o mesmo modelo de produção e que possuem liberdade para venderem seus produtos diretamente ao consumidor final ou para integrarem parte do processo que constitui determinada cadeia de produção. A dicotomia competição/colaboração que a relação entre essas empresas enseja, ocorre de forma a não prejudicar o distrito industrial, que por sua vez possui estreitas relações com as esferas familiar, social e política na cidade que o acolhe.

Para Becattini (1992) uma característica importante da comunidade local é o sistema de valores e ideias que se estabelece praticamente homogêneo, e que resulta de uma ética de trabalho, de família, de reciprocidade e de trocas. Esse sistema interfere nos aspectos principais da vida e constitui um dos pré-requisitos para o desenvolvimento e para a reprodução de um distrito. Outro aspecto bastante marcante é a presença de uma grande quantidade de trabalhadores em domicílio e em tempo parcial. Becattini ressalta que essas categorias são o laço que une as atividades produtivas (compreendidas no sistema de empresas) e a vida cotidiana (compreendida no sistema de famílias) do distrito. Os trabalhos em domicílios e em tempo parcial possuem presença constante nos distritos industriais, pois ainda que em alguns momentos haja uma fase positiva para a situação do emprego, a população se utiliza dessas atividades para incrementar a renda mensal.¹⁰

¹⁰ O trabalho feminino em domicílio reforça as diferenças de gênero entre homens e mulheres. Na maioria das vezes, a mulher opta pelo trabalho realizado no lar na intenção de dar conta, ao mesmo tempo, de exercer uma atividade remunerada e de cuidar dos filhos, da família e da casa.

Os distritos, que tiveram importância histórica para a economia italiana entre as décadas de 1950 e 1980,¹¹ começaram a apresentar sinais de declínio no início dos anos 2000. De acordo com Cannari e Franco (2012), a taxa média de crescimento do produto *per capita* da região nordeste era de 2% a.a.. Entre 2000 e 2007, período anterior à crise que comprometeu diversas economias entre os países da Europa, esse crescimento foi praticamente anulado. O peso da exportação dessa região sobre o total do comércio mundial foi reduzido de 1,4% no final dos anos 90 para 1,1% em 2007. Segundo Ricciardi (2012), entre 2008 e 2009 – os anos mais afetados pela crise econômica – os distritos da Emilia-Romagna perderam cerca de 92 mil postos de trabalho, prejudicando particularmente as pequenas empresas (que possuem de 10 a 49 trabalhadores), que concentram 32% da ocupação na região. Com essas transformações, a região perdeu sua importância para outras regiões europeias, mostrando que suas dificuldades estavam acompanhando a realidade do restante do país.

Apesar da situação dos distritos, a região nordeste apresenta uma taxa elevada de ocupação, se comparada às outras áreas do país. Na Emilia-Romagna, a taxa de ocupação apresentou em 2011 e 2012 uma leve ascensão em relação às demais regiões que compõem o nordeste italiano. Segundo Cannari e Franco (2012) a taxa de ocupação é alta para a população masculina e demonstra crescimento para a população feminina. Antes da crise, a taxa de ocupação da região estava acima da média verificada na Alemanha. Contudo, os jovens e os trabalhadores com idade elevada representam o ponto fraco: a taxa entre eles é bem inferior àquela verificada na Alemanha, e a diferença é ainda maior entre as mulheres jovens ou com idade elevada. As oportunidades de trabalho flexíveis e precárias aumentaram significativamente no decorrer dos

Por não se envolver, na maior parte dos casos, com a responsabilidade de cuidar do lar e dos familiares, o homem tende a trabalhar fora, enquanto a mulher, muitas vezes, encontra nas atividades realizadas no domicílio como a “salvação” para os seus problemas de conciliar todas as atividades que lhe são socialmente atribuídas. Geralmente, o trabalho em domicílio é menos valorizado, mais precário, e pior remunerado. De encontro a este tema, Leite (1996) explicita que o trabalho feminino nos distritos industriais italianos, por ser na maior parte dos casos instável e mal remunerado, cumpre-se como um meio imprescindível para garantir a flexibilidade do sistema.

¹¹ De acordo com Menzani (2007) entre 1951 e 1981 a ocupação manufatureira no território italiano aumentou em uma média de 72%. Enquanto algumas regiões tiveram um crescimento mais tímido, a Emilia-Romagna registrou um crescimento de 179%. Para o autor, as razões dessa grandiosa expansão centram-se em três elementos que caracterizam a estrutura industrial da região: a diversificação que possibilitou que a região pudesse responder as mais variadas oportunidades do mercado; a flexibilidade propiciada pela estrutura das pequenas e médias empresas que permitiu uma atualização mais rápida das habilidades; e a coesão obtida por meio da cooperação entre as empresas em todas as instâncias, mas especialmente nas áreas conhecidas como distritos industriais.

anos 2000. A taxa de jovens que não trabalham e nem estudam na região nordeste (16,2%) é inferior à média apresentada no restante do país (23,4%), mas, durante o período entre 2008 e 2010, registrou um crescimento superior à média nacional.

Cannari e Franco (*ibidem*) observam que o futuro da região nordeste e, conseqüentemente, dos distritos industriais, depende da capacidade das empresas de conseguirem renovar suas próprias estratégias e crescer. Depende ainda das políticas públicas desenvolvidas em todos os âmbitos do governo e da criação de condições favoráveis para o crescimento econômico. Porém, nem todos os estudiosos observam possibilidade da retomada do crescimento no interior dos distritos. Caselli (2012), por exemplo, afirma ser evidente que esse modelo de produção entrou em sua fase terminal. De fato, o número de distritos industriais tem diminuído ao longo das décadas. Brusco e Paba (2010) afirmam que em 1991 existiam aproximadamente 200 distritos industriais que empregavam cerca de 42,5% de todos os trabalhadores da indústria manufatureira italiana. Em 2001, segundo a Istat,¹² haviam 181 distritos distribuídos em todo o país e, em 2011, esse número foi reduzido a 141 distritos.

Contudo, ainda é cedo para arriscar previsões. É importante considerar que os distritos industriais ingressaram na crise assim como a região nordeste, o país e a Europa de uma forma geral. Portanto, o que vemos atualmente é uma crise generalizada na economia europeia, e não um evento exclusivo no interior dos distritos. Apenas o tempo poderá anunciar se os caminhos escolhidos pelos governos e pelas empresas foram certos o suficiente para dar uma guinada na situação econômica e social da Itália.

Considerações finais

A Itália despertou para o seu desenvolvimento social e econômico após a Segunda Guerra Mundial. Naquele período, inúmeras forças políticas de esquerda trabalharam para reestabelecer o país, o que inclui o estímulo ao empreendedorismo e à criação de pequenas e médias empresas. Desse modo, os distritos industriais encontraram na Itália a condição ideal para se desenvolverem. Alicerçada na qualificação da mão de obra e na flexibilização dos contratos de trabalho, a organização da produção em seu interior passou a chamar a atenção de estudiosos do tema a partir da década de 1970. Muitos

¹² O Istat é o Instituto Nacional de Estatística Italiano. Para conhecer mais dados sobre os distritos industriais e sobre a Itália de um modo geral, cf. <http://www.istat.it>.

desses pesquisadores identificaram nesse peculiar sistema de arranjos produtivos locais uma alternativa positiva para transcender o modelo fordista de produção e sanar a crise do consumo em massa. Entretanto, ao ganhar notoriedade e se difundir pelo mundo, o modelo inspirou a crítica de muitos autores por propagar uma regulação do trabalho que predominantemente absorve uma mão de obra mais flexível, o que reflete negativamente na estabilidade, na qualidade e na remuneração do trabalho.

Atualmente, experiências com distritos industriais são encontradas em inúmeros países, entre eles México, Brasil, Índia, Alemanha, Bélgica, França e Dinamarca. Mas o modelo encontrado na Itália, que é considerado um grande exemplo de sucesso, ainda é um caso paradigmático e difícil de ser replicado. Entre as razões encontradas para a dificuldade em replicá-lo estão o forte vínculo comunitário nutrido entre os membros de uma mesma região, a dinâmica de competição/cooperação no interior dos distritos e o papel dos governos italianos em apoiar e estimular políticas para as pequenas e médias empresas.

Há autores que defendem a teoria de que os distritos industriais italianos estão em declínio. É difícil prever, pois embora as estatísticas apontem para uma diminuição no número de distritos e de seus respectivos postos de trabalho ao longo das décadas, eles ainda possuem grande importância na economia e na organização do trabalho no território italiano, sendo responsável por 25% do sistema produtivo do país. Vale ressaltar que as empresas que pertencem aos distritos seguem o fluxo da economia, e elas não podem ser observadas fora do contexto econômico do país. Portanto, ainda é uma incógnita saber se os distritos industriais continuarão a ter um papel importante no futuro, mas algumas de suas características como a qualificação e a polivalência exigidas na mão de obra parecem ter se consolidado na atual organização do trabalho mundial.

Referências

BAGLIONI, Guido; CATINO, Maurizio. **Operai e ingegneri**: Cooperazione e partecipazione nel distretto industriale di Imola. Bologna: il Mulino, 1999.

BARCA, Fabrizio. **Italia Frenata**: Paradossi e lezioni della politica per lo sviluppo. Roma: Donzelli Editore, 2006.

_____. Prefazione. In: BARCA, Fabrizio (org.). In: **Storia del capitalismo italiano dal dopoguerra ad oggi**. Roma: Donzelli Editore, 2010a.

_____. Compromesso senza riforme nel capitalismo italiano. In:

BARCA, Fabrizio (org.). In: **Storia del capitalismo italiano dal dopoguerra ad oggi**. Rome: Donzelli Editore, 2010b.

BECATTINI, Giacomo. Riflessioni sul distretto industriale Marshalliano come concetto socioeconomico. In: **Stato e mercato**, nº. 25 (reeditado), 1989.

_____. El distrito industrial marshalliano como concepto socioeconomico. In: PYKE, F., BECATTINI, G., SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Los distritos industriales y las pequeñas empresas. I: Distritos industriales y cooperacion interempresarial en Italia**. Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

_____. Os distritos industriais na Itália. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez (Orgs.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. São Paulo: Contexto, 2005.

BIANCHI, Patrizio. **La rincorsa frenata: L'industria italiana dall'unità alla crisi globale**. Bologna: il Mulino, 2013.

BRUSCO, Sebastiano. El concepto de distrito industrial: su genesis. In: PYKE, F., BECATTINI, G., SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Los distritos industriales y las pequeñas empresas. I: Distritos industriales y cooperacion interempresarial en Italia**. Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

_____.; PEZZINI, Mario. La pequeña empresa en la ideologia de la izquierda italiana. In: PYKE, F., BECATTINI, G., SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Los distritos industriales y las pequeñas empresas. I: Distritos industriales y cooperacion interempresarial en Italia**. Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

_____.; PABA, Sergio. Per uma storia dei distretti industriali italiani dal secondo dopoguerra agli anni novanta. In: BARCA, Fabrizio (Org.). In: **Storia del capitalismo italiano dal dopoguerra ad oggi**. Rome: Donzelli Editore, 2010.

BRUTTI, Paolo; CALISTRI, Franco. Distritos industriales y sindicatos. In: PYKE, F., BECATTINI, G., SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Los distritos industriales y las pequeñas empresas. I: Distritos industriales y cooperacion interempresarial en Italia**. Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

CAMPI, Maria Teresa Costa. Presentación a la edición española. In: PYKE, F., BECATTINI, G., SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Los distritos industriales y las pequeñas empresas. I: Distritos industriales y cooperacion interempresarial en Italia**. Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

CANNARI, Luigi; FRANCO, Daniele. L'economia del Nord-Est: caratteristiche e recenti trasformazioni. In: MOSCONI, Franco (Org.). **La metamorfose del "Modello emiliano"**: L'Emilia-Romagna e i distretti industriali che cambiano. Bologna: il Mulino, 2012.

CAPECCHI, Vittorio. Un caso de especializacion flexible: los distritos industriales de Emilia Romagna. In: PYKE, F., BECATTINI, G., SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Los distritos industriales y las pequeñas empresas. I**: Distritos industriales y cooperacion interempresarial en Italia. Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

CASELLI, Guido. Emilia-Romagna 2.0, una comunità resiliente. Dal modello del "non più" al modello del "non ancora". In: MOSCONI, Franco (Org.). **La metamorfose del "Modello emiliano"**: L'Emilia-Romagna e i distretti industriali che cambiano. Bologna: il Mulino, 2012.

COCCO, Giuseppe, GALVÃO; Alexander Patez, SILVA; Mirela Carvalho Pereira. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez (Orgs.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos**: o caso da Terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. Para entender O Capital: Livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014.

LEITE, Marcia de Paula. **A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n.45, p. 79-96, 1996.

MARINI, Daniele; OLIVA, Silvia; TOSCHI, Gianluca. La metamorfose dei distretti industriali del Nord-Est. In: MOSCONI, Franco (Org.). **La metamorfose del "Modello emiliano"**: L'Emilia-Romagna e i distretti industriali che cambiano. Bologna: il Mulino, 2012.

MARSHALL, A. **Industry and Trade**. London: Macmillan, 1919.

MARTINO, Giulio De. **La mente storica**: orientamenti per la didattica geo-storico-sociale. Nápoles: Liguori Editore Srl, 2005

MENZANI, Tito. **La cooperazione in Emilia-Romagna**: dalla resistenza alla svolta degli anni settanta. Bologna: Il Mulino, 2007.

MOSCONI, Franco. Introduzione. Bologna e le altre: una comunità in trasformazione. In: MOSCONI, Franco (Org.). **La metamorfose del "Modello emiliano"**: L'Emilia-Romagna e i distretti industriali che cambiano. Bologna: il Mulino, 2012.

PIORE, Michael. J.; SABEL, Charles F.. **The second industrial divide**:

possibilities for prosperity. New York : Basic Books, 1984.

_____. Obra, trabajo y accion: experiencia de trabajo en un sistema de produccion flexible. In: PYKE, F., BECATTINI, G., SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Los distritos industriales y las pequeñas empresas. I: Distritos industriales y cooperacion interempresarial en Italia.** Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

PYKE, Frank; SENGENBERGER, Werner. Introduccion. In: PYKE, F., BECATTINI, G., SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Los distritos industriales y las pequeñas empresas. I: Distritos industriales y cooperacion interempresarial en Italia.** Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

RICCIARDI, Antonio. I distretti tra crisi e ripresa: i risultati del III Raporto (2011) dell'Osservatorio Nazionale Distretti Italiani. In: MOSCONI, Franco (Org.). **La metamorfose del "Modello emiliano": L'Emilia-Romagna e i distretti industriali che cambiano.** Bologna: il Mulino, 2012.

SENGENBERGER, Werner; PYKE, Frank. Distritos industriaais e recuperaçao econômica local: questões de pesquisa e de política. In: URANI, André; COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez (Orgs.). **Empresários e Empregos nos Novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SFORZI, Fabio. **Importancia cuantitativa de los distritos industriales marshallianos en la economia italiana.** In: PYKE, F., BECATTINI, G., SENGENBERGER, W. (Orgs.). **Los distritos industriales y las pequeñas empresas. I: Distritos industriales y cooperacion interempresarial en Italia.** Madri: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1992.

VITTORI, Rudi. **Export, delocalizzazione, internazionalizzazione. Un'opportunità delle aziende italiane per superare la crisi.** Milano: FrancoAngeli, 2013.

The Italian economy and the development of industrial districts

ABSTRACT

This article aims at discussing the development of industrial districts in Italy. Acknowledged as one of the most successful examples, the districts contributed to stimulating the restructuring of productive processes based on flexible specialization, which in turn it is gradually replacing the organization of work set out in the Fordist production model. The text begins with a brief historical and economic background of Italy, pointing out elements that were important to consolidate those local production arrangements in the country. Then, it is emphasized the discussion on industrial districts, signaling the main features that promoted its success in Italy.

Keywords: Italian industrial districts, flexible specialization, Italian economy.



As políticas de incentivo ao desenvolvimento regional em um federalismo assimétrico

Lucilélia Aparecida Colombo¹

Rodrigo Alberto Toledo²

Rodrigo Augusto Prando³

RESUMO

Este artigo empreende uma discussão sobre as políticas de incentivos ao desenvolvimento regional no Brasil, a partir do conceito de capital social. Discorre sobre tentativas de organizar a sociedade civil em torno da promoção de medidas que promovam uma melhor qualidade de vida, capaz de promover a diminuição das desigualdades existentes entre os entes que compõem a federação brasileira. Analisa, principalmente, uma proposta oriunda do Ministério da Integração Nacional, no ano de

¹ Lucilélia Aparecida Colombo é Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Araraquara); Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); Pós-Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Realizou um estágio de Doutorado Sanduíche na Università degli Studi di Firenze, na Itália. É autora dos livros: *Federalismo e Reforma Tributária no Governo de Fernando Henrique Cardoso* e do recente: *Ascensão e Queda de uma instituição: a Sudene no Sistema Federativo brasileiro*, publicado pelo Ministério da Integração Nacional em parceria com a Sudene.

² Professor na UNESP/FCLAr no Departamento de Administração Pública. Pós-Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP-FLCAr (Bolsista CAPES-PNPD). Doutor em Ciências Sociais com período sanduíche na Universidade de Salamanca, USAL, Instituto de Iberoamérica e Centro de Estudios Brasileños e Mestre em Sociologia, respectivamente, nos anos 2013 e 2006, pela UNESP/Araraquara. Desenvolve pesquisas sobre o processo de planejamento urbano e metodologias participativas na formulação de políticas públicas. Foi presidente da ONG Araraquara Viva e coordenou inúmeros projetos socioambientais aprovados pelo Ministério da Cultura, Lei Rouanet. É autor dos livros: *Trajetórias do planejamento urbano* (2014); *Salamanca por Diversas Lentes – Um passeio fotográfico pelas memórias em Salamanca – Espanha* (2014); *Políticas Públicas e Gestão Cidadã* (edição bilingue, *Políticas Públicas y Gestión Ciudadana*); da série *Desafios Urbanos* (composta por três volumes).

³ Possui Graduação em Ciências Sociais (1999), Mestrado em Sociologia (2003) e Doutorado em Sociologia (2009) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente, é Professor Assistente Doutor da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Professor da Unifae lecionando Sociologia para o curso de Publicidade e Propaganda e Professor do Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida. Atualmente, é pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Gestão Baseada em Valores (MackGVAL). No MackGVAL, pesquisa acerca da temática "Valores e Cultura Política", com ênfase nos governos FHC, Lula e Dilma.

2003, que visava à implementação de uma política nacional de desenvolvimento regional, tema, aliás, que passa a ocupar lugar de destaque nas agendas governamentais e representa um desafio para os governantes para os próximos anos.

Palavras-Chave: Capital social, desenvolvimento regional, federalismo, desigualdade, políticas públicas.

Recebido em 24/09/2016
Aceito para publicação em 02/11/2016

Introdução

O Brasil é, constitucionalmente, um país que possui um sistema federativo, mas que, entretanto, possui fortes distorções neste sistema, configurando, contudo, a existência de vários “Brasis”. Existe uma grande assimetria entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de um lado, e Sul e Sudeste, de outro. Por definição, entende-se por federalismo um sistema coeso, onde os entes subnacionais são capazes de estabelecerem articulações que visem à promoção de vínculos de solidariedade e harmonia entre União, Estados e Municípios. Entretanto, o que se observa no Brasil é a presença da descentralização, que, de certa maneira, acaba por desarticular esse Pacto firmado entre as esferas governamentais.

Tal distorção pode ser verificada se examinarmos a história da consolidação deste Pacto Federativo. Ao contrário da constituição da clássica federação americana, onde as colônias e posteriormente os Estados se uniram para criar um sistema federativo, no Brasil o Governo Central precedeu as esferas subnacionais. Este motivo é particularmente evidente quando examinamos a Constituição de 1964, referente ao regime militar, onde havia grande concentração de recursos e, fundamentalmente, de poder, na esfera central.

Com o intuito de promover um reajuste no quadro então fortemente centralizador, buscou-se, com a Constituição de 1988, um rearranjo através da descentralização, principalmente de recursos, a Estados e Municípios. A descentralização era vista como a saída para os males fiscais do país, utilizada como um instrumento para a implementação de um projeto de desenvolvimento integral, especialmente em territórios extensos, diminuindo a desigualdade, por meio da redistribuição de recursos. Entretanto, outros consideravam que esta maciça descentralização representaria o abandono da pretensão de se promover o desenvolvimento de tais regiões e agravando sobremaneira a situação de

Estados e Municípios.

Com relação à democracia, algumas correntes sustentam que a descentralização é o mecanismo através do qual há a redistribuição do poder político, aproximando o regime ante as pressões dos setores populares. Entretanto, a principal discussão em torno da descentralização seria a perda da União, que a partir da Constituição de 1988 abre mão de parcela de seus recursos para as outras esferas subnacionais, sem, contudo, ver diminuídos seus encargos.

O modelo de descentralização também se relaciona com as políticas sociais, como mecanismo de revigoração do Estado, buscando a minimização da crise de gestão quanto à ineficiência das políticas públicas, estimulando, contudo, os poderes locais e promovendo a participação popular na gestão pública. O processo de descentralização era visto como um processo de redemocratização, em áreas sociais, como saúde, educação e assistência social.

Neste sentido, dada as peculiaridades da federação brasileira, podemos compreender que se torna necessária e urgente a adoção de medidas que visem à diminuição das desigualdades regionais, por meio de iniciativas governamentais e também da articulação de atores sociais para ações que promovam o desenvolvimento. Neste sentido, ocupa um papel fundamental a noção de capital social, que será desenvolvido ao longo do presente artigo.

Convém ressaltar que uma importante medida governamental foi realizada, por meio da elaboração, no ano de 2003, de uma Proposta, oriunda do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, visando à promoção do desenvolvimento regional, especialmente de regiões brasileiras menos desenvolvidas economicamente. O conteúdo de tal proposta será explicitado adiante.

Neste sentido, o presente artigo procura discorrer sobre tentativas de participação popular em diversas regiões do país, priorizando, portanto, a noção de capital social. Abordará algumas peculiaridades da federação brasileira, como o fenômeno conhecido como guerra fiscal e a proposta elaborada pelo Executivo em 2003, sobre a política de desenvolvimento regional.

A participação popular como mantenedora do desenvolvimento

Abordagens internacionais parecem chegar ao consenso de que a participação da sociedade civil é primordial para a sustentação de políticas

relacionadas ao desenvolvimento. Um exemplo típico deste ponto de vista foi a organização dos setores populares em torno do Orçamento Participativo, inicialmente oriundo em Porto Alegre e difundido pelo restante do país. Os representantes da sociedade civil são chamados a deliberar sobre os recursos públicos empregados e destinados a investimentos. Outro exemplo que pode ser considerado diz respeito às associações de municípios de Santa Catarina, que organizaram fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado.

Bandeira (1999) salienta que a preocupação com as questões relativas ao desenvolvimento regional é relegada a segundo plano. Para o autor:

Nem sempre há consciência do fato de que muitos dos problemas econômicos e sociais que afetam essas áreas exigem soluções regionais. Em consequência, tais problemas tendem a ser percebidos e enfrentados como se fossem questões locais, deixando de ser identificadas e aproveitadas muitas oportunidades de cooperação entre esses atores na defesa de interesses comuns à região (BANDEIRA, 1999, p. 06).

O autor em tela salienta, ainda, experiências de participação popular ocorridas em cinco regiões brasileiras. A primeira delas é no Ceará, onde são instalados conselhos municipais e regionais de Desenvolvimento Sustentável, a partir do ano de 1995. A segunda são as audiências públicas regionais promovidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, incorporando propostas da comunidade ao orçamento do Estado. A terceira é a dos Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado, de Santa Catarina. Convém destacar também a experiência do Espírito Santo, onde existem tentativas de organização de Orçamentos Participativos estaduais, com assembleias microrregionais. Além disso, Bandeira (1999) ressalta o papel da implantação dos COREDE (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), uma experiência de construção institucional, surgidos no Rio Grande do Sul a partir de 1991.

Os conselhos regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDE) surgiram com a finalidade de promover o desenvolvimento em regiões “esquecidas” pelo Estado, representando um instrumento de mobilização da sociedade, a fim de que esta pudesse participar na formulação e implementação de iniciativas que promovessem o desenvolvimento regional. Foram implantados pelo governo do Estado, a partir de 1991; inicialmente, foram criados seminários informativos, onde sua implementação eficaz foi promovida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, contando com o incentivo das universidades, que foram as principais estimuladoras do

processo de constituição destes conselhos, pois promoviam seminários e organizavam propostas para a implantação.

Bandeira (1999) explicita, nesta passagem, o que significou a criação dos COREDE:

Os Conselhos Regionais têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição eqüitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente (BANDEIRA, 1999, p. 34).

Faziam parte dos COREDE: deputados estaduais e federais, das regiões dos Conselhos, prefeitos e presidentes de câmara de vereadores, representantes das instituições de ensino superior e que atuam na região, empresários, trabalhadores rurais, cooperativas e associações de produtores, movimentos ecológicos e movimentos comunitários.

Na fase inicial, segundo Bandeira (1999), os COREDE atuavam quase como os orçamentos participativos, indicando prioridades das regiões às quais representavam; entretanto, com o passar do tempo, os Conselhos, principalmente do Noroeste gaúcho, uniram-se, com o apoio das universidades existentes e elaboraram documentos que visavam estabelecer medidas que estimulassem a reconversão econômica destas regiões.

Com o passar do tempo, outras regiões, como Chapecó, município de Santa Catarina, foram se integrando aos Conselhos e elaborando novos documentos para a promoção do desenvolvimento regional. Estes documentos representavam meios de fortalecer as reivindicações regionais perante as instâncias governamentais. Neste sentido, observa-se que os COREDE surgiram com uma dupla função: promover políticas que incentivassem o desenvolvimento regional e também, inserir as necessidades populares na agenda das discussões governamentais.

Bandeira (1999, p. 50) explicita nesta passagem o que significa a criação dos COREDE:

Numa perspectiva de longo prazo, uma das funções mais importantes dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento é a de constituírem-se em agentes de mudança social e cultural, fazendo que, pela prática da participação, haja o fortalecimento do espírito associativo e das

estruturas da sociedade civil, promovendo a acumulação de capital social. Pode-se afirmar que, se os Conselhos forem bem-sucedidos no desempenho dessa função – assumindo o papel de instituições animadoras e viabilizadoras da participação -, as regiões do Rio Grande do Sul terão dado um passo importante para melhor capacitarem-se para a promoção do desenvolvimento.

Experiência semelhante foi tentada também no Ceará, onde os Conselhos Regionais intencionavam promover um modelo de desenvolvimento sustentável do Estado, e, sobretudo, gerenciar os recursos públicos de forma a aumentar a eficiência, por meio da mobilização da sociedade.

De 1995 a 1998, o governo cearense, com o apoio da assessoria da Universidade Federal do Ceará, implantou Conselhos de Desenvolvimento Sustentável (CDMS) em 184 municípios do Estado. Participavam destes conselhos, representantes da sociedade civil e governantes. Entretanto, a meta não foi atingida e a implantação ocorreu apenas em 90 municípios.

Os principais objetivos destes Conselhos eram a identificação dos problemas regionais e as alternativas para atingir a solução, por meio da valorização dos potenciais para o desenvolvimento regional, constituindo, portanto, espaços de negociação para as ações governamentais, estabelecendo, contudo, metas prioritárias a serem perseguidas, valorizando áreas como saúde, educação, preservação ambiental, etc.

No entanto, devido a diversos fatores, Bandeira (1999) salienta que não houve muito sucesso na implantação destes conselhos. O projeto tendeu ao fracasso antes mesmo de ser concluído o mandato.

Outra tentativa de mobilização da participação civil foi realizada em 1993, em Minas Gerais, por meio de audiências públicas que tinham por finalidade selecionar propostas de regiões para inclusão ao orçamento estadual. A iniciativa partiu do Poder Legislativo, com a subsequente participação dos poderes Executivo e Legislativo.

A experiência mineira centra-se mais na questão orçamentária e não possuía, segundo o autor em tela, mecanismos que promovessem a formulação de estratégias de desenvolvimento regional.

Em Santa Catarina foi igualmente procurado instalar instâncias intermediárias entre o Estado e a sociedade, visando à implementação de ações voltadas ao desenvolvimento regional. Eram chamados Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado, que possuíam os seguintes objetivos: integrar as instituições públicas e privadas em torno do desenvolvimento

harmônico da região do oeste de Santa Catarina; institucionalizar o Fundo de Desenvolvimento Regional Integrado e estimular a captação e aplicação de recursos humanos, financeiros e materiais, visando o desenvolvimento integrado da região.

Bandeira (1999) ressalta que em Santa Catarina existe um forte entrosamento entre as associações de municípios e a área de planejamento do estado, contando com uma forte estrutura técnica de apoio e assessoramento às prefeituras, com profissionais contratados em caráter permanente. Neste sentido, a existência dessa estrutura permite o apoio ao bom funcionamento dos fóruns como intermediadores entre a sociedade civil, as administrações municipais e o Estado.

Estes fóruns são constituídos por empresários, órgãos governamentais, instituições públicas e privadas e agentes comprometidos com o desenvolvimento de Santa Catarina. Entretanto, como ressalta o autor em tela, em Santa Catarina, não foram estruturados mecanismos para que estes fóruns pudessem influenciar a elaboração do planejamento estadual.

Em 1995, no Espírito Santo, a administração estadual procurou implantar um sistema de participação civil na elaboração do orçamento. O órgão que então passou a assumir a tarefa da articulação foi a Coordenação de Planejamento do Governo (COPLAG). A sistemática adotada para a elaboração de tais orçamentos era a seguinte: organizavam-se assembleias municipais para a seleção de demandas nas áreas de educação, saúde, agricultura, segurança pública e desenvolvimento econômico. Em um segundo momento, eram realizadas assembleias macrorregionais, com a finalidade de estabelecer demandas, obedecendo aos seguintes critérios: abrangência regional, parceria e continuidade. Nessas assembleias eram escolhidos representantes que então iriam compor uma comissão orçamentária estadual, encarregada de acompanhar a tramitação do Projeto de Lei do Orçamento na Assembleia Legislativa, analisando as proposições de emendas e fiscalizando a execução orçamentária.

Entretanto, tal projeto encontrou alguns óbices difíceis de serem transpostos, como observado na passagem a seguir:

A partir de 1996, deixou de ser feito o levantamento de novas demandas, tendo em vista a impossibilidade de atendimento. Também a estrutura de gestão deixou de ser implantada, frustrando, ao menos em parte, a implementação do que parece ser uma experiência tecnicamente bem-concebida de gestão participativa do desenvolvimento regional (BANDEIRA, 1999, p. 58).

A dificuldade de se levar adiante tais iniciativas decorre de vários fatores. Em primeiro lugar, a influência da comunidade sobre as decisões contraria o mecanismo de administração que determina como as verbas públicas são utilizadas. A iniciativa de ampliar a participação da sociedade no processo decisório exige a ruptura de formas tradicionais de governo.

Outro problema a ser enfrentado para que movimentos em torno das iniciativas populares se efetivem é a permanente desconfiança dos indivíduos em torno das ações implementadas, quase sempre sem credibilidade por considerarem manobras eleitorais.

Além disso, cabe ressaltar que, em geral, os novos ocupantes de cargos administrativos tendem a não levar adiante projetos de administrações rivais, principalmente em casos de ações participativas. O que é comum, nesse sentido, é o abandono de tais projetos, ou alterações, ganhando novos contornos da administração que está no poder. Além disso, como bem salienta Bandeira (1999, p.60):

É importante destacar que mesmo os empreendimentos mais sinceros de promoção da participação precisam ser temperados pela sobriedade e pelo realismo. Caso contrário, existe o risco de que seja induzida a formação de expectativas incompatíveis com a realidade financeira e administrativa das instâncias promotoras.

É necessário, portanto, levar em consideração as limitações e potencialidades de cada região, estimulando, contudo, o processo de participação em cada uma delas. Esse processo pode ser organizado na forma de audiências públicas, como observado em Minas Gerais, ou na promoção da participação, com os conselhos regionais destacados no Ceará e no Rio Grande do Sul. O processo pode ser combinar estes dois tipos de participação, como ocorreu no Espírito Santo.

O que se torna indispensável salientar é que os exemplos citados nos fornecem a importância da participação da sociedade, na acumulação de capital social, em torno das decisões políticas implementadas. Além disso, por meio destes movimentos, a fiscalização também é estimulada, permitindo, assim, formas verdadeiramente democráticas de governo.

O capital social e a construção de políticas sociais

Abordagens relativamente recentes apontam para as ações que

proporcionam o fortalecimento da sociedade civil, com apoio das instituições não governamentais e pelas práticas participativas. O elemento central desse enfoque, que destaca a importância dos fatores culturais no processo de desenvolvimento, é o conceito de *capital social*.

Segundo economistas e agências multilaterais, existem três tipos de capital, ou seja, três formas de ativos que produzem riqueza e desenvolvimento:

- a) o capital natural, constituído pelos recursos naturais de um país;
- b) o capital constituído pelo homem, que inclui o capital financeiro, comercial, etc. e
- c) o capital social, que se refere às habilidades com as quais os homens contribuem para a vida econômica.

O capital social abarca as noções de confiança, compromisso, de normas, de vínculos de reciprocidade, cooperação e solidariedade, capazes de estimular as pessoas para aumentarem o desenvolvimento econômico. Ajuda a aproximar os indivíduos, fortalecendo os laços existentes entre eles e tornando-os propensos a colaborar no enfrentamento de problemas comuns. O termo tem sido frequentemente utilizado pelo Banco Mundial, que mensura como e de que forma ele habilita os indivíduos (especialmente os mais pobres) a participarem e a beneficiarem-se do desenvolvimento, uma vez que o capital social molda a quantidade e qualidade das interações sociais.

O termo *capital social* foi definido por Pierre Bourdieu e por James Coleman nos anos 80. Este último utiliza o termo para destacar que os indivíduos atuam para construir o capital social para que haja a maximização de suas oportunidades sociais e econômicas. Neste sentido, a confiança mútua entre os indivíduos contribuiria para reduzir os custos de transações entre eles.

A partir destes dois autores, outro teórico que discorreu sobre a questão do capital social foi Robert Putnam, com a publicação *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, em 1993. Em seu estudo comparativo sobre o desenvolvimento político das regiões da Itália estabeleceu uma conexão entre o grau de civismo de uma sociedade e a qualidade de sua governança. Para Putnam, a partir da conquista da Sicília, na Idade Média, constituiu-se no Sul da Itália uma cultura autoritária, que levou essa região a estabelecer relações sociais do tipo vertical, hierárquicas, que tornou difícil o desenvolvimento de um espírito participativo. Os indivíduos concentraram suas lealdades e seus laços em torno da unidade familiar, sendo pouco propensos a estabelecer relações com pessoas menos próximas na comunidade.

O Norte da Itália, ao contrário, possui organizações como a Igreja e as sociedades de ajuda mútua, que conseguiram desenvolver o associativismo horizontal e a participação cívica.

Neste sentido, a análise de Putnam é pertinente, sobretudo para as políticas de desenvolvimento regional, pois além de medidas tradicionais, como a implantação de infraestrutura, incentivo ao investimento, devem ser adotadas medidas que incentivem a coesão da sociedade, através da acumulação do capital social, estimulando, assim, a participação de vários atores sociais na discussão de questões de interesses comuns. O fomento para a organização da sociedade é tão importante que, em alguns países desenvolvidos, existem instituições responsáveis pela interação entre sociedade civil e a administração pública: são os conselhos econômicos e sociais, que existem na Espanha, França e Chile.

Peter Evans (1996), procurando oferecer uma visão neo-institucionalista ao “culturalismo” presente na definição de Putnam, destaca a burocracia estatal como promotora do capital social, no sentido de que o Estado passaria de mero regulador da ação social, para indutor e mobilizador do capital social, articulando, dessa maneira, uma sinergia entre Estado e sociedade. Neste sentido, o autor questiona a ideia dessa sinergia depender de fatores culturais preexistentes na sociedade; para ele, a sinergia fracassa porque não existem instituições públicas fortes o suficiente para manter o engajamento. Neste sentido, a sinergia entre Estado e sociedade poderia oferecer condições para uma mudança institucional.

A participação social contribuindo para a acumulação de capital social facilita a interação e articulação dos atores sociais, produzindo consensos em torno das políticas de desenvolvimento empregadas, contribuindo, também, para a competitividade de regiões. Todavia, o que se observa, em especial, no Brasil, é a existência de uma competição exacerbada dos entes federais, que se consolida na chamada “guerra fiscal”, travada entre governos estaduais, com o intuito de atrair investimento para as regiões que representam. Os efeitos de tal processo serão verificados a seguir.

A guerra fiscal e suas contradições

A guerra fiscal é uma expressão utilizada para designar as relações competitivas existentes entre as unidades da federação. Adquiriu centralidade a partir dos anos 90, mas é um fenômeno antigo no Brasil e em alguns países com

fortes heterogeneidades econômicas. Entretanto, nesse cenário “hobbesiano”, a competição travada não encontra freios capazes de atenuar seus impactos negativos sobre o federalismo, que procura construir sua unidade em um país marcado por desigualdades regionais, culturais e econômicas.

Formalmente, o Brasil tornou-se um sistema federativo logo após a Proclamação da República; entretanto, o federalismo brasileiro aparece constantemente desfigurado, em virtude de muitos fatores, dentre eles, da competição existente entre os Estados. Essa competição foi sendo mais fortemente acentuada a partir das condições políticas e econômicas que emergiram a partir da década de 80. Além disso, a Constituição de 1988 trouxe consigo o processo de descentralização que, de um lado, oferece um sentido democrático à federação, mas por outro lado, permitiu aos Estados estabelecerem alíquotas diferenciadas sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal imposto estadual.

Há, ainda, outros dois pontos a serem destacados, com relação à guerra fiscal. Em primeiro lugar, as agências federais de desenvolvimento regional começaram a serem extintas a partir de 2001, deixando para as administrações subnacionais a incumbência de nutri-las. Entretanto, tal ação foi considerada nociva por muitos especialistas na área, dentre eles, Prado e Cavalcanti (2000, p. 113), como na passagem a seguir: *“Na prática, a progressiva retirada do governo federal das ações discricionárias não levou à saudável hegemonia do mercado, como muitos esperavam, mas criou um vazio de políticas rapidamente preenchido pela ação dos grupos regionais”*.

Um segundo ponto que acentua a guerra fiscal é a abertura da economia brasileira, na medida em que atrai um fluxo grande de capitais internacionais em busca de novos investimentos no país. Neste sentido, cada Estado promove verdadeiras instâncias atrativas para que indústrias multinacionais se instalem em seus territórios.

Neste sentido, a internacionalização da economia fomenta a guerra fiscal, que se torna cada vez mais nociva, quando analisamos o contexto de desigualdades regionais e de limitação de recursos internos a investimentos. Em contrapartida, os Estados procuram atrair os investimentos externos, com isenções fiscais e alíquotas mais baixas do ICMS, vislumbrando, assim, novos empregos, diversificação da produção local e aumento da renda regional.

Porém, cabe indagar os efeitos da renúncia fiscal promovida pelos governos estaduais, que nem sempre estão preparados para realizá-la. Além

disso, as empresas multinacionais são beneficiadas pelos benefícios concedidos, em detrimento das empresas nacionais, que além de não encontrarem grandes incentivos para o desenvolvimento, são oneradas com a quantidade de impostos pagos.

A contradição da guerra fiscal reside quando analisamos a geometria de perdas e ganhos, que é sempre variada. Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro têm tido sucesso na atração de novos investimentos. O exemplo de Goiás também é sempre lembrado, pois nos últimos dez anos conseguiu atrair mais de 250 indústrias, criando 130 mil empregos e passando do 12º lugar, para o 8º lugar, em termos de participação no PIB nacional, em função de uma política explícita de incentivos fiscais.

Além disso, tanto entre parlamentares federais como entre autoridades estaduais, existem os defensores da livre concorrência entre os Estados em favor da atração de indústrias e de serviços para seus territórios. Afirmam que os incentivos fiscais são um direito constitucional e que, apesar de apresentarem um lado negativo, têm sido vitais para o desenvolvimento de alguns Estados.

O tema da guerra fiscal adquiriu centralidade também, entre os anos de 1994 a 2003, quando os debates sobre a reforma tributária eram intensos. Analisando o comportamento dos parlamentares presentes, à época, na discussão, se compreende que estes são favoráveis à prática competitiva entre os entes da federação. O depoimento a seguir é de um ex-Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Albérico Mascarenhas, que fornece sua opinião acerca da guerra fiscal:

Concordo também com que a guerra para a atração de investimentos não é a melhor saída, mas não resta alternativa. Não temos opção, por exemplo, para cidades do interior da Bahia e do Nordeste em que não há uma única forma de geração de emprego. Não pode ser turismo, porque não existem atrativos turísticos, são regiões pobres, de semi-árido, onde não se tem o que fazer. Essas populações acabam indo para as grandes cidades em busca de emprego. Cito como exemplo o setor calçadista da Bahia, que gera hoje mais de 30 mil empregos. É um custo alto para o Estado, concordo com isso. Na verdade, está comprando emprego, mas é a única esperança que temos. Mesmo com toda essa dificuldade, a Bahia cresceu sua participação nacional de 4,5%, em 1995, para 4,9%, em 2002. Temos conseguido crescer, mas concordo que esse não é o melhor mecanismo. Concordo também que os Governadores dos estados menos desenvolvidos não tiveram outra opinião. (MASCARENHAS, Comissão Especial, Câmara dos Deputados, Brasília, 10/04/2003, p. 35).

O ex-deputado Sandro Mabel (PL-GO), ressaltava, na época das discussões sobre a reforma tributária, que é necessário a extinção do termo “guerra fiscal”, pois se trata de uma política de correção das desigualdades regionais existentes no país, reconhecidas pela Constituição. Para o deputado, os incentivos estaduais para os Estados de Santa Catarina, Goiás, Sergipe, Mato Grosso promovem desenvolvimento, e salienta:

Quanto ao fato de Pernambuco permitir a renúncia fiscal, registro a seguinte tese: é melhor renunciar a 5% ou 30% ou 40% de algo do que não arrecadar nada. Se não forem instaladas empresas no Estado – como acontece na minha região, nos Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste -, não haverá renúncia fiscal, mas também não haverá arrecadação. Se no Orçamento está prevista a renúncia fiscal, isso significa dizer que está começando a haver arrecadação (MASCARENHAS, Comissão Especial, Câmara dos Deputados, Brasília, 10/04/2003, p. 22).

E complementa:

O algodão do Mato Grosso tem 75% de incentivo, por isso se desenvolveu, tem qualidade para ser exportado. Lá o programa tem efeito qualitativo, buscam a qualidade para exportar o algodão produzido no Centro-Oeste, no Mato-Grosso. Se esses 75% forem retirados, torna-se inviável, pois não se chega ao preço internacional com a qualidade que é pretendida e que permite ao Brasil exportar e tornar o Mato Grosso um dos maiores produtores de algodão (MABEL, Comissão Especial, Câmara dos Deputados, Brasília, 08/05/2003, p. 54).

Apesar de todo o discurso em prol da guerra fiscal, é necessário que o debate seja pautado pelo bom senso, pois esta é um instrumento de desagregação do pacto federativo, a medida em que produz comportamentos competitivos entre os Estados; além disso, é necessário salientar que o problema da guerra fiscal é uma questão que se desdobra em uma discussão maior, que é a ausência de políticas nacionais de desenvolvimento regional, capazes de promover mecanismos que estabeleçam elos harmônicos entre os entes da federação.

Diante desta real necessidade, em dezembro de 2003 foi elaborada uma proposta para discussão, através do Ministério da Integração Nacional e das Secretarias de Política de Desenvolvimento Regional e da Secretaria de Programas Regionais, que foi intitulada “Política Nacional de Desenvolvimento Regional”, que buscava fornecer os pilares para a implantação do

desenvolvimento regional no Brasil. É essa proposta que detalharemos a seguir.

1. A proposta sobre uma política nacional de desenvolvimento regional

A proposta tinha como porta-voz o então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (2003 a 2006), e envolvia a participação das seguintes equipes técnicas: Departamento de Planejamento do Desenvolvimento Regional, Departamento de Gestão dos Fundos de Investimento, Departamento de Programas das Regiões Norte e Nordeste e Departamento de Programas das Regiões Sul e Sudeste.

A metodologia empregada para a construção da proposta é formada por uma base de dados, que inclui o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 1991 a 2000 e as estimativas do PIB.

A proposta ressalta que os países menos desenvolvidos são os mais afetados pela ausência de políticas de desenvolvimento regional, pois quando existe o desenvolvimento, ele tende a privilegiar certas localidades, enquanto inabilita outras, levando sempre em conta o interesse das corporações e das indústrias.

Neste sentido, as atividades econômicas se desenvolvem em áreas que possuem boa infraestrutura, recursos humanos qualificados e boa qualidade de vida à população, adequados, portanto, à instalação de grandes indústrias e grandes empreendimentos e à geração de lucros. Regiões que não estiverem devidamente amparadas com tais exigências, na maioria das vezes não estimulam a vinda de tais empresas.

Assiste-se, neste sentido, que as áreas mais pobres e com menores níveis de renda propiciam o esvaziamento populacional e o fluxo migratório para áreas mais desenvolvidas, como ressalta os termos da proposta:

Enquanto certas áreas assistem a um uso intenso dos recursos disponíveis, outras veem seus potenciais de desenvolvimento subutilizados. A configuração territorial resultante desse mosaico de situações dispare, quanto à inserção produtiva, conforma e reafirma situações de desigualdade entre indivíduos, empresas e regiões. Os desequilíbrios observados, no entanto, são passíveis de alteração pelo impulso de políticas de desenvolvimento regional (Proposta para discussão, 2003, p. 08).

As políticas de desenvolvimento já tentadas no Brasil estiveram, portanto, ligadas à promoção de mudanças das condições socioeconômicas das regiões que compõem a federação. No entanto, segundo a proposta, o desenvolvimento regional deve não somente visar à reestruturação econômica das regiões, mas, sobretudo, impulsionar um valor agregado a esta, estabelecendo conexão com as estruturas produtivas existentes e visando a criação de empregos diretos e indiretos. A proposta cita dois exemplos de experimentos bem-sucedidos, que são os distritos industriais italianos e o Vale do Silício Californiano, onde as políticas de desenvolvimento passaram a assumir uma expressão regional, considerando a importância das forças sociais nestas regiões, como elementos-chave das estratégias bem-sucedidas.

No Brasil, principalmente no final do século XX, houve uma revalorização da dimensão regional, onde grandes empresas passaram a expandir seus empreendimentos, gerando lucro. Entretanto, houve uma desvalorização ainda maior de regiões menos desenvolvidas, e que, segundo a proposta, devem ser mobilizadas, por meio do desenvolvimento regional.

Uma das maneiras de mobilização destas regiões carentes seria a acumulação de capital social, que possui um caráter conciliador e que, portanto, poderia organizar coletivamente as populações, procurando espaços para a inclusão social, inserindo-se de maneira sustentável nos mercados. O ex-ministro Ciro Gomes cita exemplos em que a organização coletiva promoveu o desenvolvimento de regiões, como o caso do Seridó Norte- Rio-grandense, onde a mão-de-obra local produz bonés, produtos alimentares e cerâmicas, gerando renda e o eixo Toritama/Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste Pernambucano, que desenvolveu habilidades com o setor de confecções e transformou índices negativos em melhoria da qualidade de vida da população.

Neste sentido, a proposta contempla:

Políticas nacionais de desenvolvimento possuem, assim, novo espaço para agir. Não precisam mais lidar apenas e exclusivamente com a atração de empresas de grande porte, dos empreendimentos motores do crescimento. Mas, agora, estão abertas à exploração das relações sociais de cooperação e de compartilhamento de visões de futuro e projetos de desenvolvimento dos membros da sociedade regional (Proposta para discussão, 2003, p. 11).

Um dos aspectos que a proposta visa corrigir é a guerra fiscal entre os Estados brasileiros:

Nas décadas recentes, prevaleceu a “guerra fiscal”, mas floresceram, também, experiências de cooperação sub-regional muito positivas e que devem ser valorizadas, agora, pelas políticas federais. Em nível estadual, alguns Estados começam a implementar uma verdadeira revolução institucional, valorizando a dimensão regional na estruturação de suas ações (Proposta para discussão, 2003, p. 11).

1.1. Objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

O enfoque principal da PNDR é a diminuição das desigualdades de níveis de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre as unidades territoriais brasileiras. Segundo a proposta, os diferentes potenciais de desenvolvimento das diversas sub-regiões, que refletem a diversidade social, econômica, ambiental e cultural presentes no país são a matéria-prima das políticas regionais.

Nos próprios termos da proposta:

O sentido maior de uma PNDR é, portanto, duplo: de um lado, sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades regionais que, à exceção de curtos períodos históricos, não pararam de se ampliar no Brasil; de outro, explorar, com afinco, os potenciais endógenos da magnificamente diversa base regional de desenvolvimento, em conformidade com os fundamentos sociais atuais de uma produção mais diversificada e sofisticada, mas portadora de valores sociais regionalmente constituídos. Um dos mais importantes patrimônios do país é sua diversidade ambiental, sócio-econômica e cultural (Proposta para discussão, 2003, p. 12).

A PNDR não visava atender ao desenvolvimento de áreas metropolitanas, embora considere também que nessas regiões existam bolsões de pobreza. Ela pretende atender, primordialmente, aquelas regiões que carecem de políticas de desenvolvimento regional.

A proposta possuiu a preocupação de elaborar cartogramas, com base em dados do IBGE, a fim de mapear as regiões mais carentes do Brasil. Foram levados em consideração o número de habitantes por KM², pois consideram que locais que oferecem empregos e serviços públicos tem, conseqüentemente, maior concentração populacional. Para as pesquisas, duas variáveis foram consideradas: a taxa de alfabetização e a taxa de urbanização; constatou-se que áreas com baixos níveis educacionais coincidiram com áreas com baixo grau de

urbanização, o que sugere a ideia de que o desafio do desenvolvimento no Brasil passa por uma nova abordagem do meio rural, inclusive no sentido de dotar seus centros urbanos de menor porte, da provisão dos serviços essenciais necessários.

Por meio da pesquisa realizada pela PNDR, constatou-se que os menores índices de rendimento concentram-se no sertão nordestino e no Estado do Amazonas. Neste sentido, a PNDR não aponta o emprego de políticas de desenvolvimento regional nem no Sudeste, nem no Sul do Brasil, com exceção somente ao norte do Estado de Minas Gerais, uma vez que no Sudeste e Sul as taxas de rendimento foram consideradas altas.

Neste sentido, uma vez manipulados estes dados, a PNDR propõe a recriação da SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia) e da SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste), por meio, sobretudo, de um apoio ao desenvolvimento de uma infraestrutura, apoio aos arranjos produtivos locais, capacitação de mão-de-obra e apoio à ampliação da oferta de crédito para as unidades produtivas. A acumulação de capital social também é considerada essencial para a concretização de medidas eficazes de desenvolvimento regional.

Um ponto importante da proposta é o relacionado às regiões brasileiras. Por meio do mapeamento realizado, foram constatados aspectos interessantes e que dividem o país em três áreas distintas, a saber: áreas de alta renda, áreas de média renda e áreas de baixa renda. Para a obtenção dos dados abaixo designados, foram consideradas duas variáveis: o rendimento domiciliar médio por habitante e a variação do PIB. O rendimento domiciliar médio por habitante busca mensurar o poder de compra médio em um determinado território. A variação anual média do PIB mostra a evolução da produção de um determinado espaço geográfico. Nesta proposta, uma vez feita a superposição dos cartogramas compostos por estas variáveis, os espaços resultantes definem os tipos de áreas beneficiadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

As áreas de alta renda compreendem 12,6% do território brasileiro, com 53,7% do total da população concentrada. O adensamento populacional é de 85 habitantes por KM², com 93,2% de urbanização. Estas áreas participam com 76% do PIB total do país.

As áreas consideradas de média renda, segundo a pesquisa contida na proposta, compreendem 33,9% do território, com a concentração de 28,9% da

população, o que corresponde a 17 habitantes por km², com uma taxa de urbanização de 75,3%. Participa com 17,7% do total do PIB; apenas 5% dos habitantes com mais de 25 anos de idade possuem 12 anos ou mais de estudo. Cerca de 1/3 da população de 15 anos possui menos de 4 anos de estudo.

As áreas de baixa renda compreendem 23% do território e abarcam 8,4% da população, e, portanto, com baixa densidade demográfica, com 7 habitantes por KM². O grau de urbanização é de 50,4%; sua participação no PIB é de 1,7%; 60% da população com mais de 15 anos possui menos de 4 anos de estudo. Somente 1,4% da população com mais de 25 anos apresentam mais de 12 anos de estudo.

A PNDR aponta que as regiões consideradas de alto rendimento concentram-se predominantemente no Sul e Sudeste do país e as de baixo rendimento, se concentram nas regiões Norte e Nordeste do país, com um quadro em que convergem baixos indicadores de renda aliados ao pouco dinamismo de sua base produtiva, o que resulta em espaços problemáticos no que se refere aos desequilíbrios inter e intrarregionais.

Neste sentido, a proposta para discussão sobre a implantação de políticas nacionais de desenvolvimento representou uma tentativa de diminuição das desigualdades existentes no Brasil. Entretanto, pouco ou quase nada foi realizado no sentido de implantar o que a proposta preconizava, demonstrando, contudo, a dificuldade em se implantar tal iniciativa.

Entretanto, os propositores eram otimistas quanto ao resultado da proposta que elaboraram:

A proposta de Política Nacional de Desenvolvimento Regional precisa ainda encontrar formas de diálogo com uma outra e fundamental política: a de ordenamento territorial. Na construção de um Brasil para todos e de todas as regiões, essas políticas terão lugar especial na agenda da sociedade brasileira dos próximos anos (Proposta para discussão, 2003, p. 56).

Conclusão

Foi demonstrado ao longo do presente artigo que a sociedade civil tem se organizado, em diferentes momentos históricos, com o intuito de definir políticas que visem ao desenvolvimento regional. Vários exemplos desta tentativa foram apresentados, com experiências em Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará, principalmente destacando a

centralidade que ocupa a questão do capital social na difusão de práticas participativas.

Outro exemplo do emprego bem-sucedido do capital social no desenvolvimento regional é apontado por Maria Alice Nunes da Costa (2003), que faz um estudo sobre o Programa Social da Comunidade da Mangueira, no Rio de Janeiro, entidade que tem em seu entorno comunitário os laços do capital social.

Ao longo dos 14 anos de atuação social, Costa (2003) salienta que o Programa passou a ter o número de 30 projetos, voltados aos moradores locais e de comunidades subjacentes. Atualmente, ele envolve um grande número de empresas privadas que atuam em projetos de saúde, educação, cultura, lazer, esporte e formação profissional. Além disso, possui vínculos com a Prefeitura do Rio de Janeiro, bem como com os governos estaduais e federais.

A comunidade da Mangueira ficou mundialmente conhecida em razão da sua Escola de Samba nas apresentações em carnavais. E foi por meio de sua marca cultural que a Escola de Samba da Mangueira mobilizou os indivíduos para a implantação de melhorias na qualidade de vida da comunidade. Segundo Costa (2003), a identidade com o carnaval, o samba e a música tem contribuído para a proximidade e o diálogo com diversos setores da sociedade: artistas, intelectuais e setores das camadas médias da sociedade, aliado à identidade cultural de seus membros na busca de um objetivo comum, lançou, portanto, as bases para a acumulação de capital social na comunidade, o que fez com que o Programa Social se efetivasse.

Estudos com diferentes metodologias e perspectivas teóricas apontam para o fato de que é necessário resgatar o cidadão novamente para a esfera pública; neste sentido, um sistema político não depende somente das instituições ou da engenharia institucional, mas também de uma base de apoio por parte dos indivíduos. A sinergia entre o Estado e a sociedade não são garantidas por meio da lei, de um contrato, mas se baseiam em um processo que é construído gradualmente, fortalecendo as noções de confiança e reciprocidade.

Principalmente em uma federação tão desigual como o Brasil, onde os entes subnacionais sobrevivem em um cenário conflitivo, personificado na ideia de guerra fiscal, é necessário e urgente que sejam implementadas políticas de incentivos ao desenvolvimento regional. O Executivo entende essa urgência e lançou as bases para a concretização desta política por meio da Proposta para discussão, em 2003, mas que, entretanto, não atingiu os resultados esperados.

Neste sentido, é importante, pois, que a sociedade encontre maneiras de se articular em torno da acumulação de capital social, que é um instrumento de *empowerment* dos indivíduos para agirem coletivamente e, acima de tudo, fiscalizarem e reivindicarem ações efetivas dos seus representantes políticos.

Entretanto, tendo em vista a conjugação de fatores desfavoráveis, fica claro a dificuldade em difundir práticas participativas em torno do desenvolvimento regional no Brasil. No entanto, o estímulo à participação da sociedade civil, em torno de organizações que visem ao desenvolvimento regional, deve ser estimulada para que o desenvolvimento promova empregos e aumente a renda, em uma federação, que se configura tão desigual, como no Brasil.

Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. Reforma política e federalismo: desafios para a democratização brasileira. In: BENEVIDES, Maria Victória & KERCHE, Fábio & VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 225-265.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil – problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, 18, p.17-26, 2004.

BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. **IPEA**, Brasília, Texto para discussão N° 630, p. 1-89, fev, 1999.

BAQUERO, M. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 21, p. 1-36, nov. 2003.

BOURDIEU, P. The forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (ed.). **Handbook of Teory and Research for the Sociology of Education**.

Nova York: Greenwood Press, 1986.

BOVO, J. M. **Federalismo Fiscal e Descentralização de Políticas Públicas no Brasil**. Araraquara. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Proposta para Discussão. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento Regional. Brasília, p. 1-56, dez. 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Despacho: à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a ser apreciada pelo Plenário. **Proposta de Emenda Constitucional n° 41-A, Reforma do Sistema Tributário Brasileiro**, 2003.

COLEMAN, J. S. **Social Capital in the Creation of Human Capital**.

American Journal of Sociology, Chicago, v. 94, Supplement, p. S95-S120, 1988.

_____. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1990.

COSTA, M. A. N. **Sinergia e Capital social na construção de políticas sociais: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 21, p. 1-21, nov. 2003.

COSTA, V. Federalismo. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octávio (orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer – Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

DULCI, O. S. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 18, p. 1-15, jun. 2002.

EVANS, P. **Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy**. World Development, 1996, v. 24, n. 6, p. 1119-1132.

MELO, Marcus André. **O sucesso inesperado das reformas da segunda geração: federalismo, reformas constitucionais e política social**. Dados, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, out./dez. 2005.

PRADO, S.; CAVALCANTI, C. E. G. **A guerra fiscal no Brasil**. São Paulo: Fundap, 2000.

PUTNAM, R. **Making Democracy Work. Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

_____. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 6, n. 1, p. 65-78, jan., 1995.

REIS, B. P. W. **Capital social e confiança: questões de teoria e método**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n. 21, p. 1-22, nov. 2003.

TONELLA, C. **Capital social e redução da pobreza: o ponto de vista da CEPAL**. Revista de Sociologia e Política. Curitiba. N. 21, p. 1-5, nov. 2003 (Resenha).

WORLD BANK. **Social capital for Development**. Washington, D.C.: The World Bank Group. <http://www.worldbank.org/poverty/scapital>. Acesso em ago.2006.

Regional development incentive policies into an asymmetrical federalism situation

ABSTRACT

This article undertakes a quarrel on the politics of incentives to the regional

development in Brazil, from the concept of social capital. It discourses on attempts to organize the civil society around the promotion of measures that promote one better quality of life, capable to promote the reduction of the existing inequalities between the beings that compose the Brazilian federacy. It analyzes, mainly, a proposal deriving from the Ministry of the National Integration, in the year of 2003, that aimed at implementing the national politics of regional development, subject, by the way, to occupy place of prominence in governmental agendas, representing a challenge for the governing in the next years.

Keywords: social capital, regional development, federalism, inequality, public politics.



A polêmica do PNDH-3 e a proposta de mediação de conflitos

Alex Ricardo Bombarda¹

RESUMO

Desde quando foi promulgado, no ano de 2009, a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) suscitou polêmicas que estavam relacionadas a determinados itens. Essa polêmica acabou levando o governo da época a recuar e modificar esses itens em função da pressão exercida por determinados grupos representados pela Frente Parlamentar da Agropecuária; pela Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana; pela Frente Parlamentar Evangélica; setores da mídia como ABERT, ANER e ANJ e representantes das Forças Armadas. Desse modo, o objetivo deste artigo será analisar a proposta do PNDH-3 referente a mediação de conflitos visando, com base na teoria de Loïc Wacquant e em textos de jornais publicados na época, compreender a polêmica envolvendo o tema dos direitos humanos e do Estado de Bem-Estar Social no Brasil.

Palavras-Chave: Direitos Humanos, Estado Social, Estado Penal, PNDH-3.

Recebido em 22/07/2016
Aceito para publicação em 14/08/2016

Introdução

O objetivo deste artigo será discorrer acerca da polêmica gerada em torno do PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos). Sob o amparo teórico de Loïc Wacquant, será analisado o item relacionado a mediação de conflitos agrários urbanos e rurais e, com base em reportagens e artigos publicados nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, a polêmica gerada em relação ao tema dos direitos humanos e a questão relacionada ao Estado de Bem-Estar Social no Brasil.

Desde quando foi promulgada a primeira edição do PNDH, no ano de 1996, o programa passou a ser referência para a promoção dos direitos humanos no Brasil. Elaborado em decorrência de acordos internacionais firmados, o

¹ Mestre em Ciências Sociais pela UNESP – Câmpus de Araraquara. Licenciado em Ciências Sociais pela UNESP – Câmpus de Marília. Atualmente leciona sociologia na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

PNDH foi fruto da participação do Brasil na II Conferência Mundial de Direitos Humanos. Na época, os embaixadores Gilberto Sabóia e José Augusto Lindgren coordenaram o comitê de redação da Declaração do Programa de Viena, que apontou aos participantes do evento responsabilidades no sentido de promover os direitos humanos em seus respectivos países.

A importante participação que o Brasil teve no evento, somado a episódios como a chacina da Candelária (1993), o Massacre de Corumbiara (1995) e o Massacre do Eldorado dos Carajás (1996), foram fatores que estimularam o presidente da época - Fernando Henrique Cardoso - a promulgar a primeira edição do PNDH. Assim, o programa também representou uma resposta aos órgãos internacionais, como à Comissão de Direitos Humanos da ONU² e à Corte Interamericana de Direitos Humanos que estavam questionando o Brasil acerca dessas graves violações aos direitos humanos ocorridas.

O PNDH-1 foi elaborado com base na participação de dezenas de entidades e centenas de pessoas. Dentre as propostas presentes, podemos citar o apoio à formulação de políticas públicas para a proteção dos direitos humanos no Brasil, enfatizando a proteção do direito à vida e à segurança das pessoas, a luta contra a impunidade, a proteção do direito à liberdade e à liberdade de expressão, a luta contra o trabalho forçado e a criação de mecanismos para agilizar processos e julgamentos com o intuito de reduzir o tempo de espera daqueles que estão detidos.

A segunda edição do PNDH, promulgada em 12 de maio de 2002, foi elaborada no sentido de promover uma atualização do programa que contou com 518 medidas baseadas em críticas feitas em relação ao programa anterior. Esta edição trouxe os direitos de livre orientação sexual e identidade de gênero, proteção aos ciganos e uma série de outras importantes ações.

No dia 21 de dezembro de 2009 uma nova edição do programa foi elaborada. No PNDH 3, que deu continuidade aos programas anteriores, foram incluídas uma série de inovações que partiram de sugestões recolhidas em mais de 50 conferências nacionais temáticas (saúde, educação, direito das mulheres, igualdade racial etc.) ocorridas desde o ano de 2003. Estruturado em 6 eixos orientadores e subdividido em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas, a terceira versão do programa é referência para a elaboração de leis, propondo regulamentos para sua execução.

O PNDH-3, que será analisado neste artigo, apesar de ter sido apontado

² Organização das Nações Unidas.

como inovador por várias entidades e órgãos voltados à promoção dos direitos humanos, suscitou inúmeras críticas, que partiram de parlamentares vinculados à Frente Parlamentar da Agropecuária (bancada ruralista); de parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica (bancada evangélica); da Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana; da CNBB³ e de entidades ligadas aos meios de comunicação, como a ABERT⁴ a ANER⁵, e a ANJ⁶. Esses foram alguns dos grupos que manifestaram repúdio ao programa.

Tal repúdio esteve relacionado com alguns pontos polêmicos do programa tais como a questão do aborto, a regulamentação da imprensa, a mediação de conflitos urbanos e rurais, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e o uso de símbolos religiosos em locais públicos.

Devido às críticas e a polêmica gerada em torno do programa, algumas ações acabaram sendo modificadas através do decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010. O texto original, de dezembro de 2009, previa apoiar a *aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos* (PNDH 3, 2009, p.91). Com a pressão de grupos como a CNBB, o texto foi alterado de modo a *considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde* (PNDH 3, 2010, p. 91).

O item referente ao uso de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos que propunha *desenvolver mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União* (BRASIL, 2009) foi excluído, demonstrando que a discussão acerca da laicidade do Estado ainda se depara com uma série de empecilhos que impedem sua efetivação.

Outra proposição controversa foi a presente no Objetivo Estratégico VI, que trata do acesso à justiça no campo e na cidade. Em função da pressão exercida por integrantes da bancada ruralista, o texto inicial do programa foi modificado devido ao fato de sugerir a utilização – no caso de uma propriedade invadida, seja no campo ou na cidade – de métodos alternativos em que as partes envolvidas no conflito (grupos sem-terra/sem-teto e proprietários/Estado) deveriam participar de uma mediação que seria instituída como a primeira etapa para solucionar o embate.

Um dos motivos para a utilização de métodos alternativos, como a

³ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

⁴ Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

⁵ Associação Nacional de Editores de Revistas.

⁶ Associação Nacional de Jornais.

mediação, para a resolução destes conflitos está relacionado à tentativa de evitar a violência, bastante comum em processos de reintegração de posse em que muitos indivíduos sofrem violação de seus direitos humanos fundamentais, sendo comum casos de mortes, como as ocorridas no episódio da reintegração de posse, em janeiro de 2012, na comunidade pinheirinho.

Esse item, referente a mediação de conflitos, será objeto de análise deste trabalho que contará com o subsídio teórico de Loïc Wacquant para discutir a questão relacionada ao desmonte do chamado Estado de Bem-Estar Social e a promoção de políticas voltadas aos direitos humanos no Brasil.

Loïc Wacquant e as prisões da miséria

Desde quando foi promulgado, o PNDH-3 foi alvo de uma série de críticas que acusavam o programa de ir contra princípios presentes em nossa Constituição Cidadã, de 1988. Visando discorrer acerca das críticas que envolveram o objetivo estratégico VI, que trata do acesso à justiça no campo e na cidade, será considerada a teoria empreendida pelo sociólogo francês Loïc Wacquant. Para Wacquant (2004), a instituição do estado penal teria ocorrido em detrimento da desconstrução do Estado de Bem-Estar Social. Assim, a ausência do Estado no sentido de promover direitos sociais acabaria gerando, em contrapartida, um processo de criminalização da pobreza e de comportamentos classificados como perturbadores da ordem social estabelecida.

No contexto do neoliberalismo tem ocorrido uma tendência, cada vez mais latente, de enfraquecimento dos Estados de Bem-Estar Social já constituídos. Tal tendência, verificada nos Estados Unidos e em países europeus, atinge também países da América Latina como, por exemplo, o Brasil. O menos Estado econômico e social seria *a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro quanto do Segundo Mundo* (WACQUANT, 2004, p.4).

O aparato do Estado de Bem-Estar Social, e sua presença no sentido de dirimir as desigualdades geradas numa economia de mercado, passa a ser estruturado no sentido de manutenção da ordem pública. Assim, a penalidade neoliberal seria estruturada para combater um estado de delinquência gerado pela própria ausência de políticas sociais capazes de reverter a condição dos indivíduos excluídos do mercado de trabalho.

A utilização de políticas penais *made in USA*, por países europeus e da América do Sul, teve como principal consequência um processo de encarceramento da população pobre:

Em suma, a adoção das medidas norte-americanas de limpeza policial das ruas e de aprisionamento maciço dos pobres, dos inúteis e dos insubmissos à ditadura do mercado desregulamentado só irá agravar os males de que já sofre a sociedade brasileira em seu difícil caminho rumo ao estabelecimento de uma democracia que não seja de fachada, quais sejam “a deslegitimação das instituições legais e judiciárias, a escalada da criminalidade violenta e dos abusos policiais, criminalização dos pobres, o crescimento significativo da defesa das práticas ilegais de repressão, a obstrução generalizada ao princípio da legalidade e a distribuição desigual e não equitativa dos direitos do cidadão” (WAQUANT, 2004, p. 8).

O neoliberalismo e sua insistente ideia de menos Estado, de um Estado *guarda noturno*, vai ocupando uma dimensão cada vez maior. Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra, foram os primeiros líderes políticos que prepararam o terreno para a instauração de uma nova ordem, que tinha como fundamento um ataque às teorias keynesianas. Outro ponto que merece destaque foi a defesa de uma maior participação do Estado no âmbito penal que, através da junção do governo com a elite política e midiática, propagou a ideia de um Estado penal rígido, duro no combate aos que cometem incivilidades e violam a lei.

A campanha realizada pelos meios de comunicação pode ser verificada através do livro de Charles Murray que foi financiado pelo governo americano, foi inserido nas redes midiáticas, nos programas de televisão, nas discussões e conferências universitárias alcançando, em pouco tempo, o *status* de clássico quando o assunto era o impacto das políticas de Welfare-State na sociedade norte americana. Murrey sustentava a tese de que a assistência social do Estado aos pobres era um dos principais incentivos para a manutenção e ampliação da pobreza nos Estados Unidos pois *recompensa a inatividade e induz à degenerescência moral das classes populares, sobretudo essas uniões “ilegítimas” que são a causa última de todos os males das sociedades modernas-entre os quais a violência urbana* (WACQUANT, 2004, p. 14).

Assim, uma verdadeira campanha foi empreendida no sentido de resgatar os valores do liberalismo econômico clássico, num contexto político em que havia uma forte presença do Estado no âmbito econômico e social. Vários institutos trabalhavam no sentido de difundir valores apropriados ao

pensamento neoliberal como o *American Enterprise Institute*, *Heritage Foundation* e o *Manhattan Institute*, um dos principais financiadores de Charles Murray. Tais institutos foram responsáveis pela criação das novas ideias da direita norte-americana.

Rudolph Giuliani, que a partir de 1994 ganhou as eleições para prefeito de Nova Iorque, foi um dos vários que estiveram presentes nas palestras proferidas por Murray. Nessas palestras, discutia-se a necessidade de punir pequenos delitos com o intuito de prevenir outros mais graves. Assim, moradores de rua, sem teto, prostitutas, mendigos, vagabundos, pichadores etc., passaram a ser vistos como delinquentes em potencial, que estariam ameaçando o bem-estar dos cidadãos nova iorquinos. Tais discussões passaram da teoria para a prática quando políticas, como a de tolerância zero, foram implantadas.

Tendo Nova Iorque como vitrine da chamada política de tolerância zero, Giuliani ficou mundialmente conhecido pela luta empreendida contra o crime. Na verdade, o foco estava em combater qualquer tipo de incivilidade ou perturbação do cotidiano. Tal prática de combate ao crime estava pautada em ditados populares como *quem rouba um ovo, rouba um boi* (WACQUANT, 2004, p.16).

A política de tolerância zero passa a ser apresentada aos Estados Unidos, e ao mundo, como uma solução para o problema da criminalidade. Alguns dados publicados pela mídia mostravam uma redução dos crimes cometidos em Nova Iorque. Um detalhe importante é que a diminuição da criminalidade havia ocorrido também em locais onde não havia sido implantada a política do prefeito Rudolph Giuliani.

De acordo com Wacquant, a queda na taxa de criminalidade em Nova Iorque e em outras cidades dos Estados Unidos já ocorria há três anos antes da estruturação do Estado penal. No entanto, a ideia passou, com a ajuda do governo norte-americano, do *Manhattan Institute* e de outros órgãos que ficaram responsáveis por apresentar ao mundo a moderna fórmula de combate ao crime, pautada na redução do Estado no âmbito social e econômico e na ampliação do Estado penal.

A Inglaterra foi um dos primeiros países a adotar o novo modelo de combate ao crime. Depois dela a França, Alemanha, Itália, México, Argentina e também o Brasil passam a estruturar suas políticas de segurança no sentido de não tolerar nenhuma espécie de delito. No Brasil, assim como em outros países que adotaram tais medidas, os mais penalizados foram os grupos formados por

pobres, moradores das periferias, negros, enfim, exatamente aqueles que há gerações já estavam esquecidos pelo Estado.

O negro, pobre, sem teto, usuário de droga, imigrante passa a ser o novo alvo dos policiais. A culpa pela miséria é do próprio indivíduo, já que o Estado deixa de intervir no âmbito social e econômico, ficando responsável em suprir a demanda de novas vagas em cadeias e penitenciárias. A demanda por vagas em penitenciárias passou a ser uma tendência, com consequências mais trágicas em países em desenvolvimento, como o Brasil. No caso dos Estados Unidos, é curioso verificar que antes da implantação da política de tolerância zero estava havendo um decréscimo na população carcerária.

Discutia-se o processo de desencarceramento da população e da aplicação de penas alternativas aos criminosos, reservando a reclusão apenas para os mais perigosos, que seriam entre 10 a 15%:

Alguns chegam a anunciar com audácia o crepúsculo da instituição carcerária um livro expressa bem, com seu título, o mood dos especialistas penais naquele momento: “Uma nação sem prisões”. Mas a curva da população carcerária iria se inverter bruscamente, e logo dispararia: 10 anos mais tarde, os efetivos encarcerados haviam saltado para 740.000 antes de superar 1,5 milhão em 1995 para roçar os dois milhões no final de 1998, ao preço de um crescimento de quase 8% durante a década de 90. Se fosse uma cidade, o sistema carcerário norte-americano seria hoje a quarta maior metrópole do país (WACQUANT, 2004, p. 51).

Lawrence Mead é outra voz que surge no sentido de confirmar a nova modalidade neoliberal de combate ao crime. Para ele, aqueles que se encontram desempregados deveriam aceitar qualquer emprego, independente das condições de trabalho ou da remuneração. As causas do desemprego não estariam relacionadas a questões de ordem econômica, mas, sim, ao próprio indivíduo. Mead chega a propor a elaboração de dispositivos que obriguem o desempregado a aceitar qualquer trabalho, mesmo contra sua vontade.

Assim como o serviço militar tem permissão para recrutar um indivíduo para o exército, deveria o Estado, também, recrutar os desempregados para o trabalho, mesmo o trabalho sub-humano e sub-remunerado. Para Wacquant, tais teóricos cometem um retrocesso pois atomizam a sociedade e oferecem uma explicação individual para problemas que seriam de ordem social e política.

Tais argumentos retirados de autores como Murray, Mead, dentre outros, demonstram a fragilidade de suas bases teóricas e o modo como estão

equivocados em relação a ideia de um Estado penal. Os Estados Unidos teriam, segundo Wacquant, umas das maiores populações carcerárias do mundo, sendo que 60% dos presos são negros e latinos. Os crimes que os levaram à prisão são aqueles que poderiam ser pagos com penas alternativas, como o uso de drogas, por exemplo.

O processo de encarceramento contribui para excluir os grupos indesejados, como negros, imigrantes, pobres que “sujam” as ruas, estações de metrô e praças públicas. Além do mais, o governo passa a exercer um maior controle em relação aos desviantes e dependentes e todos aqueles que não se submetem à ditadura do mercado.

Assim, com o Estado penal implantado, qualquer atitude como pichar um muro, passear com o cachorro sem coleira ou não atravessar na faixa de pedestre pode ser motivo para a detenção. O espaço público passa a ser regido pela pedagogia da repressão

A demanda por novas vagas nas prisões faz com que os gastos necessários para manter o Estado penal sejam cada vez maiores. Como forma de resolver tal problema, o sistema penitenciário nos EUA passa a ser privatizado. Com a privatização do sistema, os grupos indesejados passam a ser também uma significativa fonte de lucro para um pequeno grupo de empresários, alguns deles figuras políticas norte-americanas defensoras do modelo penal implantado. Em 1980 não existia nenhuma prisão privada nos Estados Unidos ao passo que em 2001 já existiam 276.655.

Assim, a privatização do sistema prisional significou uma excelente fonte geradora de lucros. Tanto é que muitos são os prisioneiros que, ao cumprir sua pena, voltam à liberdade endividados, já que eles têm de arcar com as dívidas contraídas na prisão. Quanto a relação entre brancos e negros/latinos na sociedade norte americana, Wacquant afirma que *um homem negro tem mais de uma chance em quatro de purgar pelo menos um ano de prisão, e um latino, uma chance em seis, contra uma chance em 23 para um branco* (WACQUANT, 2004, p. 61).

Enfim, Wacquant ressalta a escolha clara dos Estados Unidos em punir com rigor a pobreza, o desemprego como sendo *um complemento da generalização da insegurança salarial e social* (WACQUANT, 2004, p. 99). Já a Europa teria que optar entre duas opções: uma seria a opção pela criminalização da miséria, encarcerando imigrantes, negros e outros “inimigos públicos” e a desconstrução do Estado de Bem-Estar Social; a outra seria a

criação de novos direitos e garantias para seus cidadãos, com serviços universais de educação, saúde e políticas de Estado responsáveis por garantir condições que são essenciais para que o ser humano possa viver com dignidade: *Dessa escolha depende o tipo de civilização que ela pretende oferecer a seus cidadãos* (WACQUANT, 2004, p.100).

No caso específico do Brasil, o impacto da política de tolerância zero foi sentido principalmente pelas populações da periferia das grandes cidades. É importante ressaltarmos que essa política penal, aqui, teve consequências trágicas, considerando que somos um dos países mais desiguais do mundo.

Nosso Estado de Bem-Estar Social, fruto de uma *americanização perversa*, como diria Maria Lúcia Werneck Vianna (1998), já acumulava deficiências no sentido de oferecer a todos serviços sociais de qualidade e capazes de retirar da miséria um grande número de pessoas, segregadas nas periferias e distantes do Estado de Bem-Estar-Social. No entanto, a ausência do Estado social é compensada com a presença, sempre constante, do Estado penal.

Pobres e negros compõe a principal clientela do Estado penal brasileiro. A ausência do Estado social é fato. A invasão das ideias neoliberais e a necessidade de colocá-las em prática de acordo com os ditames do FMI, somado a antigas práticas políticas, comuns no contexto brasileiro, como clientelismo, corporativismo, interferem na constituição da cidadania e na capacidade dos indivíduos gozarem de seus direitos civis, políticos e sociais, conforme teoria elaborada pelo sociólogo inglês T. H. Marshall.

Quanto a questão referente à mediação de conflitos, notamos que os vários ataques que foram feitos em relação a esse item do PNDH-3 demonstram um claro atentado ao estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social no Brasil. A promoção dessa medida, que instituía a mediação de conflitos como uma etapa anterior a expedição de mandatos de reintegração de posse, visava, além de contribuir para a promoção do direito à moradia e à terra, impedir a ocorrência de desrespeito aos direitos humanos em situações de reintegração de posse.

No Brasil, muitos processos de reintegração de posse resultaram em graves violações dos direitos humanos. O Massacre de Corumbiara, o Massacre do Eldorado dos Carajás e também o caso envolvendo a comunidade Pinheirinho, ocorrida em 2012, demonstram a importância de se utilizar meios alternativos de resolução de conflitos como forma de evitar mortes, inclusive de crianças.

Além de impedir a ocorrência de desrespeito aos direitos humanos, essa medida também poderia contribuir para revelar se a propriedade invadida cumpre com a função social que lhe é imposta, ou seja, se a propriedade cumpre, no caso de imóveis urbanos, com o parágrafo 2º do art. 182 da Constituição Federal de 1988 que ressalta que *a propriedade urbana cumpre com sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor* (BRASIL, 1988). No caso de imóveis rurais, é previsto o art. 186, incisos I, II e IV da Constituição, devendo o imóvel ser produtivo, preservar o meio ambiente e cumprir com as leis que regulam as relações de trabalho (SILVA FILHO, 2010).

Na medida em que invasor e invadido são informados se o imóvel está em concordância com as leis estabelecidas pelo ordenamento jurídico vigente, ambos ficam cientes se a propriedade cumpre ou não com sua função social. Esse esclarecimento é um importante passo para futuras medidas relativas a resolução de conflitos fundiários.

Diversas sugestões acatadas durante a realização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos foram base para a elaboração do PNDH-3. No entanto, propostas que partiram de discussões e debates, que contaram com a participação de grupos sociais envolvidos com o direito à moradia e à terra, foram desconsideradas na medida em que colocavam em risco interesses de grupos específicos, como os do setor imobiliário e de latifundiários ligados ao agronegócio.

Quanto à investigação empreendida por Wacquant, esta teoria pode ser considerada uma importante referência para o debate acerca da cidadania e sua importância para os direitos sociais presentes na Constituição brasileira. Tais direitos, que englobam saúde, educação, moradia, lazer, segurança etc., devem ser garantidos pelo Estado de modo que os indivíduos tenham asseguradas condições necessárias para poder viver de forma digna, em concordância com os princípios de cidadania expressos em nossa Constituição.

Assim, a insegurança social decorrente da falta de políticas públicas adequadas para suprir a demanda por moradia e por terra no Brasil acabam gerando uma série de problemas que, ao invés de serem sanadas por meio de medidas que promovam o acesso à moradia e à terra para parcela significativa da sociedade brasileira, passam a ser violentamente reprimidos pela polícia.

Esse fenômeno pode ser verificado nos casos, aqui citados, envolvendo processos de reintegração de posse, como nos vários massacres envolvendo

sem-terra ocorridos ao longo da década de 1990 (que continuam ocorrendo até os dias atuais e envolvem também comunidades indígenas) e os casos envolvendo grupos sem-teto, como foi o caso da comunidade Pinheirinho (2012). Esses inúmeros acontecimentos indicam que o Brasil segue uma tendência mundial, analisada por Wacquant, de estabelecer um Estado penal em detrimento de um Estado de Bem-Estar Social.

No item a seguir serão consideradas posições advindas de parlamentares, representantes de sindicatos e ministros do governo da época em relação ao item relativo a mediação de conflitos proposta no PNDH-3.

A proposta de mediação de conflitos do PNDH-3 e sua abordagem feita pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*

Com o intuito de compreendermos a polêmica envolvendo o PNDH-3 foram selecionados, no acervo dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, artigos e reportagens que expressaram posições – contrárias e favoráveis - à proposta de mediação de conflitos. A mediação de conflitos envolvendo as partes afetadas, no caso o proprietário/Estado e grupos sem teto ou sem-terra, é apontada por diversas ONG's e estudiosos do assunto como uma importante medida que evita a violação de direitos humanos que são bastante comuns em situações de reintegração de posse.

Mesmo tendo sido elaborado juntamente com grupos articulados em defesa dos direitos dos indivíduos, o PNDH 3 sofreu algumas mudanças, dentre as quais, a que está relacionada à mediação de conflitos fundiários urbanos e rurais. As pressões exercidas pela bancada ruralista, assim como a de outros setores engajados na defesa do agronegócio, foram determinantes para tais modificações. A proposta inicial previa:

Projeto de lei para institucionalizar a utilização da mediação como ato inicial das demandas de conflitos agrários e urbanos, realizando a realização de audiência coletiva com os envolvidos, com a presença do ministério Público, do poder público local, órgãos públicos especializados e Polícia Militar, como medida preliminar à avaliação da concessão de medidas liminares, sem prejuízo dos outros meios institucionais para solução de conflitos (PNDH 3, 2009, p.148).

Com a mudança, a redação dada pelo Decreto nº 7.177, de 12/05/2010, ficou assim:

Propor projeto de lei para institucionalizar a utilização da mediação nas demandas de conflitos agrários e urbanos, priorizando a oitiva do INCRA, instituto de terras estaduais, Ministério Público e outros órgãos públicos especializados, sem prejuízo de outros meios institucionais para solução de conflitos (PNDH 3, 2010, p.148).

Conforme podemos notar, a mediação, com a mudança, deixou de ser prioridade em situações envolvendo conflitos agrários urbanos e rurais, ignorando sugestões dadas por diversos grupos, como o MST e o MTST, que participaram das várias conferências nacionais temáticas que deram origem ao programa em questão.

Convém esclarecer que a ideia de conflito agrário expressa, conforme Gercino José da Silva Filho:

... a situação de antagonismo, explícito ou potencial, entre pessoas físicas ou jurídicas, detentoras de imóveis rurais a qualquer título, e trabalhadores que demandam providências do poder público para a promoção de seu acesso à terra, para cumprimento de dispositivos e para execução das demais ações previstas (SILVA FILHO, 2010, p. 39).

Assim, a proposta de criar um marco jurídico na legislação brasileira com o intuito de estabelecer a mediação como ato inicial para a resolução de conflitos fundiários urbanos e rurais foi alvo de uma série de críticas. Dentre as críticas em relação a proposta, estava a de que ela atentava contra o direito à propriedade o que a tornaria, portanto, anticonstitucional.

No entanto, a medida é condizente com a Constituição brasileira (1988) que no art. IV, inciso VII, atenta para a solução pacífica de conflitos. Além disso, a proposta de mediação de conflitos esteve presente na edição anterior do programa (PNDH-2), de 2002, quando foi proposto o cumprimento da lei nº 9.416, que propôs tornar obrigatória a presença do juiz ou representante do Ministério Público Federal em locais onde estariam ocorrendo o cumprimento de manutenção ou reintegração de posse de terras. A medida buscava coibir conflitos violentos no campo e na cidade. Na época, essa medida do PNDH-2 não teve a mesma repercussão ocorrida em relação ao PNDH-3.

Em janeiro de 2010, a senadora da república que era, na época, filiada ao DEM-TO e presidenta da CNA (Confederação da agricultura e Pecuária do

Brasil), Kátia Abreu, teve publicado no jornal *Folha de S. Paulo*⁷ texto no qual criticou alguns pontos do programa. Para a senadora, o governo federal, ao decretar o PNDH-3, criou sua própria versão da Declaração Universal dos Direitos Humanos ameaçando, além da liberdade de imprensa, o direito à propriedade.

Desse modo, a máscara dos direitos humanos ocultaria *a face terrível dos demônios que grupos radicais e sectários se recusam a sepultar* (ABREU, 2010). Tais grupos seriam formados por determinados setores do Partido dos Trabalhadores (PT), que professam uma ideologia esquerdista e totalitária. Kátia Abreu criticou a maneira preconceituosa como o agronegócio é tratado no programa. Para ela, a proposta de mediação de conflitos fundiários foi interpretada como sendo um atentado à propriedade já que a concessão de:

... liminares, um dos instrumentos mais essenciais no caso de invasão de terra por terem efeito imediato, só poderão ser concedidas depois de realizados procedimentos administrativos e “conciliatórios” [...] dificultar a reintegração de posse é estimular invasões de terra. Não podemos esquecer, igualmente, que os procedimentos “conciliatórios” e burocráticos estariam à mercê de integrantes do MST, que hoje controla, postos de comando no Incra e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. A justiça não pode, em nenhuma circunstância, ser refém de burocracia alguma (ABREU, 2010).

No final de seu texto, a senadora afirma que apenas fragmentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estariam presentes no PNDH-3, sendo a maior parte do programa composta por *delírios de dominação autoritária com aparentes manifestações democráticas* (ABREU, 2010).

Outra crítica ao programa partiu do presidente do Secovi (Sindicato da Habitação) e da CBIC (Comissão Nacional da Indústria Imobiliária) João Crestana, que teve texto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*⁸ em janeiro de 2010. O então presidente do sindicato afirmou que o programa trata somente de direitos, não enfatizando os deveres que também caberiam ao cidadão. Crestana questionou o modo como foi elaborado o programa, que teria decorrido *tão somente de congressos tendenciosos, coordenados com o interesse de perpetuar uma ideologia diferente daquela que mora na alma do brasileiro*

⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1201201008.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

⁸ Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100113-42456-spo-22-eco-b6-not>. Acesso em: 12 jul. 2016.

(CRESTANA, 2010).

Ao discutir a questão relativa à mediação de conflitos ele afirmou que, devido à proposta do programa, o magistrado ficará impedido de determinar a reintegração de posse ao dono legítimo, no caso de invasão a um imóvel, sem antes realizar uma mediação entre as partes envolvidas. Isto afetaria *quem trabalhou e conseguiu um imóvel para alugar, ou mesmo aquela família que poupou e comprou sua moradia por meio do programa Minha Casa, Minha Vida* (CRESTANA, 2010).

Também em janeiro de 2010 o jornal *O Estado de S. Paulo*⁹ apontou crítica que o Ministro da Agricultura da época, Reinhold Stephanes, fez ao PNDH-3. O então ministro foi considerado um dos principais críticos do programa, chegando a levar ao então presidente Lula uma lista apontando os principais itens do programa que preocupava o setor agrícola. Além da parte que trata da invasão de terras, o ministro atentou para mudanças no item referente ao princípio de precaução ao uso de transgênicos. Essa restrição funcionaria, na prática, com uma barreira ao uso de OGM¹⁰, matéria já vencida no país, afirmou o ministro.

A proposta de estabelecer a mediação como ato inicial das demandas de conflitos agrários e urbanos, priorizando a realização de audiência coletiva com os envolvidos, foi bastante criticada por Stephanes. O PNDH-3 prevê que a mediação seja uma medida preliminar à avaliação e concessão de liminares para reintegração de posse. Para o ministro, *essa medida, além de trazer mais insegurança jurídica não só ao campo como também aos grandes centros urbanos, vai aumentar a violência e estimular as invasões* (STEPHANES, 2010).

Além de posições contrárias a medida, os jornais também apresentaram posições favoráveis, tal qual o texto publicado no *Estado de S. Paulo*¹¹, informando o posicionamento do MST em relação ao PNDH-3. O diretor do movimento, que chegou a comparar o programa a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, confirmou apoio ao Ministro responsável pela pasta dos direitos humanos da época, Paulo Vannuchi. A direção do MST disse esperar que Lula garantisse os avanços propostos no programa ressaltando, em relação

⁹ Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100114-42457-nac-6-pol-a6-not>. Acesso em: 22 jul. 2016.

¹⁰ Organismos Geneticamente Modificados.

¹¹ Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100114-42457-nac-6-pol-a6-not>. Acesso em: 12 jul. 2016.

aos itens que geraram polêmica, não acreditar que o governo fosse voltar atrás no PNDH, propondo um plano mais recuado em relação aos programas anteriores, decretados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

No item que trata da reforma agrária é previsto que a concessão de liminares de reintegração de posse seja precedida por uma audiência de conciliação criticada pelos ruralistas. Para o MST, o programa, assim como a Declaração dos Direitos Humanos, representa um avanço para a sociedade brasileira. Para o dissidente do movimento, José Rainha (2010), o programa inova ao *reconhecer que a reforma agrária não deve ser tratada na esfera policial*, afirmou.

Outra posição favorável ao programa foi a do Ministro do Desenvolvimento Agrário da época, que teve texto publicado na *Folha de S. Paulo*¹². Segundo Guilherme Cassel, a violência sem limites, o coronelismo, a insegurança jurídica e a exclusão sempre foram marcas persistentes na história do meio rural brasileiro de modo que nos habituamos a conviver com massacres, pistoleiros, grilagem e a existência absurda do trabalho escravo.

Apesar destes problemas, teria ocorrido, entre os anos de 2003 e 2009, uma diminuição de 80% dos conflitos agrários. Programas como o Paz no Campo (2003) e o Plano Nacional de Combate à Violência no Campo (2004) enfatizaram ações para ordenar instituições voltadas à prevenção e combate à violência no campo. O projeto busca tornar mais eficiente a resolução de conflitos.

No ano de 2006 foi criada a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, com a participação do Ministro da Justiça, do Meio Ambiente e dos Direitos Humanos. Uma das metas da comissão era estimular soluções pacíficas de conflitos e dos Direitos Humanos. Uma das metas da comissão era estimular soluções pacíficas de conflitos, baseadas no diálogo e na negociação. Em 2009, o Conselho Nacional de Justiça havia criado o Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos. Sua função era assegurar processos judiciais e também prevenir conflitos.

Em doze estados, no período em questão (2010), tribunais de justiça recomendavam aos magistrados ouvir, antes de decidir sobre liminares em ações possessórias rurais coletivas, o Ministério Público, o Incra e os institutos de terras. Desde 2005, teriam sido criadas em torno de seis varas agrárias (em oito

¹² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2601201008.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

estados), delegacias agrárias (em quatro estados) e defensorias públicas agrárias que trabalhavam em conjunto com movimentos sociais buscando *substituir a cultura de violência e impunidade por um ambiente de respeito aos direitos constitucionais*, afirmou Cassel (2010).

Apesar desses avanços, estabelecer o princípio da mediação de conflitos, que é apontado como sendo um procedimento adequado para solucionar de modo democrático determinados conflitos, tem sido tarefa difícil. A principal dificuldade de enfrentar a violência no campo está relacionada com o fato de que esta mesma violência *sempre serviu para encobrir a grilagem de terras públicas, trabalho escravo e desmatamento ilegal. Não é por acaso que a exigência do cumprimento do dispositivo constitucional de função social da propriedade de terra ainda suscita tantas reações* (CASSEL, 2010). A PEC do trabalho escravo, por exemplo, levou 19 anos para ser aprovada.

O PNDH-3 contemplou, no item referente à proposta de mediação, procedimentos modernos para a solução pacífica de conflitos fundiários agrários e urbanos, indicando uma continuidade em relação ao primeiro e segundo PNDH, que já *recomendavam ações conjuntas dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público para evitar a realização de despejos forçados*, disse Cassel (2010), lembrando que os primeiros programas chegaram a propor mudanças na legislação para tornar obrigatória a presença de juiz, ou do Ministério Público, no cumprimento de reintegração de posse. Também foi previsto condicionar a concessão de liminares para reintegração de posse à comprovação da função social da propriedade.

Apesar dos PNDH's anteriores tratarem da solução de conflitos de modo condizente com os direitos humanos, tais propostas não geraram a mesma polêmica verificada em relação ao PNDH-3. A resistência a essas medidas partiu de alguns poucos, que se incomodaram com a possibilidade de ter suas propriedades confiscadas para a reforma agrária. Para Cassel (2010), *os governos federais e estaduais, ao lado do Poder Judiciário e do Ministério Público, têm conseguido, nos últimos anos, substituir a violência pelo diálogo e bom senso*.

Pode-se verificar, com base na teoria proposta por Loïc Wacquant e na análise de posições advindas de ministérios ligados ao governo, líderes sindicais, representantes do agronegócio, do setor imobiliário etc., que a proposta de mediação de conflitos rurais e urbanos foi bastante criticada e acusada de contrariar princípios constitucionais na medida em que buscava promover princípios presentes na Constituição Cidadã, de 1988, que além de

atentar, conforme já citado, para a resolução pacífica de conflitos, buscava garantir direitos constitucionais tais quais o direito à moradia e à terra.

Conclusão

Sendo o Estado responsável por promover tais direitos notamos que, apesar da existência de ministérios, como a Secretaria Especial de Direitos Humanos, extinta no ano de 2015, terem representado um importante papel para a promoção dos direitos humanos e também dos direitos de cidadania, existem fortes resistências, advinda de grupos parlamentares, que impedem avanços em relação a esses direitos e ao próprio estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social.

No caso específico relacionado a teoria de Loïc Wacquant, a desconstrução do Estado de Bem-Estar Social é verificada quando consideramos o caso específico do Brasil já que importantes direitos, como o direito à moradia e o direito à terra, têm sido sistematicamente negados à parcela mais pobre da sociedade, que contam com ações do Estado para poderem superar a condição de não cidadãos a que estão expostos.

Wacquant afirma que o Estado de Bem-Estar Social têm sido substituído por um Estado que, ao invés de promover condições que possibilitem aos membros da sociedade condições para superar condições sociais adversas - como a falta de moradia - criminaliza grupos, como integrantes de movimentos sociais como o MST e MTST, e atomiza o caráter nitidamente social e político da questão relacionada à falta de moradia e à reforma agrária, que passa a ser atributo do indivíduo, como se o fato de não possuir moradia ou terra fosse o simples resultado de escolhas individuais.

Esse diálogo, infelizmente, parece estar cada vez mais difícil de ser estabelecido já que, no contexto brasileiro, caracterizado por uma grande diversidade social e cultural, medidas como o PNDH, que foi elaborado com base em sugestões advindas de movimentos sociais, da sociedade civil organizada, de políticos e estudiosos ligados a temas relativos aos problemas sociais, econômicos e políticos de nossa sociedade, foram rejeitados na medida em que atentavam contra interesses privados, como o dos grandes latifundiários (que historicamente exercem grande controle nas decisões políticas) e grupos ligados ao setor imobiliário.

Mesmo estando em concordância com a Constituição Cidadã de 1988, que trata de forma clara dos direitos como à moradia e a questão relacionada à

propriedade da terra (lembrando que o direito à propriedade rural, e urbana, estabelece relação com a função social da propriedade) tais medidas foram, na grande maioria dos artigos e reportagens relacionados ao PNDH-3, claramente distorcidas por importantes meios de comunicação de massa (como os jornais *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*) que, apesar de terem dado voz a posições favoráveis ao programa, em poucas ocasiões informaram para a sociedade o que significava o PNDH e qual era o intuito do programa.

Desse modo, verifica-se que a questão do Estado de Bem-Estar Social - que visa legitimar o estatuto da igualdade de direitos na sociedade brasileira - e dos direitos humanos - que geralmente são confundidos com direitos para bandidos - carece de uma discussão honesta, por parte de determinados meios de comunicação, e comprometida com princípios legais presentes em nossa Carta Magna.

Referências

ABREU, Kátia. **Direitos humanos ou gato por lebre?** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1201201008.htm>. Acesso em: 22 jul. 2016.

BRASIL. *Constituição* (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 jul. 2016.

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Vers. e atual. – Brasília: SDH/PR, 2010. 228 p. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>. Acesso em: 07 jul. 2016.

CASSEL, Guilherme. Sem medo dos direitos humanos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2601201008.htm>. Acesso em: 22 jul. 2016.

CRESTANA, João. Direitos humanos. E as obrigações? Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina#!//20100113-42456-spo-22-eco-b6-not/>. Acesso em: 22 jul. 2016.

FERNANDES, Adriana. **Stephanes critica texto sobre setor agrícola e quer mudança:** ministro defende revisão de questões sobre invasão de terra e transgênicos. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina#!//20100114-42457-nac-6-pol-a6-not>. Acesso em: 22 jul. 2016.

MARSHALL, T.H. Cidadania e Classe Social. In: **Cidadania, classe social e**

status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVA FILHO, Gercino José. Prevenção e mediação de conflitos à luz da questão agrária e dos direitos humanos no Brasil. **Revista Direitos Humanos**, Brasília, especial PNDH-3, nº 5, abr., p. 38-40, 2010.

TOMAZELA, José Maria. MST cita declaração da ONU. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20100114-42457-nac-6-pol-a6-not>. Acesso em: 22 jul. 2016.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil. **IUPERJ/REVAN**, Rio de Janeiro, p.130-215, 1998

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKewibgOLolYfOAhWgvJAKHffkDcwQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Ffiles.femadireito102.webnode.com.br%2F200000039-62f056357d%2FAs%2520Prisoos_da_Miseria%2520Loic_Wacquant.pdf&usq=AfQjCNG95XoAZA6cuIo0RNoOxelZ90cA2w&bvm=bv.127521224,d.Y21&cad=rja. Acesso em: 22 jul. 2016.

The controversy on PNDH-3 and the proposed conflict mediation

ABSTRACT

Since it was promulgated in 2009, the third edition of the Brazilian National Program for Human Rights has raised controversies that were related to certain items. This controversy eventually led the government of the time to step back and modify these items due to the pressure exerted by certain groups represented by the Parliamentary Front of Agriculture; the Parliamentary Front Apostolic Roman Catholic Church; the Evangelical Parliamentary Front; media sectors as ABERT, ANER and ANJ and representatives of the Armed Forces. Thus, the purpose of this article is to analyze the proposal of the PNDH-3 regarding conflict mediation in order to understand, based on Loïc Wacquant's theory and in newspaper articles published at the time, the controversy surrounding the issue of human rights and the rule of Social Welfare State in Brazil.

Key words: Human rights, Welfare State, Criminal State, PNDH-3.



Os dilemas da justiça distributiva: uma análise a partir do diálogo entre John Rawls e Robert Nozick

Pedro Uetela¹

RESUMO

No contexto da filosofia política contemporânea, o debate sobre a justiça culminou com a elaboração do princípio clássico da justiça distributiva de John Rawls. Todavia, a conceptualização sobre o que é justiça parece ter permeado as reflexões filosóficas de muitos pensadores desde a antiguidade. A partir destes e de outros referenciais teóricos e metodológicos, o presente artigo busca, por meio de uma revisão bibliográfica e hermenêutica, estabelecer um diálogo entre a teoria de justiça distributiva de John Rawls e de Robert Nozick. O mesmo formula a tese de que, tal como a determinação da métrica de justiça foi divergente entre diferentes gerações de cientistas políticos, o mesmo se repete entre Rawls e Nozick. Como resultado, não existe um único modelo de definição do que é justo como sempre ocorreu ao menos ao longo do contexto histórico da filosofia política.

Palavras-Chave: Justiça distributiva, Rawls, Nozick.

Recebido em 07/06/2016
Aceito para publicação em 15/08/2016

Introdução

As aparentes contradições atinentes à definição do que é justiça distributiva entre os filósofos políticos interessados na temática parece ser semelhante à complexidade da conceitualização da própria filosofia. Como Castiano et al (2001) observam sobre a diversidade das tentativas para definir filosofia,

[...] Se perguntarmos a dez físicos o que é a física, eles responderão, provavelmente, de maneira parecida. O mesmo se

¹ Bolsista da Capes-PECCPG e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista-Campus de Araraquara. Possui mestrado em Gestão e Direção da Educação pela Universidade de Sydney-Austrália, Diploma em Estudos do Ensino Superior e Desenvolvimento no âmbito de intercâmbio entre as Universidades Eduardo Mondlane-Moçambique e Oslo-Noruega e tem formação inicial em ensino de filosofia pela universidade pedagógica. Contato: uetelaha@yahoo.com.

passará, provavelmente, se perguntarmos a dez químicos “o que é a Química”. Mas se perguntarmos a dez filósofos “O que é a Filosofia”, ousou dizer que três ficarão em silêncio, três darão respostas pela tangente e as respostas dos outros quatro vão ser tão desencontradas que só mesmo outro filósofo pode entender que o silêncio de uns e as respostas dos outros são todas abordagens possíveis a questão proposta [...] (CASTIANO et al, 2001, p. 12).

O problema sobre o caso da justiça distributiva não se incide sobre a sua definição como parece ser com a temática de filosofia, mas, sim, sobre os mecanismos de sua operacionalização. Torna-se mais complexo ainda na justiça distributiva aferir tanto os instrumentos quanto a métrica a serem aplicados para mensurar assim como para fazer ações justas nos diversos contextos ou dilemas situacionais.

Todavia, fazendo uma retrospectiva histórica da conceitualização de justiça, e, olhando para o panorama das divergências filosóficas sobre a definição do modelo de avaliação do que é justo, pode-se perceber também a maneira da complexidade filosófica que, tanto as respostas de alguns, quanto as dos outros através das gerações, são todas abordagens possíveis à questão: O que é, e como faz-se justiça distributiva de forma justa?

Quando e como é que a ideologia de justiça nasce e qual o caminho que a mesma trilhou ao longo do desenvolvimento da história de filosofia até chegar a Rawls e Nozick? Fazendo uma retrospectiva a partir dos pré-socráticos até aos dois teóricos políticos contemporâneos (Rawls e Nozick), os quais o presente artigo pretende estabelecer um diálogo em torno das suas abordagens de justiça, parece existirem várias teses sobre a temática. Os pontos de divergências entre os múltiplos pensadores nesta arena parece serem vários do que os que podem lhes unificar.

Segundo Stumpf (1988), por exemplo, a ideia de justiça e as diversas formas através das quais ela foi aplicada na história de filosofia, teve sua gênese em Sócrates que a quando do seu julgamento e ter-lhe sido sugerido a possibilidade de exílio pelos seus seguidores, o que lhe dava a maior probabilidade de escapar da morte, muitas das respostas que o acusado Sócrates fez abriram espaço para vários modelos de reflexão sobre a definição de justiça. Para Sócrates, o exílio implica primeiro (i) desobediência à lei (justiça é neste caso uma questão normativa) e (ii) significa fazer um dever “dever ser”. A recusa de Sócrates para exilar-se permitiu (iii) que Atenas o recompensasse segundo o que ele merecia (justiça é merecimento). É a avaliação de algumas destas respostas que categorizaram Sócrates posteriormente como o homem

mais sábio e justo de seu tempo (STUMPF, 1988, p. 44-5).

Apesar disso, parece que a pergunta “o que é justiça distributiva” ainda não havia sido respondida de forma sistemática e o modelo socrático não era então considerado como uma bula para a teoria de justiça. Não obstante, muitos filósofos políticos desde a antiguidade até a contemporaneidade apropriaram-se destas teses de Sócrates na reformulação das teorias sobre justiça, como é, por exemplo, o caso da ética do dever ser que está presente no imperativo categórico de Kant (STUMPF, 1988, p. 317), da discussão sobre até que ponto a justiça significa merecimento, uma tese que foi apropriada tardiamente por pensadores como Platão na temática sobre apologia (STUMPF, 1988, p. 71) bem como o conflito entre obediência à lei e exílio sugerido pelos apoiantes de Sócrates, que pode corresponder ao debate contemporâneo da divergência entre as teorias normativas e consequencialistas da justiça que estão presentes maioritariamente em Sandel (1995). A preocupação deste último autor sobre o significado tanto de ações assim como de decisões justas como algo que pode ser avaliado a partir dos resultados das ações e decisões ou apenas a partir da obediência à lei, parece ser uma das provas de existência tanto do consequencialismo quanto do normativismo.

Várias outras abordagens foram privilegiadas para definir justiça ao longo dos tempos em termos de necessidades, capacidades e a teoria de que são os recursos que tornam possível a justiça, foi também uma das hipóteses consideradas por pensadores tais como Marx (2005, p.7), Sen (2009, pp. 259-63) e Dworkin (2008, pp. 80-30), respectivamente. Rawls (2008 e 2004) não se desvia da mesma preocupação da justiça distributiva e formulou na contemporaneidade um novo modelo o qual é considerado por alguns como protótipo. Dos poucos que não que são críticos a Rawls, destaque vai para Nozick (1974), que reformula as teorias do seu contemporâneo desde a análise do estado da natureza a partir de Locke, ponto de partida de ambos até à própria formulação teórica de justiça distributiva como o presente trabalho considera.

A escolha destes dois autores resulta da necessidade de ilustrar como é que a construção de qualquer ideologia dominante é resultado de luta de forças e como ela é indispensável às críticas como aquelas que Nozick tenta fazer á teoria dominante de justiça distributiva formulada pelo seu contemporâneo Rawls.

O artigo compreende quatro (4) partes. A primeira (introdução) incidiu-se sobre a contextualização e referência às fontes de dados, a segunda dará um panorama da conceitualização da teoria de justiça distributiva em Rawls. A

terceira, analisa a popularização da mesma teoria de justiça, mas na visão de Nozick. Na última seção, o artigo tenta estabelecer um diálogo entre algumas das teses formuladas pelos dois autores. Dado que os pontos de desencontro entre Rawls e Nozick são múltiplos do que os de convergência, o trabalho conclui que, não existe uma única fórmula de pensar-se sobre a justiça distributiva e, as asserções defendidas pelos dois autores, são algumas dentre as várias outras hipóteses probabilísticas que poderiam aqui ser formuladas.

Justiça distributiva em John Rawls

Alguns dos filósofos contemporâneos preocupados com a ideia de justiça são unânimes ao afirmarem que muitas das teorias sobre justiça elaboradas na atualidade são indissociáveis ao que Rawls postulou na “bíblia” *A theory of justice* (1971). Cohen (2008), por exemplo, apesar de seu ceticismo nalgumas das proposições de Rawls, tais como: o repúdio ao igualitarismo, bem como à possibilidade da justiça encontrar-se nas estruturas básicas da sociedade², o mesmo enaltece o contributo de seu antecessor, a ponto de reconhecer que, o resgate que ele propõe fazer, seria impossível efetuar-se sem referência ao seu fundador, neste caso sem Rawls.

É por meio deste reconhecimento que Cohen vai além apontando que, na história dos livros da filosofia política ocidental, são poucos os que podem ser visto na dimensão de *a theory of justice* (a teoria de justiça de Rawls). Como ele afirma, embora alguns trabalhos como a república de Platão e o Leviatã de Hobbes tenham sido destacados como sucedidos na história de filosofia política, tal sucesso pode ser incomparável ao que é o contributo da teoria de justiça hoje em vários domínios (COHEN, 2008, p. 11). Que teses então Rawls formulou sobre a teoria de justiça distributiva e como, a partir das mesmas, pode-se estabelecer diálogos com aquelas elaboradas por Robert Nozick?

Uma das maiores preocupações de Rawls é postular princípios justos, para pessoas livres, racionais e razoáveis. (RAWLS, 2008, p. 14). Para tal, viu-se obrigado a conceitualizar um modelo de justiça para tais pessoas livres, racionais e razoáveis. Seu ponto de partida é a crítica ao utilitarismo³, teoria

² Significa que na perspectiva de Cohen, o que está em causa na justiça distributiva é a igualdade de acesso às vantagens incluindo cargos e benefícios. Para Rawls não parece ser esta a grande preocupação uma vez que ele a maior preocupação são as instituições sociais e igualdade.

³ Uma teoria filosófica que defendia a maximização da maior felicidade para maior número de indivíduos. Defendia também a maximização do prazer e redução da dor.

filosófica popularizada desde Aristóteles e que atingiu o seu ápice com os utilitaristas ingleses, sobretudo Bentham e Mill (Rawls, 2008, introdução). Algumas das críticas ao utilitarismo, e que Rawls apropria-se delas para formular sua teoria de justiça distributiva, se fundavam na ideia de que a justiça e a liberdade só se constroem a partir do reconhecimento da pluralidade e da diversidade individual (RAWLS, 2008, p. 14).

Todavia, no utilitarismo existia um egocentrismo maior que seria impossível algum espaço para o pluralismo, e desta feita, seria também utópico qualquer tipo de cooperação. Para Rawls há umnexo entre pluralismo e justiça apenas na medida em que os indivíduos cooperam dentro do reconhecimento da diversidade. Contudo, Rawls nota que existe uma incompatibilidade entre os recursos disponíveis com as necessidades ou demandas dos indivíduos. Aqueles são escassos e estas maiores. Sendo assim, é possível estabelecer meios para definição do bem, que estará assente na ideia de agir sempre em favor do menos favorecido, o que seria impossível no utilitarismo onde existe um conflito entre interesses pessoais e imparcialidade. Para Rawls, só haverá justiça sempre que dentro do conflito entre oferta e demanda dos recursos os indivíduos cooperarem e agir em detrimento de quem menos possui (RAWLS, 2008, p. 8).

Todavia, uma vez que é possível dentro da cooperação alguns indivíduos agirem por egoísmo, Rawls entende que o fortalecimento da justiça distributiva, em indivíduos razoáveis e racionais, só poderá ser maximizada a partir do fortalecimento das estruturas básicas da sociedade. Estas estruturas existem nas instituições como: estado, família, igreja, escola entre outros e é através destas que se faz a distribuição tanto dos direitos quanto dos deveres fundamentais (RAWLS, 2008, p. 8). Um outro elemento que está presente na consolidação destas instituições, e que vai fortalecer as ações dos indivíduos em favor dos mais necessitados, é o que Hobbes, Locke e Rousseau, anteriormente a Rawls, denominaram de contrato social e estado de natureza, embora a aplicação e definição destes conceitos diverge entre os três e amplia-se cada vez mais a divergência em Rawls (cf. STUMPF, 1988, p. 225-98).

Influenciado por Locke, Rawls já não aplica o conceito contrato social, mas, sim, situação original, que é uma circunstância hipotética em que ninguém tem noção do que seriam os resultados de qualquer escolha que fazer. Como ele afirma:

[...] Não devemos achar que o contrato original tem a finalidade de inaugurar determinada sociedade ou de estabelecer uma forma específica de governo. Pelo contrário a ideia norteadora é que os

princípios de justiça para a estrutura básica da sociedade constituem o objetivo do acordo original. São eles os princípios que pessoas livres e racionais interessadas em promover seus próprios interesses, aceitariam em uma situação inicial de igualdade como definidores das condições fundamentais de sua associação. [...] a escolha que seres racionais fariam nessa situação hipotética de igual liberdade, presumindo-se, por ora, que esse problema de escolha tem solução, define os princípios de justiça. [...] Entre as características essenciais dessa situação, está o fato de que ninguém conhece seu lugar na sociedade, sua classe ou seu status social e ninguém conhece sua sorte na distribuição dos recursos e das habilidades naturais, sua inteligência, força, e coisas do mesmo gênero. [...] (RAWLS, 2008, pp. 13-15).

O que Rawls define para a materialização da justiça pode-se resumir em dois aspectos: (i) estruturas básicas da sociedade que existem nas instituições e (ii) posição original caracterizada pelo véu de ignorância, uma vez que ninguém conhece o seu *status*. Ao pensar desta forma, Rawls parece resgatar algumas das teses formuladas anteriormente por alguns filósofos políticos e que mostraram o nexo instituições e justiça. Conforme Stumpf (1988), por exemplo, a ideia da relação entre justiça e instituições sociais, já havia sido formulada por Platão na antiguidade a quando da sua tese de que:

As justice is the general virtue of the moral person, so also it is justice that characterizes the good society. But Plato does not simply say that there is an interesting or coincidental connection between the just person and society. He argues rather, that there is a structural and natural as well as logical relationship between individuals and the state. In the republic, Plato argues that the best way to understand the just person is to analyse the nature of the state (STUMPF, 1988, pp. 69-70).

Segundo esta hipótese, a ideia de justiça como algo que se constrói por meio do aprimoramento de instituições justas, parece ser mais antiga do que a própria teoria de justiça no contexto aplicado por Rawls. Neste caso, a importância que Rawls dá às instituições parece sugerir que não são os indivíduos em si que são justos, mas, sim, a corporação é quem molda a justiça nos indivíduos. Como mostraremos na terceira parte referente ao diálogo e crítica da teoria de justiça de Rawls, pensar que as instituições é que são justas e não os indivíduos, parece sugerir que estas por si só podem existir sem os indivíduos, isto é, não existe uma “necessária” relação entre as estruturas básicas da sociedade com os indivíduos que compõem tais estruturas. O contrário do

que Rawls formula foi mostrado não só por Nozick, como indicamos na parte seguinte, mas por tantos outros pensadores que refletiram sobre o vínculo entre instituições versus indivíduos.

Apesar da tese de Rawls aproximar-se a de Douglas (2007), que afirma que os indivíduos não tomam as suas decisões sozinhos, e que qualquer juízo é reflexo do que já foi internalizado na instituição, parece que as entidades sociais seriam disfuncionais sem sujeitos (DOUGLAS, 2007, p. 23). Foi pelo mesmo viés crítico às instituições que Bourdieu (1970) percebeu no mesmo período de Rawls que as instituições são em alguns casos instrumentos de reprodução e legitimação tanto das desigualdades sociais quanto da dominação dos dominadores sobre os dominados, necessitando das espécies de capitais (social, económico, simbólico e cultural) existentes nos indivíduos para moldar as mesmas (BOURDIEU & PASSERON, 1970, p. 79).

No contexto norte americano, lugar a partir do qual Rawls formula sua tese, as teorias sobre o Institucionalismo, Comportamentalismo e Neo-institucionalismo, que vão surgir em épocas diferentes, foram alguns dos indicadores do aumento cada vez maior de provas que as instituições não mudavam por si sós, mas, sim, a partir do pensamento e reflexão sobre as mesmas, algo que é realizado pelos indivíduos. Exemplos concretos desta insuficiência das instituições repercutem-se na viragem primeiramente do institucionalismo para o comportamentalismo e, posteriormente, no surgimento do neo-institucionalismo, tendo este último se ramificado em histórico, sociológico e de escola de escolha racional. (THERET, 2003, p. 1-20). O importante nestas mudanças é perceber que os indivíduos e seus comportamentos eram vistos como um dos instrumentos chaves para entender o funcionamento das instituições e não o inverso.

Mais ainda, outra razão pela qual se justificou a insuficiência do institucionalismo e a validade do comportamentalismo (importância das condutas dos indivíduos) é que a teoria anterior se guiava mais pelos princípios normativos e positivos da ciência. O (normativismo) estava entrelaçado ao “dever ser” e o (positivismo), isto é, “como deve ser” (LATOURE, 1994, pp. 95-129).

Todavia, as regras e normas mostravam-se cada vez mais insuficientes na resolução de problemas sociais a partir das análises institucionais. O inverso é que parecia ser exequível, perceber as instituições a partir da sociedade (indivíduos). Quando Marx reverte a teoria hegeliana de que ‘o estado funda a sociedade’ em ‘a sociedade funda o estado’, parece também pensar em moldes

contraditórios a Rawls, que não são as instituições mas sim os indivíduos que tanto fundam quanto dão sentido e ordem às instituições (MARX, 2005, p. 145).

A partir das teorias acima, existe uma clarividência de que, enquanto alguns teóricos como Rawls deram relevância às instituições, outros concentraram-se nos indivíduos e ainda outros advogaram a um equilíbrio entre as duas categorias (instituições e indivíduos). Seja qual for a conclusão que se pode traçar entre, de um lado, a importância das instituições ou, por outro, a dos indivíduos, ou mesmo entre os dois, a tese de Rawls sobre a justiça distributiva extrapola as críticas aqui apresentadas. O modelo que ele sugere justifica-se pela posição de que é por meio das instituições que se pode propagar a visão de que *“as privações de alguns são compensadas por um bem maior agregado”* (RAWLS, 2008, p. 18). Os bens de políticas distributivas em Rawls não exigem necessariamente o fortalecimento dos indivíduos, mas, sim, das estruturas básicas da sociedade e que estas moldarão posteriormente os indivíduos. Tais bens que necessitam distribuição justa pelas instituições são de duas categorias, (i) bens primários sociais e (ii) bens primários naturais. Estes bens podem ser distribuídos tanto diretamente quanto indiretamente. Daí que a presença de instituições justas será o garante da materialização desta distribuição de justiça.

Em síntese, a teoria de justiça de Rawls pode-se resumir da seguinte forma: os homens acordam 2 princípios de justiça assentes na cooperação e encargos recíprocos. Tais princípios são nomeadamente a igualdade e a liberdade. O primeiro refere-se à igualdade em termos de oportunidades. E o segundo refere-se à liberdade de condições mínimas. Daí que muitas das posições tomadas pelos indivíduos estarão assentes no princípio de que a sociedade é um sistema de cooperação sempre em favor do menos privilegiado. Rawls (2008) pensa que aquilo que distingue a posição dos indivíduos em mais privilegiados e menos favorecidos são as sortes nomeadamente a sorte natural⁴ e sorte social⁵, e os princípios de justiça vão nortear a estrutura básica da sociedade (RAWLS, 2008, p. 18). Esta tese lhe faz aproximar-se de certa forma a Bourdieu (1983), que vê uma relação entre o capital cultural e o capital económico na determinação da dominação de qualquer campo (BOURDIEU, 1983, p. 177-182). Todavia, Nozick, apesar de ter construído sua teoria de justiça a partir de Rawls, suas teses são tanto contraditórios quanto convergentes àquelas aqui apresentadas sobre o fundador da teoria de justiça contemporânea (Rawls).

⁴ As potencialidades para sucesso que nascem com o indivíduo inatas

⁵ Habilidades providenciadas pelo meio social

Justiça distributiva em Robert Nozick

A primeira parte centrou-se na teoria de justiça distributiva de Rawls. A mesma revisitou os instrumentos sugerido pelo autor para a materialização da justiça distributiva centrando-se em temas como repúdio ao utilitarismo e categorização da sociedade como um sistema de solidariedade. Segundo Rawls, é através desta cooperação que indivíduos racionais e razoáveis, livres e iguais, cooperam para encargos mútuos. Mais ainda, a mesma sublinhou a importância que Rawls atribui às instituições porque é dentro delas onde existe a justiça através das estruturas básicas da sociedade. Esta seção centra-se em Robert Nozick e mostra a tese da justiça distributiva formulada pelo autor, para em seguida estabelecer um diálogo entre este e Rawls.

Um dos temas centrais de Nozick (1974), na postulação de suas probabilidades hipotéticas sobre a justiça, é o conceito de liberdade. O mesmo existe em Rawls e constituiu um dos princípios de justiça acordados entre os homens no âmbito de cooperação e solidariedade (NOZICK, 1974, p. 39).

Todavia, o contexto no qual Rawls aplicou a ideia da liberdade, parece se distanciar minuciosamente desta de Nozick (1974) porque, enquanto aquele viu a liberdade como algo limitado e que a mesma abre espaço para a cooperação dos indivíduos sempre em favor dos mais necessitados, este foi mais além classificando a mesma em duas dimensões: (i) liberdade positiva e (ii) liberdade negativa. A distinção entre as duas tipologias é que, enquanto a anterior está assente na possibilidade de ação e é socialmente criada, a posterior significa simplesmente a ausência de coerção, e é esta última tipologia de liberdade que deve moldar o que ele denominou estado de direito ultramínimo. Desta feita, enquanto para Rawls tanto a igualdade quanto a liberdade são importantes para existência de cooperação entre indivíduos, em Nozick é a liberdade negativa que faz com que o absolutismo do estado seja regulado e abre-se espaço para a justiça distributiva (NOZICK, 1974, p. 57).

Nozick começa por referir-se a ideia de contrato social e do estado de natureza em moldes definidos por Locke, para formular sua teoria de justiça. Rawls também faz referência a estes dois elementos, mas os substitui por situação original ou véu de ignorância. Como é que a ideia da liberdade em Nozick associa-se a justiça distributiva? Para Nozick (1974), tal como em Locke, a razão pela qual os indivíduos abandonam o estado de natureza e fundam o estado civil se justifica pela necessidade de garantir a proteção de suas

propriedades contra violência, roubo e fraude (NOZICK, 1974, P.57). É a partir do estado civil “ultraminimo” que começa a existir o garante da liberdade suprema dos indivíduos e o seguro para suas propriedades. Como Nozick afirma sobre a divergência entre ele e Locke;

Os indivíduos no estado de natureza lockiano encontram-se num estado de perfeita liberdade de ordenar suas ações e dispor dos seus haveres e posses como considerarem adequado, dentro dos limites da lei da natureza, sem requerer a permissão da vontade de qualquer outro homem ou a dependência perante a mesma [...] a parte lesada e os seus agentes podem recuperar do agressor tanto quanto possa compensar o mal que sofreu. Todos têm o direito de punir os transgressores dessa lei a tal ponto que impeça a sua violação, a cada pessoa só é permitido retaliar um criminoso tanto quanto ditam a razão serena e a consciência, o que é proporcional á sua transgressão, o que é tanto quanto sirva de compensação e restrição. Há inconvenientes do estado de natureza para os quais afirma Locke, admito facilmente que o governo civil é remédio adequado [...] (NOZICK, 1974, p. 39).

Como parece postular Nozick, o estado civil é o garante da liberdade. Seu modelo de estado civil ultrapassa aquele sugerido por Locke na medida que, para Nozick, nem tudo tem solução tanto no estado de natureza quanto no estado civil. Ele sugere (i) primeiramente que os indivíduos formem associações de proteção mútua dos seus membros. Todavia, dado que dentro das associações de proteção podem emergir subgrupos, Nozick considera que deve-se (ii) profissionalizar a proteção para garantir maior segurança e, uma vez que mesmo com a profissionalização de segurança algumas atitudes do estado de natureza podem prevalecer, então (iii) ocorre dentro das associações duas forças antagonicas, concorrência e conflito entre as associações. Dentro desta luta, surge o forte dominante que é o estado responsável pelos direitos que os indivíduos tinham no estado natural. O estado neste caso é resultado de luta de forças com obrigação moral de garantir segurança. Fazer o contrário de garantir a segurança, é injustiça, e a ausência deste estado criado moralmente, conduz à anarquia, daí a sua tríade estado, anarquia e utopia (NOZICK, 1974, p. 41-2).

Uma das justificativas de que a ideia de justiça extrapola o estado para todas as outras esferas é que Nozick pretende preservar o princípio categórico de Kant, que defende o uso dos indivíduos sempre como fins em si mas não como meios, e que em Rawls esta tese parece ser revertida. Ao agir sempre em favor do menos favorecido, Rawls parece admitir que os mais favorecidos podem ser usados como meios para atingir os fins, isto é, ‘o fim’ que é a justiça parece ser justificado por qualquer meio em Rawls desde que favorece os menos privilegiados. Nozick considera mais os indivíduos e pensa a importância dos mesmos da seguinte forma:

Minimiza o uso dos modos especificados das pessoas como meios. A própria observância deste preceito pode envolver usar alguém como meio através de um dos modos especificados. Tivesse Kant defendido esta perspectiva e teria dado a segunda formulação do imperativo categórico o seguinte aspecto: Age de maneira a minimizar o uso da humanidade simplesmente como um meio, em vez da que efetivamente usou: Age de tal maneira que trates sempre a humanidade, quer na pessoa de qualquer outro, nunca simplesmente como um meio, mas sempre e ao mesmo tempo como um fim (NOZICK, 1974, p. 63).

Não obstante, apesar de Nozick construir a sua teoria de estado a partir de Locke, há uma diferença entre os dois. Enquanto para Locke a solução para o estado natural é a sociedade política que regulariza os direitos que os indivíduos tinham no estado natural perante suas propriedades, em Nozick o estado não é resultado de um contrato, mas, sim, de valores de direitos individuais (direito a propriedade).

Tal propriedade ou titularidade pode ser justificada de forma justa e legítima numa métrica tridimensional, nomeadamente: (i) justiça na aquisição, (ii) justiça na transferência e (iii) retificação. O que Nozick sugere é que qualquer justiça de titularidade de propriedades funda-se na ideia de que todos os indivíduos têm direitos a bens desde que tenham sido adquiridos fora da tríade (violência, roubo e fraude), como já apontado anteriormente. Segundo, é que todos os mecanismos de transferência de propriedade ou título devem também ser isentos de qualquer violência, fraude ou roubo. Em situações onde os dois pressupostos foram violados então deve-se efetuar a retificação, e a não observância da retificação em caso de necessidade, seria injustiça (NOZICK, 1974, pp.75-9).

Nozick afirma, a partir destas teses, ter formulado sua máxima de justiça que contrapõe aquela de Rawls. Uma das saídas que ele dá à questão de retificação na aquisição ilícita da titularidade de qualquer propriedade é através da retrospectiva histórica, onde a partir de antecedentes empíricos pode-se aferir se houve ou não justiça na aquisição. Duas avaliações podem ser feitas a estas teses de Nozick, e que, apesar do avanço que o autor deu à teoria de justiça distributiva bem como á crítica a Rawls, parece estar hipotecado deixando seu trabalho incompleto. Primeiro, parece existir na máxima de Nozick um problema que se prende na epistemologia (teoria de conhecimento), isto é, como é que se pode ter conhecimento (saber) de que a titularidade de todas as propriedades que os indivíduos adquirem, foi justa ou injusta. O teste desta

medida de conhecimento não é válido para todos os títulos de propriedades que os indivíduos possuem ou adquirem.

O segundo ponto fraco da teoria de Nozick é a própria ideia de recuo histórico para ter-se conhecimento ou veracidade na aquisição da titularidade se foi ou não justa. Não fica claro por quanto tempo deve-se recuar ou fazer tal retrospectiva histórica. Por 1 ano? 2 anos? 10? Um século? Ou o tipo de propriedade adquirida deve definir o tempo do recuo histórico para se determinar a aquisição justa ou injusta. Estes dois problemas que Nozick parece ter deixado sem resposta constituem alguns dos pontos de reflexão sobre a tese de justiça distributiva que o autor formulou. Todavia, a existência destes problemas não invalida a presença de um diálogo que pode-se estabelecer entre ele e Rawls no que se refere a problemática de justiça.

Diálogo crítico entre a teoria de justiça de Rawls e Nozick: implicações do estudo e conclusões

As primeiras duas partes deram mais ênfase ao debate teórico e empírico sobre as teses de justiça distributiva de dois autores nomeadamente, Rawls e Nozick. Esta secção pretende fazer um diálogo crítico sobre as hipóteses formuladas pelos dois, mostrar algumas implicações do estudo e indicar a que conclusões se pode chegar a partir do mesmo.

Do ponto de vista de convergências entre os dois autores, é importante sublinhar que, tanto Rawls quanto Nozick, são críticos ao utilitarismo justificado pela máxima de que a maior felicidade deve ser atribuída para maior número de indivíduos (RAWLS, 2008, p. 27). Uma das fragilidades desta teoria, segundo aponta Rawls, é que o egoísmo para maximizar a tal maior felicidade pode hipotecar a questão da cooperação entre os indivíduos e conseqüente surgimento de injustiças.

Rawls e Nozick, formulam as suas teorias de justiça a partir da interpretação do estado de natureza e contrato social de John Locke. Todavia, enquanto Rawls vai transformar o estado natural em situação inicial ou véu de ignorância razão, pela qual os indivíduos têm dever de cooperar uma vez não tendo a mínima ideia do seu *status*, Nozick, refuta o princípio lockiano do estado natural e pensa que o estado civil não é produto do contrato social. Para Nozick, o estado surge como resultado de defesa de valores morais dos indivíduos.

Os dois teóricos mostram a relevância das instituições no garante de

justiça através do estado, embora Rawls se apegue tanto à importância das estruturas básicas da sociedade existentes nas instituições como alicerces de justiça, o que parece esquecer que as instituições são constituídas por indivíduos e que são estes últimos que internalizam a justiça nas tais estruturas básicas.

Contrariamente a Rawls, Nozick tenta conciliar instituições e indivíduos no esboço de sua teoria de justiça, de tal forma que a importância que ele dá aos indivíduos parece ser maior do que aquela atribuída às instituições, sobretudo quando advoga o imperativo categórico kantiano de sempre tratar os indivíduos como fins mas nunca como meios. Em Rawls parece problemática a identificação de como os indivíduos são tratados dentro das instituições, se são meios ou se são fins, embora a partir de algumas teses que o autor formulou se possa concluir que os indivíduos são meios em alguns casos.

O fato de Nozick ser antagonico em alguns momentos a Rawls e aglutinar instituições e indivíduos na formulação de sua teoria de justiça, faz lhe aproximar-se de alguns teóricos organizacionais, nomeadamente Argyris & Schon (1996, p. 8) e Fiol & Lyle (1995, p. 1-20). Estes últimos 4 teóricos concluíram que existe uma relação entre indivíduos e aprendizagem organizacional. Um dos instrumentos de prova para existência desta relação é que a materialização da aprendizagem organizacional só se verifica quando esta é internalizada na memória institucional, o que em Rawls seria simplesmente a estrutura básica da sociedade. Para Argyris & Schon (1996) e Fiol & Lyle (1995) a transferência da aprendizagem para a memória organizacional não é feita pelas instituições *per se* mas pelos indivíduos existentes nas instituições, o que mais uma vez hipoteca a tese de Rawls.

Apesar de alguns pontos convergentes entre Rawls e Nozick até aqui sublinhados, existem mais teses contraditórias entre os dois nas quais é impossível ver alguma aproximação. Inicialmente, o foco principal que Nozick se propõe fazer em sua grande obra anarquia, estado e utopia, é sugerir um modelo de justiça que contrarie aquele apresentado por Rawls. Todavia, a forma como ele sublinha os pontos de negação à teoria de Rawls parece estar mais preocupado com a discussão de uma teoria de liberdade do que propriamente com uma teoria de justiça.

Desta feita, o que existe com mais peso na obra de Nozick parece ser como é que os homens tornam-se livres através do estado ultramínimo, cuja obrigação do mesmo é garantir segurança contra roubo, fraude ou violência.

Apesar desta insuficiência em discutir mais a ideia de justiça, do pouco

que Nozick elaborou sobre o lugar de justiça, parece ser abrangente porque não se limita apenas a uma única esfera (instituições) como local de justiça. Para Nozick a ideia de justiça antecede o estado civil e a mesma pode existir em associações de proteção, nas profissionalizações de segurança e nas empresas profissionais. Todavia, nestas três (3) esferas a justiça não é totalmente garantida devido a existência de conflitos, sendo necessário um forte dominante que arcará o monopólio legítimo de violência (o estado ultramínimo).

Algumas das críticas que Nozick faz a Rawls se baseiam na máxima formulada pelo autor de que os indivíduos em sociedade são munidos de racionalidade e razoabilidade, que lhes permite moldar suas ações sempre em favor do menos favorecido. Segundo Nozick, o que Rawls faz, ao invés de sugerir uma teoria de justiça, contribuiu para a elaboração de uma teoria de injustiça, uma vez que parece hipotecar a questão da maximização e reconhecimento dos talentos dos mais favorecidos.

A pesar de Nozick se limitar apenas à crítica e não mostrar pontos alternativos, sua reflexão neste sentido parece ser relevante na medida em que Rawls não definiu quem são os indivíduos nas instituições conforme se apontou anteriormente. Contudo, a questão da perda do lugar do indivíduo dentro da instituição parece, de certa forma, ser característico do contexto norte americano e que, segundo o argumento de Nozick (1974, p. 48), a tese de Rawls seria resultante do conflito entre o capitalismo e socialismo. Enquanto a ideologia anterior defende a maximização das habilidades individuais, a posterior seria em defesa dos ideais cooperativos e mútuos. O mesmo caso parece ter sido observado por Weber (2004), quando apontou que a ética protestante abria espaço para o desenvolvimento do capitalismo e mais progresso de algumas nações comparativamente às outras, elevando-se assim o fim dos modos cooperativos e o início do individualismo o qual Rawls parece aqui criticar.

O que se verificou com a expansão do capitalismo parece ter sido um avanço do individualismo e fragmentação de modelos comunitários e de cooperação entre indivíduos. Rawls parece na sua teoria de justiça pretender resgatar estes valores. Todavia, o que prevalece, apesar de muitos inclusive Nozick terem enaltecido a obra de Rawls, é como é que uma teoria de justiça pode ser exequível numa sociedade solidária como Rawls pensa, mas que, ao mesmo tempo, é constituída por outras forças tais como propriedade privada, liberdades individuais e sistemas de preços de mercado. Parece que estas forças são contraditórias à solidariedade que Rawls propõe.

As conclusões que se podem tirar a partir deste estudo podem-se resumir

nos seguintes moldes. Tal como mostramos inicialmente sobre a heterogeneidade na definição de filosofia, o mesmo se pode pensar sobre a complexidade de construção de uma teoria de justiça. O diálogo estabelecido entre Rawls e Nozick, tanto do ponto de vista de convergências quanto de divergências sobre as métricas e modelos de construção de justiça distributiva, confirmam esta complexidade da temática de justiça. Daí que as teses aqui apresentadas, sobre a ideia de justiça distributiva, são algumas dentre as várias que podem ser elaboradas. Mais ainda, parece que o espaço e o tempo no qual cada autor vive tem influência na forma como cada um aborda sua teoria de justiça. Consequentemente, da mesma forma como Sócrates iniciou na antiguidade pensando justiça em termos de dever ser, normativismo e consequencialismo, foi esta ansiedade pela busca de modelos ideais de justiça que impulsionou as teorias subsequentes desde Platão até as teorias contemporâneas de Rawls e Nozick que foram aqui revisitadas.

Referências

- ARGYRIS, Chris., & Schon, Donald. What Is an Organization that it may Learn. In Argyris, C., & Schon, D. (1996). **Organizational learning II: Theory, method and practice** (pp. 3-29). Reading, MA: Addison-Wesley, 1996.
- FIOL, Marlene. & LYLES, Marjorie., **Organizational Learning**. The Academy of Management Review, 10(4), 803-813, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Linguísticas. In Ortiz, R. (org). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, SP: Editora Ática, 1983.
- BOURDIEU Pierre & PASSERON, Jean. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do Sistema do ensino**. Tradução de Reynaldo, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1970.
- CASTIANO, José et al. **Filosofia: A emergência do filosofar**. Maputo: Moçambique Editora, 2001.
- COHEN, Gerald. **Rescuing justice and equality**. Haverd: University press, 2008.
- DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**: S. Paulo: Editor da Universidade de S. Paulo, 2007. Tradução de Carlos Eugénio Marcondes de Moura.
- DWORKIN, Ronald. A igualdade Distributiva. In **A virtude Soberana: A teoria e a prática da igualdade**. Sao Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro. Editora 34, 1994.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia de Direito de Hegel**. Tradução de Rubens

- Enderle & Leonardo de Deus. Rio de Janeiro: Sindicato Boitempo, 2005.
- NOZICK, Robert. **Anarchy, State and Utopia**: With a new foreword by Thomas Nagel. Havard: University press, 1974.
- RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- RAWLS, John. **O Direito dos Povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RAWLS, John. **A theory of justice**. Havard: University Press, 1971.
- SANDEL, Michael. **El liberalismo y los limites de la justicia**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.
- SEN, Amartya. A perspectiva das Capacidades. In **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia de Letras, 2009.
- STUMPF, Samuel Enoch. **Socrates to Sartre**: A history of Philosophy. Revised 5th edition, New York: vanderbilt university press, 1988.
- THERET, Bruno. **As instituições entre as estruturas e as ações**. Lua Nova, no 58, 2003.
- WEBER, Max. Max Weber 1864-1920. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução e revisão técnica de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Campinas Editora, 2004.

The dilemmas of distributive justice: an analysis from the point of view of the dialogue between John Rawls and Robert Nozick

ABSTRACT

On the context of contemporary political philosophy, the debate concerning justice has led to the draft of a classical principle regarding the theory of distributive justice by John Rawls. However, the underlying focus on the subject of justice seems to have permeated philosophical reflections of various ancient thinkers. From these theoretical and other methodological frameworks, this paper to present a dialogue between the distributive theory of justice by John Rawls and Robert Nozick. It is argued that, just as encountering the metric of justice has been divergent amongst different generations of political scientists, the same is repeated between Rawls and Nozick. As a result, there is no a unique model for defining what justice is as it has often occurred at least during the historical context of political philosophy.

Keywords: Distributive Justice, Rawls, Nozick.



A Importância da Formação Superior no Processo de Desenvolvimento em Angola

Ermelinda Liberato¹

RESUMO

A política educativa para o ensino superior em Angola foi, durante muitos anos, orientada para o envio de estudantes ao exterior. Se durante o período colonial as alternativas passavam sobretudo por Portugal, depois da independência e com o início da guerra civil, os países aliados (socialistas) passaram a assumir destaque. Com o colapso do comunismo, a adoção de uma política liberal e, posteriormente, o fim do conflito armado Angola, entra numa nova fase, assumindo a formação superior e a qualificação de recursos humanos papel de destaque no que toca à reconstrução do país e o seu processo de desenvolvimento.

Palavras-Chave: Educação, Ensino Superior, Angola, Desenvolvimento.

Recebido em 13/07/2016
Aceito para publicação em 23/07/2016

Introdução

O desenvolvimento e a educação estabelecem uma relação primordial com o bem-estar geral das populações, tal como está firmado nos objetivos do desenvolvimento do milénio (ODM) que os 189 estados presentes na Cimeira do Milénio, em 2000, na cidade de Nova Iorque, concordaram em esforçar-se por atingir.

Dada a importância desse relacionamento e, considerando que Angola se encontra numa fase de reconstrução nacional em que mais do que nunca a educação assume o papel primordial para a construção do desenvolvimento em todas as suas vertentes, propomo-nos abordar aqui esse tema, recorrendo à análise do material recolhido durante a elaboração do trabalho de campo em Luanda realizado no âmbito da participação no projeto de investigação

¹ Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho neto (FCS-UAN), Professora auxiliar da FCS-UANe Investigadora do CEI-IUL-Lisboa. Email para contato: ermelinda.liberato@gmail.com.

“Formação Superior e Desenvolvimento: Cooperação Portuguesa com os PALOP”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), tendo o Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa (CEA-IUL) como instituição de Acolhimento. Formação superior e representações de desenvolvimento são os temas que nos propomos abordar nesta apresentação.

Para o efeito, utilizamos como metodologia principal de recolha de informação a entrevista semidireta, aplicada a ex-estudantes que realizaram a sua formação superior no exterior e que já se encontravam a exercer a sua atividade profissional em Angola. Para a realização das entrevistas, e dado tratar-se de um estudo exploratório, a seleção dos entrevistados foi sendo realizada em rede, isto é, à medida que realizávamos as entrevistas, sendo os novos contatos cedidos pelos próprios entrevistados. As entrevistas foram conduzidas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, a sua maioria tendo tido lugar no local de trabalho dos mesmos, tendo sido, nalguns casos, gravadas e noutras, registadas manualmente, dependendo do grau de inibição e constrangimento dos entrevistados, que foram sempre incentivados a falar abertamente das suas experiências, a dar o seu testemunho e a exprimirem as suas ideias, sem limites de tempo. As entrevistas foram realizadas na cidade de Luanda durante os meses de Junho, Julho e Agosto de 2010. No total foram realizadas 26 entrevistas.

No decorrer da análise das entrevistas constatámos que, para os entrevistados, o acesso ao ensino superior no estrangeiro esteve ligado a diferentes contextos históricos de Angola, sendo as suas trajetórias de vida traçadas de acordo com estes acontecimentos. Se alguns provêm da base da estrutura social e só acederam à educação escolar por intermédio das missões religiosas, outros usufruem da política socialista e dos decorrentes esforços de massificação da educação; outros ainda têm a possibilidade de escolher entre ensino público ou privado. Se uns têm pais analfabetos, outros os têm escolarizados e outros têm mesmo pais detentores de um diploma universitário.

Essas diferentes vivências e percursos interferiram na visão de cada um sobre a educação e formação e a sua importância, bem como sobre a ideia de desenvolvimento.

Para melhor delimitação e compreensão do objeto de estudo agrupámos, assim, os entrevistados em três grupos geracionais: geração 1 (G1), geração 2 (G2) e geração 3 (G3). Cada um desses grupos geracionais representa um percurso estudantil que os caracteriza e os distingue dos demais, com características comuns, tais como a formação superior realizada no exterior, e

características específicas, como por exemplo o significado que cada um atribui ao conceito de desenvolvimento.

Trata-se, assim, de pessoas que passaram pelo mesmo tipo de influência educativa, política ou cultural, que se refletiu nos seus percursos de vida e que influenciaram as suas visões do mundo bem como moldaram a sua identidade. “*Cada geração é por isso, em si mesma, um reflexo de fatores de mudança*” (FARIA & LIBERATO, 2013) que se refletem não só a nível coletivo (sociedade), como a nível individual. Todas as suas atitudes e ideias são assim moldadas não só pela sua experiência pessoal, como também pelos contextos históricos e sociais que cada um vivenciou, nomeadamente, o período colonial, o período pós-independência, a construção do Estado socialista o estabelecimento da paz, o retorno à guerra (1992) e posterior estabelecimento definitivo da paz (2002) e respetiva construção do Estado democrático.

Temos, assim, uma G1, composta essencialmente pelos estudantes “mais velhos”, que se caracteriza sobretudo por terem beneficiado de uma bolsa de estudos do Estado angolano, também designados aqui por “bolseiros”. A segunda geração (G2) é composta por jovens que iniciaram o seu percurso educativo no período pós-independência e de construção do Estado socialista. Identificamos ainda um terceiro grupo, de uma geração composta por indivíduos “mais jovens” (G3) que cresceram numa sociedade que, embora marcada pela guerra civil, apresenta-se mais aberta, e com mais hipóteses de escolha. Embora com percursos de vida diferentes, a G2 e a G3 apresentam-se como “herdeiras” de algum capital escolar adquirido pelos seus progenitores, enquanto que a G1 corresponde à primeira geração de estudantes com educação avançada na família. Dos entrevistados, 8 inserem-se na G1, 10 inserem-se na G2 e 8 inserem-se na G3.

Iniciamos a nossa apresentação com uma breve discussão teórica sobre o conceito de desenvolvimento e a sua relação com a educação. Em seguida, apresentamos a análise dos dados recolhidos durante a realização do trabalho de campo, nomeadamente, as representações de desenvolvimento dos ex-estudantes e do modo como se veem a si próprios enquanto agentes de mudança do seu país.

O Conceito de Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos conceitos mais abordados nos últimos anos. Sendo referência em todos os discursos, sejam políticos,

económicos ou sociais, dos governos e instituições internacionais, a ideia de desenvolvimento enraizou-se profundamente na realidade social mundial. Tido como um objetivo necessário e desejável a atingir por todos os países, passou-se, como vimos, da tónica no crescimento económico (no período do pós-guerra) para desenvolvimento humano e social (a partir de 1990).

Depois de trinta anos de crescimento que se registaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se períodos de crise económica que afetaram o equilíbrio da economia mundial. Os choques petrolíferos da década de 70, a que se seguiu a crise da dívida e os programas de ajustamento estrutural, deterioraram as condições de vida da maioria da população dos países em desenvolvimento, que viram a sua situação atingir níveis de empobrecimento que conduziram a situações dramáticas de fome, doença e de restrição de bens essenciais. Este acentuar da situação destes países economicamente periféricos levou à redefinição do próprio conceito de desenvolvimento.

É na sequência destes debates que surge o conceito de “desenvolvimento humano” criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A este novo conceito está associada a elaboração de políticas que visassem a eliminação da pobreza, mas que, simultaneamente, tivessem em consideração a melhoria da dignidade humana das populações alvo. Num relatório do PNUD, publicado em 1990, encontramos a seguinte declaração:

A verdadeira riqueza de uma nação está no seu povo. O objetivo básico do desenvolvimento é a criação de um ambiente habilitador para que as pessoas tenham vidas longas, saudáveis e criativas (PNUD, 1990, p. 9).

As pessoas surgem assim como a finalidade do desenvolvimento. Nesta formulação considera-se não só o seu bem-estar, mas também a sua oportunidade de escolha:

O desenvolvimento humano é um processo mediante o qual se ampliam as oportunidades dos indivíduos, proporcionando uma vida longa e saudável, o acesso à educação e um nível de vida decente. As escolhas adicionais incluem a liberdade política, os direitos humanos garantidos e o respeito próprio (PNUD, 1990, p. 33).

Associado ao conceito de desenvolvimento humano foi introduzido um novo

indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que,

simboliza a mudança no pensamento, ainda que não capture plenamente a riqueza do desenvolvimento humano. Como medida composta da saúde, da educação e do rendimento, o IDH avalia os níveis e o progresso, usando um conceito de desenvolvimento mais amplo do que o permitido pelo rendimento (PNUD, 2010, p. 13).

O desenvolvimento passa assim a ser medido, não somente por meio da qualidade de vida numa perspectiva económica (distribuição dos rendimentos) do país (PIB *per capita*), mas incorpora igualmente a dimensão da educação, medida pela taxa de alfabetização e a situação na saúde, medida pela esperança de vida à nascença. Estas três dimensões constituem por isso pontos de referência para a implementação de medidas e políticas tendo como objetivo a melhoria das condições de vida bem como a sua dignificação.

Assim, falar de desenvolvimento hoje significa falar de melhoria das condições de vida, por meio do acesso a condições básicas de existência (educação e saúde), do aumento das oportunidades e das capacidades (capital humano). O direito ao desenvolvimento assenta no preceito de que todo o ser humano deve viver uma vida livre e digna na sua comunidade (DAVID, 2011, p.37). Para Amartya Sen, o desenvolvimento deve ainda ser encarado como um processo de expansão e garantia de liberdade para todas as pessoas.

O desenvolvimento tem que ser mais referido à promoção da vida que construímos e às liberdades de que usufruímos. Alargar as liberdades que, com razão, valorizamos não só torna as nossas vidas mais cheias e desimpedidas como também nos permite sermos pessoas socialmente mais completas, dando expressão à nossa vontade e interagindo com - e influenciando - o mundo em que vivemos (SEN, 2003, p. 30-31).

Para além dessas dimensões, Sen introduz uma outra, a dimensão política. Este economista vai ao encontro da ideia expressa nos relatórios do desenvolvimento humano de que o processo de desenvolvimento das sociedades assenta sobretudo na formação de sistemas democráticos que permitam a criação de condições para que as pessoas passem a ter uma participação mais ativa e interventiva na sociedade em que estão inseridas. No entanto, e ainda de acordo com os relatórios de desenvolvimento humano, verificamos que apesar de tímidas melhorias no IDH de alguns países em desenvolvimento, a nível global verifica-se a continuidade das condições precárias nas mais variadas partes do globo, com destaque para a África subsaariana. Por esta razão, e tendo em conta o contexto de globalização económica que caracteriza as sociedades

atuais, o PNUD alterou a sua fórmula de cálculo das dimensões da educação, saúde e rendimento, a partir do ano de 2010, mantendo, contudo, a sua essência. Assim, no cálculo para a dimensão educação “*é substituída a alfabetização pela média de anos de escolaridade, bem como as matrículas brutas são reformuladas como anos de escolaridade esperados*” (PNUD, 2010, p.15). Em relação à dimensão do rendimento, o indicador PIB² é substituído pelo RNB³. Esta nova fórmula de cálculo tenta acompanhar as transformações sociais que ocorrem continuamente e sobretudo dar continuidade às reformas que precisam de ser realizadas para que o desenvolvimento humano continue a registar melhorias. De igual modo, pretende “isolar” cada uma das dimensões:

O IDH é a medida geométrica dos três índices de dimensão. O fraco desempenho de qualquer das dimensões reflete-se agora no IDH e já não existe substituíbilidade perfeita entre dimensões (PNUD, 2010, p.15).

Fruto desta alteração, o IDH referente ao ano de 2010 para Angola cai relativamente ao ano anterior. Para o ano de 2009, Angola apresentou um IDH de 0,564, ocupando a posição 143^a, com uma classificação de desenvolvimento humano considerada pelo PNUD “média”. No ano de 2010 regista-se uma descida destes valores para 0,403, passando Angola a ocupar a 146^a posição entre 169 países do mundo. No ano de 2011 o IDH de Angola volta a registar uma queda para a posição 148^a com um IDH de 0,486, posição que mantém em 2012, com o IDH de 0,508. Esta diferença de valores é justificada pela aplicação da nova metodologia de cálculo que aludimos. Deste modo, os subseqüentes níveis de ensino ganham destaque uma vez que, nos referidos países, depois do ensino primário regista-se normalmente uma forte quebra do número de matrículas. Pretende-se deste modo colocar uma maior ênfase nos outros níveis de ensino, entre os quais destacaremos, no presente estudo, o ensino superior.

² PIB (Produto Interno Bruto): somatório do valor acrescentado por todos os produtores na economia, residentes ou estrangeiros e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção, calculado sem fazer deduções por depreciação de ativos de capital fabricados ou por esgotamento e degradação de recursos naturais (PNUD, 2010, p.233).

³ RNB (Rendimento Nacional Bruto) *per capita*: somatório dos valores acrescentados por todos os produtores residentes na economia e no estrangeiro e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção mais as receitas líquidas do rendimento primário (compensação de empregados e rendimentos prediais) do exterior, dividido pela população a meio do ano (PNUD, 2010, p.234).

A Formação Superior de Angolanos

Angola herdou um sistema educativo seletivo que promovia as desigualdades sociais e raciais, uma vez que assegurava a transmissão de uma cultura ocidental, não acessível à maioria da população. No interior desse sistema, a ascensão social era determinada pela adoção de hábitos e costumes europeus e as escolas limitadas às áreas urbanas, tendo a restante população sido deixada numa situação de abandono e conseqüente analfabetismo. Em consequência dessa política, Angola chega à independência com uma taxa de analfabetismo na ordem dos 85 por cento, uma das mais elevadas do mundo (PNUD-Angola, 2002, p.26). Esta situação dramática levou o novo governo nascido depois da independência a dar grande prioridade à educação, aplicando nesta área grandes investimentos e assumindo a formação de recursos humanos como essencial para o desenvolvimento do país.

Apesar da alfabetização e do ensino primário terem sido apontados como setores educativos prioritários, o ensino superior sofreu igualmente algumas alterações decorrentes da nacionalização do ensino no período pós-independência. Desde logo, a Universidade de Luanda dá origem à Universidade de Angola (1976) e, posteriormente, em 1985, à Universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao primeiro Presidente da República e igualmente primeiro reitor da referida instituição.

Desde o início que a Universidade Agostinho Neto se debateu com dificuldades de funcionamento, sobretudo no que respeita aos lugares vagos deixados pelos professores portugueses que saíram de Angola. Com o passar dos anos, outras debilidades foram surgindo tais como o aumento galopante do número de alunos que a instituição não consegue suportar, a falta de instalações e de outras infraestruturas, bem como de material didático. Estas insuficiências são ainda acentuadas pelo fato dos docentes usufruírem de ordenados pouco atrativos, pela:

ausência de políticas públicas de regulação, condicionantes que foram agravando a situação do ensino superior, sendo cada vez menor o número de alunos que conseguia concluir a licenciatura no tempo estipulado, levando cerca de três vezes mais do que o tempo normal de estudos (KAJIBANGA: 2000, p.10-11).

Na realidade, à medida que o aluno progredia, mais dificuldades enfrentava para dar continuidade aos estudos, uma vez que o número de vagas escasseava por falta de espaço e de professores, levando a uma política de formação superior no exterior, nomeadamente com os países socialistas amigos (URSS e Cuba). De fato, até 1991, a política do Estado angolano em relação ao ensino superior alternou entre a formação superior dentro do país e o envio de bolsiros para o exterior. Nesse período (1975-1991), “*foram formados no interior de Angola 2.174 técnicos superiores e de 1982 a 1992 foram formados um total de 1.733 técnicos superiores em vários países da Europa (ocidental e oriental), da América Latina e da América do Sul*” (ZAU, 2002, p.137).

A abertura do país à economia de mercado a partir de 1991, traduziu-se numa maior exigência nas qualificações das ofertas de emprego, levando a um aumento considerável da procura por este nível de ensino. Se, por um lado, as habilitações escolares dos angolanos aumentaram, por outro, sobretudo para os indivíduos do sexo masculino, o fim da guerra civil significou o fim da obrigatoriedade do serviço militar, estando os mesmos abertos à possibilidade de exercerem uma atividade profissional fora desses domínios.

A Qualificação de recursos Humanos como Estratégia de Desenvolvimento

“Mais velhos”, “jovens” e “mais jovens”, fizeram questão de salientar a importância da formação superior realizada no exterior na sua trajetória de vida e profissional, manifestando assim o seu desejo de contribuírem para o desenvolvimento de Angola. Nesta fase de reconstrução pós-guerra que Angola atravessa, a ideia de desenvolvimento tem assumido particular importância no discurso dos angolanos em geral, resultado do recente crescimento económico que se verifica, do *boom* da reconstrução de infraestruturas, do crescente investimento estrangeiro, do aumento da oferta de emprego qualificado, entre outras. Esse novo cenário, de desenvolvimento económico, enfatiza ainda o papel da educação em todo esse processo pois é vista como o “*fator chave na formação de capital humano e também uma das forças motoras do desenvolvimento*” (PNUD-Angola, 2002, p.25).

A realização da formação superior no exterior é entendida pelos entrevistados como uma oportunidade que tiveram para usufruírem de melhor formação. Do ponto de vista individual, essa oportunidade é vista ainda como o melhor investimento que fazem pois, no regresso a Angola, perspectiva-se

melhor integração profissional, que se traduz em melhor rendimento e consequentemente, em melhores condições de vida. Há, no entanto, que se ter em conta também, uma perspectiva macro dessa formação superior realizada no exterior, isto é, os benefícios para Angola do retorno de quadros angolanos formados. Recursos humanos qualificados respondem melhor aos desafios que a sociedade enfrenta, contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

É nessa perspectiva que os entrevistados salientaram o seu desejo de retorno a Angola, poderem não só exercer a sua profissão, mas igualmente transmitir os conhecimentos que adquiriram no exterior àqueles que não tiveram a mesma oportunidade dando assim continuidade à qualificação de recursos humanos. No entanto, em resultado das diferentes trajetórias de vida, educativas e profissionais, cada grupo geracional assume diferentes perspectivas em relação não só ao seu contributo para o desenvolvimento, como também em relação às suas expectativas.

Assim, quando nos referimos à percepção da relação entre formação superior e desenvolvimento, a primeira questão prende-se imediatamente com o próprio conceito de desenvolvimento. Quando questionada sobre o significado que atribuem a este conceito, a geração dos “mais velhos” faz de imediato uma distinção entre desenvolvimento económico e desenvolvimento humano.

Desenvolvimento para mim não é só a criação de negócios. Para mim o desenvolvimento tem que ser humano. Estamos no bom caminho, mas ainda estamos muito longe. Estamos no caminho do desenvolvimento, mas temos que dar mais atenção à juventude. Angola perdeu os valores. A nova geração ou conheceu a guerra ou está a conhecer Angola no pós-guerra e claro que sem valores (sexo masculino, 50 anos, licenciado em relações internacionais, consultor e professor universitário).

Outro entrevistado relaciona desenvolvimento com crescimento económico.

As perspectivas são boas. Estamos a crescer. O desenvolvimento é uma outra etapa. O desenvolvimento já implica qualidade, acabar com a fome, reduzir a pobreza, qualidade de vida, outros padrões. Neste momento só estamos a crescer. Temos boas perspectivas de futuro. O desenvolvimento é o cume e primeiro temos que crescer e fazer a verdadeira distribuição (sexo masculino, 59 anos, mestre em auditoria e direito bancário, professor universitário).

Esta geração vai assim ao encontro do conceito de desenvolvimento humano criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na década de 1990. Esse conceito centra o desenvolvimento na pessoa

humana e na satisfação das suas necessidades básicas para que tenham “*vidas longas, saudáveis e criativas*” (PNUD, 1990, p.9), bem como oportunidades de escolha “*liberdade política, direitos humanos garantidos e o respeito próprio*” (PNUD, 1990, p.33).

Os “jovens” fizeram igualmente essa distinção entre desenvolvimento económico e desenvolvimento humano, porém mostraram ter um posicionamento crítico em relação ao desenvolvimento económico que se verifica em Angola, questionando a sua sustentabilidade, distinguindo na sua crítica “crescimento” de “desenvolvimento” económico.

Estamos na fase do crescimento, não do desenvolvimento. Estamos na fase do “crescimento económico”. Não há rede de transportes públicos funcional. A cidade está a crescer de forma desordenada, não há estudos. O crescimento económico não está a ser sustentado. Não se criam estradas, escolas, arruamentos, canalizações de água e esgotos, instalação elétrica. (sexo masculino, 38 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Um outro entrevistado “jovem” relaciona crescimento com desenvolvimento, ainda que questione os beneficiários do desenvolvimento.

Por um lado, sim há desenvolvimento porque há construção. Mas as coisas que se fazem não são para os nacionais porque os preços que aplicam são incompatíveis. Constroem-se casas, mas quem compra são as pessoas que já têm casas, são sempre os mesmos. Os jovens precisam de casas e emprego, mas não há. Quando há desenvolvimento também há o outro lado. Quando a educação começar a melhorar talvez se veja melhoria no resto. (sexo feminino, 34 anos, licenciada em Gestão e Marketing, gestora).

Os “mais jovens” assumem um posicionamento menos crítico em comparação com os “jovens” e tendem a concentrar-se preferencialmente no desenvolvimento económico, não desvalorizando o desenvolvimento humano, mas pela sua juventude, apresentam uma abordagem mais materialista dos efeitos da educação naquilo que consideram “desenvolvimento”.

Não sei se é bom o caminho, mas está a desenvolver-se. Em alguns aspetos está melhor e noutros está pior. A cidade está a ficar mais cidade, mais internacional, mas não sei se é bom ou não (sexo feminino, 24 anos, licenciada em cinema e audiovisual, técnica de audiovisual).

Está muito diferente. Já vemos empresas privadas e investimento. Claro que ainda temos muito trabalho e muita coisa tem que mudar, mas antigamente a vida era mais difícil. Agora temos mais facilidades (sexo feminino, 22 anos, licenciada em psicologia).

Se, como defende o PNUD, o objetivo principal do desenvolvimento é a criação de um ambiente habilitador para que as pessoas tenham vidas longas, saudáveis e criativas então, de acordo com os entrevistados, essa realidade não se verifica em Angola.

Se formos a ver o bem-estar desse povo, este povo é o mais sofrido do mundo, o sistema de saúde está de rastos, mata mais do que cura, não tem material médico, não tem profissionais de saúde, ninguém se responsabiliza, as condições de higiene são assustadoras (sexo masculino, 38 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Aqui em Luanda não se vive. Quem diz que em Luanda as coisas estão boas é mentira. Como podes viver bem se não tens água na torneira, não tens energia. Para podes os teus filhos na escola tens que pagar senão ele não vai a escola. Até o trânsito está a matar muita gente e não é só mais velhos, muitos jovens estão a ter ataques do coração por causa do stress (sexo masculino, 37 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Assim, do ponto de vista desses entrevistados, prevalece atualmente em Angola a ideia do crescimento económico que, em vez de contribuir para a melhoria das condições de vida da população angolana, tem tido o efeito contrário como nos mostra o próprio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país.

Procurámos igualmente averiguar junto dos nossos entrevistados qual o papel de cada um no processo de desenvolvimento angolano. Todos foram unânimes em afirmar que estão a trabalhar para o desenvolvimento de Angola:

Neste momento estamos a lançar as bases para o desenvolvimento do país, temos que começar por algum lado. Angola já está a formar quadros dentro do país (sexo masculino, 60 anos, doutorado em Relações interculturais, consultor).

Estou a trabalhar nesse sentido, de ajudar para o desenvolvimento de Angola. Regressei a Angola para dar o meu contributo (sexo masculino, 37 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Sim. Achei que tinha que voltar e quero dar o meu contributo porque acho que somos nós que construímos as cidades. Quero estar em Luanda e ajudar neste processo de reconstrução (sexo masculino, 23

anos, mestre em gestão de empresas, técnico de audiovisual).

Esse contributo passa essencialmente pelo desempenho da sua atividade profissional.

Sim, de certa forma dou o meu contributo. Dou aulas a jovens que serão os futuros governantes e trabalhadores deste país (sexo masculino, 59 anos, mestre em auditoria e direito bancário, professor universitário).

Sim, contribuo tanto a nível da influência na opinião, dando voz e visibilidade a demandas e expectativas presentes na sociedade, quanto no âmbito da Conferência Nacional da Sociedade Civil, e ainda na universidade, na formação de futuros profissionais em ciências sociais (sexo feminino, 58 anos, doutorada em sociologia, professora universitária).

Claro que sim. Trabalho para isso todos os dias e faço seleção e recrutamento para candidatos para formação tendo sempre em vista darmos o nosso contributo ao país (sexo masculino, 38 anos, licenciado em ciências policiais, consultor de segurança).

Reconhecem que o seu contributo só é possível devido à formação superior que obtiveram no exterior.

A formação adquirida no exterior é a minha base de trabalho. Se não tivesse essa formação não teria perspectivas de vida (sexo feminino, 34 anos, licenciada em Gestão e Marketing, gestora).

A formação adquirida no exterior tem sido decisiva no desempenho das minhas funções atuais, não só no meio académico como também na sociedade civil (sexo feminino, 58 anos, doutorada em sociologia, professora universitária).

Mas para outros, mais importante que o desenvolvimento do país é o seu próprio desenvolvimento.

Estou a trabalhar naquilo que gosto e isso para mim é mais importante do que estar a trabalhar para o país e se uma coisa leva a outra ainda melhor. Dou o meu contributo naquilo que sei e que gosto e neste momento estou satisfeita (sexo feminino, 24 anos, licenciada em cinema e audiovisual, técnica de audiovisual).

Os “jovens” afirmam o seu contributo, porém, salientam igualmente os entraves que têm encontrado na prossecução dos seus objetivos e que têm condicionado o seu desempenho.

Nem sempre as ideias são bem aceites, ou porque estudei fora ou porque nunca foi aplicada em nenhum outro lado, ou porque sou mulher. Não está a ser fácil. Eu quero poder contribuir com aquilo que aprendi, mas encontro muitas barreiras, por isso ando sempre a mudar de emprego, não pelo salário, mas sim porque me farto do ambiente e das pessoas. Mas temos que lutar por aquilo que queremos (sexo feminino, 34 anos, licenciada em Gestão e Marketing, gestora).

Gostaria de fazer mais, mas a estrutura hierárquica da sociedade cria-nos muitas barreiras. O nosso trabalho não é reconhecido. Aqui não implementas nada de novo, não tens espaço para isso. És logo barrado porque és visto como aquela pessoa que vai fazer sombra ao chefe e tirar-lhe o lugar (sexo masculino, 38 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Mas há igualmente quem afirme:

Tenho encontrado muito incentivos e tenho boas perspectivas de futuro. Só assim conseguiremos levar Angola no bom caminho (sexo masculino, 27 anos, licenciado em administração).

Os entrevistados que se enquadram no grupo dos “jovens” são vistos como aqueles que saíram do país no período em que este mais precisava de mão-de-obra qualificada e que, agora no regresso, ambiciona ocupar o lugar de quem se manteve em Angola, constituindo sobretudo uma “ameaça” às posições mais elevadas.

Em relação aos “mais jovens”, embora também sintam alguns condicionalismos, a pressão não é tão evidente como aquela que é sentida pelos jovens.

Nem sempre somos bem aceites. Depende onde fores trabalhar e como entraste naquele emprego. (sexo feminino, 22 anos, licenciada em sociologia)

Com um longo caminho ainda pela frente em termos de desenvolvimento humano, os angolanos formados no exterior mostram-se expectantes em relação ao futuro e afirmam esforçar-se por cumprir com o seu papel de modo a contribuírem para o desenvolvimento de Angola. Para o efeito, atribuem a essa formação superior a principal responsabilidade.

Os “mais velhos”, reconhecem que tiveram uma progressão profissional dentro do organismo a que estavam vinculados

Fui para o exterior fazer Relações Internacionais. Quando sai era consultor aqui no ministério e quando regresssei mudei para a área de cooperação internacional e hoje sou chefe do departamento. Por outro lado, ainda consigo dar aulas à noite na universidade (sexo masculino, 50 anos, licenciado em relações internacionais, consultor e professor universitário).

Reconhecem que as novas perspectivas de desempenho profissional se devem a essa formação e apontam como exemplo a possibilidade de lecionarem em universidades.

Eu agora já me reformei das minhas funções anteriores. Mas com a formação que adquiri continuo a trabalhar. Dou aulas na universidade, mas também trabalho por conta própria. Se não tivesse adquirido essa especialização não conseguia fazer nenhuma dessas coisas (sexo masculino, 59 anos, mestre em auditoria e direito bancário, professor universitário).

Para os “herdeiros”, a formação superior adquirida em Portugal tem permitido melhor integração profissional, bem como perspectivas de progressão na carreira:

A minha formação permitiu-me sair da polícia e concorrer a esta empresa onde sou o responsável pela segurança. Estou em constante contato com a sede da empresa no exterior. Se não tivesse adquirido essa formação nem pensar que estava aqui (sexo masculino, 38 anos, licenciado em ciências policiais, consultor de segurança).

Claro que progredi. Antigamente eu fazia bicos, o que aparecesse e me pagassem, eu fazia. Agora sou professor universitário e trabalho como jornalista. Atualmente estou muito bem em relação ao passado (sexo masculino, 34 anos, licenciado em comunicação, jornalista).

De igual modo, sentem um reconhecimento social pelo esforço e investimento em formação.

De certeza que se tivesse estudado aqui não teria as mesmas oportunidades. Tenho mudado de emprego de seis em seis meses e sempre para melhor e sei que isso acontece porque estudei lá fora (sexo feminino, 34 anos, licenciada em gestão e marketing, gestora).

Porém, afirmam que esse reconhecimento se fica pelo valor do diploma, não se traduzindo numa melhoria das condições económicas, sobretudo para aqueles que desempenham a sua atividade na administração pública, daí

acumularem diversas funções.

Eu sou técnico superior aqui no ministério mas no entanto à noite tenho que ir dar umas aulas para ver se ganho mais algum. A vida aqui em Luanda está muito cara e os funcionários públicos ganham conforme a tabela, não interessa a tua formação (sexo masculino, 38 anos, mestre em estudos africanos, consultor).

Destacam-se por serem uma minoria com preparação técnica reconhecida para ocuparem lugares de destaque, seja em empresas privadas seja na administração pública, o que lhes permite ter boas perspectivas de progressão na carreira.

Depois do curso claro que ocupei sempre lugares de destaque. Já não era o simples servente das obras. Passei a ser responsável pelas obras. A responsabilidade aumentou (sexo masculino, 34 anos, engenheiro civil, diretor de obra).

Referem o fato de encontrarem barreiras no acesso às posições hierárquicas mais elevadas, justificando como estando ainda dependente de ligações aos centros de poder

Mesmo na procura de emprego, para quem vem de fora tem que ter cunha pois é muito difícil. A formação só por si não nos abre portas. Tem que saber como é que o currículo chegou à empresa e entra primeiro quem tem maior influência. A cunha passa sempre a frente (sexo feminino, 27 anos, licenciada em psicologia, técnica de recursos humanos).

Infelizmente ainda hoje precisas de cunha para progredir e as mentalidades não mudaram nada. No que toca ao estado não mudou nada e não estou a ver a mudar tão cedo. A pertença ao partido ainda é uma condição muito forte e essencial de progressão na carreira (sexo masculino, 38 anos, licenciado em ciências policiais, consultor de segurança).

Para os “mais jovens” ainda em início de carreira, as repostas à sua formação por parte do mercado de trabalho têm sido positivas.

Assim que acabei o curso tive logo propostas de emprego em Angola. E regresssei e cá estou eu (sexo masculino, 23 anos, mestre em gestão de empresas, técnico de audiovisual).

Sendo que a maioria ainda se encontra em situação do primeiro emprego, esperam conseguir evoluir na carreira a medida que vão adquirindo experiência

Ainda estou a começar a aplicar aquilo que aprendi, a ver como se fazem as coisas na prática. Daqui a um tempo sim espero estar a fazer coisas diferentes, que reconheçam o meu trabalho e confiem em mim (sexo feminino, 22 anos, licenciada em sociologia).

Todos os entrevistados acreditam que a formação superior realizada fora do país lhes “abre portas” e lhes proporciona oportunidades que não teriam se tivessem feito o ensino superior em Angola, que lhes dá uma estabilidade laboral e lhes permite terem melhores perspectivas de ascensão social.

O contato com outras culturas, outra realidade social, bem como a vivência num ambiente democrático influenciaram de igual forma a personalidades desses entrevistados, que regressam a Angola como novas ideias, novas perspectivas, novos valores, que, como ficou patente, se contrapõem à “norma” estabelecida. “Mais velhos”, “jovens” ou “mais jovens” ambicionam apenas desempenhar as suas funções em Angola e contribuir assim para a reconstrução do país, bem como a melhoria das condições de vida em Angola.

Conclusão

Os diferentes momentos históricos que marcam o desenvolvimento de Angola enquanto Nação relativamente recente, refletiram-se nas gerações de estudantes que partiram para o exterior para realizarem a sua formação superior, como testemunham as entrevistas que realizamos no âmbito do presente estudo. Assim, identificamos três grupos de estudantes – “mais velhos”, “jovens” e “mais jovens” – com diferentes perfis, logo, com vivências diferenciadas. Para estes informantes, a realização da formação superior no exterior tem um impacto positivo na sua trajetória de vida bem como na sua trajetória profissional, depois do seu regresso a Angola, pois consideram-se mais capacitados para responderem aos desafios que Angola enfrenta nesta fase de reconstrução pós-guerra. De igual modo, sentem-se mais capazes de desempenharem as suas funções, o que, em termos gerais, se traduz em maior contributo para o processo de desenvolvimento. A educação e formação superior, além de ser entendida pelo governo angolano como o caminho para o desenvolvimento, é igualmente entendida pelos entrevistados como a principal “arma” neste longo caminho que Angola apenas começou a percorrer.

Referências

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? da teoria à prática, **Caderno de Estudos Africanos**, Lisboa, nº 4, p. 35-70, 2003.

FARIA, Margarida. & LIBERATO, Ermelinda. Formação avançada e desenvolvimento: o caso de Angola, in COSTA, Ana Bénard & FARIA, Margarida (org.). **Educação e Desenvolvimento: estudantes africanos em Portugal**, Lisboa, Almedina, pp. 133-182, 2013.

FARIA, Margarida Lima. Cooperação no âmbito do ensino superior: ser estudante angolano em universidade portuguesas, **Proposições**, XX, (1) (58), p. 45-63, 2009.

KAJIBANGA, Victor. **Ensino superior e dimensão cultural de desenvolvimento**. Porto: CEAUP, 2000.

LEWIS, Arthur. **A teoria do desenvolvimento económico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

PNUD – Angola. **Os desafios pós-guerra**. Luanda: Nações Unidas, 2002.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**, 2010.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano**, 1990.

SEN, Amartya. **O desenvolvimento como liberdade**. Lisboa: Gradiva, 2003.

TODARO, M. **Introdução à economia: uma visão para o Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

The importance of Higher Education to Angola's development process

ABSTRACT

The educational policy for higher education in Angola was, for many years, focused on sending students to abroad educational institutions. If during the colonial period alternatives passed mainly by Portugal, after independence and the beginning of civil war, the allied countries (socialists) became the favorite ones for Angola's students. With the collapse of communism governments, the adoption of a liberal policy and then the end of the armed conflict, Angola enters a new phase in which higher education and the qualification of human resources have a leading role regarding its post-war reconstruction and socio-economic development process.

Keywords: education, higher education, Angola, development.



As controvérsias sociotécnicas sobre as especificações do biodiesel

Marco Vinicius de Castro¹
Daniela Alves de Alves²

RESUMO

A Legislação do Biodiesel é um tipo de Política Pública Regulatória que visa normatizar e padronizar este combustível. Objetiva-se neste artigo apresentar resultados referentes à análise dos documentos que embasaram a Política Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, no âmbito de sua especificação para a introdução na matriz energética brasileira. No presente estudo analisamos principalmente: 1) o DECRETO 5.448, de 20/05/2005 que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; 2) a LEI 13.033 de 24/9/2014 (DOU de 25/9/2014), que dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado para o consumidor final na proporção de 7% a partir de novembro de 2014; 3) o White Paper on Internationally Compatible Biofuel Standards, produto de um grupo força tarefa internacional (União Europeia, Estados Unidos e Brasil), cujo objetivo foi padronizar as especificações técnicas. Mostramos que a produção e o desenvolvimento de uma política pública envolvendo a adoção de uma tecnologia é formada pela associação de elementos de origens heterogêneas (técnica, política, científica, econômica e ambiental) atuando em um campo de forças simultaneamente nacional e global.

Palavras-Chave: Controvérsias sociotécnicas, ciência e tecnologia, especificação, biodiesel.

Recebido em 17/09/2016
Aceito para publicação em 02/11/2016

Introdução

Este artigo é parte de um estudo mais amplo sobre a rede das controvérsias sociotécnicas da produção e uso do biodiesel, sobretudo no Brasil. A produção e o desenvolvimento de uma política pública que envolve a adoção

¹ Estudante de Graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa. Bolsista de Iniciação Científica financiado pela FAPEMIG. E-mail: marco.castro@ufv.br.

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Mestrado em Educação. E-mail: danielaa.alves@ufv.br.

de uma tecnologia é formada pela associação de elementos de origens heterogêneas (técnica, política, científica, econômica e ambiental) a atuar num campo de forças simultaneamente nacional e global. É nesta chave que compreendemos a implementação e a expansão do marco regulatório do biodiesel.

As mudanças climáticas, a segurança energética, o esgotamento das fontes energéticas não renováveis e a produção de energia a partir de insumos renováveis são temas controversos por excelência, ainda mais quando articulados e dentro de um cenário de acordos internacionais em prol da mitigação. Para Venturini (2010) as controvérsias são situações onde atores que discordam uns dos outros trabalham para chegar a um acordo sobre o seu desacordo, onde essa noção de desacordo deve ser tomada no sentido mais amplo, no sentido em que as controvérsias começam quando os atores descobrem que eles não podem ignorar uns aos outros e as controvérsias acabam quando os atores conseguem trabalhar para firmar um sólido compromisso para viverem juntos.

Percebemos o consenso como uma estabilização provisória dos acordos, mas que a qualquer momento reabre as controvérsias em várias direções. Uma controvérsia tecnológica pode ser um desacordo restrito, onde os atores pactuam sobre determinados princípios, mas discordam sobre determinada aplicação; ou pode ser uma controvérsia ampliada, quando não há pontos de acordo ou capacidade de negociação entre os atores. Esta escala da controvérsia é variável e conjuntural. Novos dados apresentados ou novas ações empreendidas pelos atores desmancham o desenho da rede e realinham os atores e seus interesses em direções variadas. Uma controvérsia pode ser muito híbrida, quando é alto o grau de heterogeneidade dos atores, politicamente e substantivamente, e é menos híbrida quando há menor heterogeneidade. Um exemplo do segundo caso é a disputa entre uma instituição associativa na figura de sua diretoria, e seus associados, em torno da melhor maneira de implementar o orçamento da instituição. Em geral tecnologias de produção de energia e de combustíveis são altamente controversas, especialmente em um contexto em que são vistas como uma das principais vilãs do aquecimento global por parte significativa da bibliografia científica.

O objetivo deste artigo é apresentar resultados referentes à análise dos documentos que embasaram a Política Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, enfatizando o âmbito da especificação do biodiesel para a sua introdução na matriz energética brasileira. Neste estudo analisar-se-á

principalmente: 1) o Decreto Nº 5.448, de 20/05/2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; 2) o *White Paper on Internationally Compatible Biofuel Standards*, produto de um grupo força tarefa internacional (União Europeia, Estados Unidos e Brasil), cujo objetivo foi discutir a possível padronização das especificações técnicas das três regiões; 3) a Lei Nº 13.033, de 24/09/2014, que dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado para o consumidor final na proporção de 7% a partir de novembro de 2014.

Por meio do caso da especificação do biodiesel, este artigo discorre sobre como se desenvolve o esforço de “purificação” e de estabilização tecnológica como parte do processo de produção e aplicação do conhecimento tecnocientífico. A certificação é uma espécie de tabela de parâmetros físico-químicos e seus valores de referência para biodiesel. O que significa que para um óleo combustível ser considerado biodiesel ele deve ter seus parâmetros dentro da referência especificada.

Para Latour (1994), as práticas de *purificação* são aquelas que criam duas zonas ontológicas distintas, onde de um lado estão os humanos e do outro a dos não-humanos. Neste artigo os não-humanos arregimentados durante a negociação são motores de caminhões e ônibus, gases tóxicos, e a própria substância biodiesel, cujo comportamento é parametrizado no processo de certificação. Neste processo os pontos de passagem obrigatórios são os laboratórios, lugar onde é “*proclamada a origem transcendental dos fatos que, apesar de fabricados pelo homem, não são de autoria de ninguém e que, conquanto não possuam causa, podem ser explicados*” (LATOUR, 1994, p. 27). Nessa perspectiva, as práticas de *purificação* “*estabelecem uma partição entre o mundo natural, uma sociedade com interesses e questões previsíveis e estáveis, e um discurso independente tanto da referência quanto da sociedade*” (LATOUR, 1994, p.16).

Outra prática importante que Latour (1994) pressupõe é a *tradução*, que seria formada pela mistura de gêneros de seres novos, híbridos de natureza e cultura. Essa prática também é chamada de rede e é através dela que se conecta numa cadeia contínua a mistura e hibridização entre estratégias científicas e industriais, preocupações do Estado, dos ecologistas e dos produtores de oleaginosas. Latour (1994) chama a atenção para a não dissociação entre as práticas de *purificação* e *tradução*, pois sem a primeira as práticas de *tradução* seriam freadas, limitadas e ou mesmo interditas, enquanto que sem a segunda as práticas de *purificação* seriam vazias ou supérfluas.

A implementação tecnológica é o resultado de uma gama de discussões e negociações entre atores heterogêneos – cientistas, engenheiros, personagens do mundo das finanças, agentes de governos e de setores privados – que atingem acordos mutuamente satisfatórios entre si (CALLON, 1995). Uma rede sociotécnica deve ser entendida no sentido de relações não especificadas entre entidades indeterminadas, que perpassam o processo de *concepção*, através da convergência ou divergência de acordos, e *adoção*, manufatura e distribuição dos artefatos tecnocientíficos (CALLON, 1995). A avaliação tecnológica, portanto, é perpassada por uma série de debates políticos, pois estão sujeitas a negociações que a modifique conforme o desenrolar das forças e acordos estabelecidos entre os atores.

Nessa perspectiva, compreende-se o biodiesel como um conjunto de representações que almejam se fechar em uma caixa-preta. Para Latour (2000) a caixa-preta é uma representação simbólica da verdade, que é composta pelos nexos causais de uma rede “sócio lógica”, ou seja, por um número de elementos amarrados a um conjunto de alegações científicas decorrentes de uma lógica social. Os conhecimentos produzidos em “laboratórios”, lugares legitimados de produção do conhecimento, e “contra laboratórios”, lugares não legitimados de testagem e de produção do conhecimento, são colocados no mesmo nível, de maneira simétrica (LATOURE, 2000).

Antes do fechamento da caixa-preta, ou seja, da estabilização de um fato tecnocientífico, o que temos são controvérsias, situações de tensão que envolvem acordos e desacordos entre atores em cada ponto da ciência e tecnologia em questão (VENTURINI, 2010). Nesse sentido, remeter à história de uma caixa preta, ou à história das teorias científicas, nos permite descrever a rede em que a teoria está inserida.

A metodologia utilizada neste trabalho é a cartografia de controvérsias, tal metodologia é composta por um conjunto de técnicas que permite explorar e visualizar questões do debate sociotécnico contemporâneo, como a pesquisa documental, via *web* e entrevistas (VENTURINI, 2010). A cartografia de controvérsias demanda ser proporcional, ou seja, dar visibilidades a diferentes pontos de vista, de acordo com: 1) sua representatividade, 2) sua influência e 3) seu interesse (VENTURINI, 2012).

Como a Teoria Ator-Rede (ANT), a cartografia de controvérsias é um método "*para viver, para conhecer e praticar nas complexidades de tensão*" (LAW, 1999 *apud* VENTURINI, 2010). A cartografia de controvérsias, por essa via, é construtivista, isto é, resultado do trabalho coletivo dos atores que

compõem a rede a ser cartografada. As entrevistas qualitativas foram realizadas com pesquisadores que têm relação direta com as controvérsias que envolvem o biodiesel, sendo eles: 1) um pesquisador e professor do Departamento de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa (UFV); 2) um pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), que também é orientador de pós-graduação do curso de Química pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); 3) outro professor e pesquisador da UFV, que pesquisa sobre palmáceas oleaginosas, micropropagação, cultivo in vitro, biotecnologia, domesticação e produção sustentável de matéria prima para biocombustíveis; 4) e um professor e pesquisador da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), da área de bioquímica. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo do material coletado no decorrer da pesquisa.

O biodiesel no Brasil

O Brasil atualmente é considerado uma das maiores potências mundiais em termos de produção e consumo de biodiesel, tanto que já é o terceiro maior produtor e segundo maior consumidor de biodiesel do mundo. Segundo os dados publicados no último Boletim Mensal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em maio de 2016, em média 81% do biodiesel brasileiro é produzido a partir de soja, 15% de sebo bovino e os outros 4% de outras oleaginosas e gorduras animais. Hoje o Brasil possui 51 plantas produtoras em operação, estas estão autorizadas e habilitadas pela ANP para produzir e distribuir biodiesel. O Boletim Mensal do Biodiesel é publicado pela ANP desde novembro de 2008 e, comparando-os, percebe-se que a soja sempre se configurou como principal matéria-prima para produzir biodiesel, pois esta sempre esteve acima dos 75% no percentual.

A Legislação do Biodiesel no Brasil se apresenta como uma Política Pública Regulatória que visa normatizar e padronizar este combustível. O Decreto Nº 5.448, de 20/05/2005, regulamentou o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.097, conhecida como “Lei do Biodiesel”, de 13/01/2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira. Este Decreto autorizou a adição de dois por cento de biodiesel ao óleo diesel fóssil a ser comercializado com o consumidor final, em qualquer parte do território nacional, até que a adição se tornasse obrigatória, conforme disposto na Lei nº 11.097. O Decreto também encarrega a ANP para expedir normas complementares à sua execução. A ANP assim se configura na rede brasileira como agente regulatório do PNPB.

O PNPB é um programa interministerial do Governo Federal que

objetiva implementar de forma sustentável, técnica e econômica a produção e uso do biodiesel em todo território brasileiro. O principal enfoque do PNPB é articular os três eixos: 1) o econômico, na redução da importação de diesel fóssil e consequente diminuição do ônus que provém disso; 2) o social, com o objetivo de beneficiar produtores rurais, sobretudo os agricultores familiares a partir dos benefícios provindos do “Selo Combustível Social”³; 3) e o ambiental, pois o biodiesel supostamente gera menos poluentes em sua combustão do que combustíveis fósseis.

A ANP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e é responsável pela execução da política nacional do setor energético do Brasil, de acordo com a Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/1997). No que concerne aos biocombustíveis, esta autarquia é responsável por manter e divulgar dados sobre autorizações, produção e comercialização de biodiesel e etanol. A ANP tem como principais finalidades: 1) regular e estabelecer regras por meio de portarias, instruções normativas e resoluções para o funcionamento das indústrias e do comércio de óleo, gás e biocombustíveis; 2) contratar e promover licitações e assinar contratos, em nome da União, com os concessionários em atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e autorizar as atividades das indústrias reguladas; 3) fiscalizar e fazer cumprir as normas nas atividades das indústrias reguladas, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos.

A Resolução ANP Nº 45 de 25/08/2014, publicada no Diário Oficial da União em 26/8/2014, estabelece a especificação do biodiesel e as devidas obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional. Quanto à regulação, ela fica bem esclarecida em seu Art. 1º:

Ficam estabelecidas, por meio da presente Resolução, a especificação do biodiesel contida no Regulamento Técnico ANP nº 3/2014 e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional. Parágrafo único: Fica vedada a comercialização de biodiesel que não se enquadre na especificação contida no Regulamento Técnico ANP, parte integrante desta Resolução (BRASIL, Resolução ANP Nº 45, 2014).

³ “Selo Combustível Social” é aquele concedido às usinas que adquirem um percentual de matéria-prima da agricultura familiar. O selo beneficia as usinas com descontos dos tributos Confins e PIS/Pasep.

O não atendimento às regras estabelecidas pela Resolução N° 45 sujeita os infratores às sanções administrativas previstas na Lei n° 9.847, de 26/10/1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis e estabelece as sanções administrativas. A Resolução traz em anexo o Regulamento Técnico ANP N° 3/2014, que se aplica ao biodiesel nacional ou importado, e estabelece a sua especificação. A determinação das características e da qualidade do biodiesel foi estabelecida após um extenso debate sobre as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), ASTM Internacional (*American Society for Testing and Materials*), Comitê Europeu de Normalização (CEN) e Organização Internacional de Padronização (ISO).

No Brasil atualmente vigora a Lei N° 13.033, de 24/09/2014, publicada no Diário Oficial da União em 25/09/2014, que dispõe sobre a adição obrigatória de 7% de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final em todo território nacional. Em março de 2016, foi sancionado o Projeto de Lei do Senado (PLS) 613/2015, que prevê o aumento progressivo da mistura obrigatória do biodiesel dos atuais 7% para 8% até 2017; 9%, até 2018; e 10%, até 2019. O novo marco regulatório da mistura de 7% de biodiesel a 93% de diesel fóssil, o B7, e seu progressivo aumento no *blend* diesel e biodiesel, é produto de uma intensa rede de negociações entre atores heterogêneos que envolveu, e ainda envolve, os campos científico, tecnológico, político, social, ambiental e econômico, isto é, laboratórios de pesquisa, políticos em exercício de mandato, funcionários públicos de carreira, produtores de oleaginosas, produtores de biodiesel, agências de pesquisas ambientais, dentre outros elementos não-humanos, como o próprio biodiesel, os motores, as técnicas de produção, as matérias-primas para produção do biodiesel, os laboratórios de certificação e a própria especificação do biodiesel.

O artefato biodiesel e as suas especificações

O primeiro motor desenvolvido por Rudolf Diesel⁴, na década de 1890, utilizava óleo vegetal, mais especificamente óleo de amendoim. Na década de 1910 a indústria voltou seus trabalhos para o desenvolvimento de motores que utilizassem o diesel fóssil, pois consideraram este mais eficiente, econômico e potente. O que conhecemos atualmente como combustível biodiesel, que é

⁴ Disponível em <<http://www.biodieselbr.com/biodiesel/historia/biodiesel-historia>> Acesso em 16/03/2015.

produzido através da conversão de óleos vegetais em compostos chamados de ésteres metílicos de ácidos gordos, por meio da transesterificação metílica, decorre de pesquisas realizadas na Bélgica, na década de 1930, onde o pesquisador George Chavanne, da Universidade de Bruxelas, construiu o processo de transesterificação, a reação que permite a produção em massa do biodiesel consumido hoje em dia. Após a crise do petróleo, na década de 1970, ressurgiu o interesse na utilização de óleos vegetais como combustível, mas os modelos de motores daquele contexto não suportavam rodar com óleos vegetais, devido sua alta viscosidade em relação ao diesel fóssil. A partir de 1980 as preocupações com o meio ambiente, a segurança energética e a superprodução agrícola trazem de volta a atenção para o uso de óleos vegetais, a transesterificação metílica⁵ nessa época também era o método preferido de produzir o biodiesel.

Na década de 1990 o trabalho desenvolvido por vários pesquisadores, dentre eles Martin Mittelbach, alavancou a indústria de biodiesel. Sendo o biodiesel produzido por diversas plantas, formas e escalas diferentes, e também a partir de óleos vegetais de origem e qualidade variada, foi necessário instalar uma normatização do combustível para garantir o desempenho dos motores diesel sem quaisquer dificuldades. A Áustria, em 1992, foi o primeiro país do mundo a definir e aprovar padrões para ésteres metílicos de óleo de colza, estes padrões foram mudados e ampliados de acordo com as pesquisas e, nesta década, normas e especificações mais gerais foram estabelecidas em diferentes regiões do mundo, como a Alemanha, Estados Unidos, Itália, França e República Checa (MITTELBAACH, 1996, p. 7). Como a produção e utilização de biodiesel estavam aumentando em diferentes países de todo o mundo, a especificação então se transforma em um pré-requisito para o êxito da introdução do biodiesel no mercado, ou seja, garantir sua qualidade e seu funcionamento em longo prazo de quaisquer motores diesel, bem como diminuir as emissões dos gases do efeito estufa.

Na década de 1990, os limites dos parâmetros que definiam a qualidade do biodiesel eram semelhantes nos diferentes países, mas alguns ainda estavam em discussão, como as limitações para o teor de água, assim como o de

⁵ Atualmente a rota utilizada praticamente pelo mundo inteiro para a produção do biodiesel é a transesterificação metílica, mas há outros processos que podem ser utilizados para reduzir a viscosidade dos óleos vegetais e produzir o biodiesel, a saber: 1) diluir óleo vegetal no diesel; 2) craqueamento; 3) microemulsão; 4) esterificação. O 1º e o 2º são pouco utilizados, pois os dois últimos são mais fáceis de serem utilizados, além disso, o produto que resulta dos primeiros não atingem a especificação do biodiesel (COSTA, 2009).

glicerídeos, e ainda era necessário desenvolver e definir procedimentos analiticamente padronizados para a determinação do teor de glicerol livre e os diferentes glicerídeos (MITTELBAACH, 1996).

Segundo Mittelbach (1996) os parâmetros que são selecionados e estabelecidos para definir a qualidade do biodiesel podem ser divididos em dois grupos: um grupo de parâmetros gerais, que também são usados para combustíveis à base de óleo mineral, e o outro grupo especial que descreve a composição química e pureza do biodiesel. Alguns parâmetros são correlacionados, como densidade e viscosidade, outros dependerão principalmente da escolha de óleos vegetais, que dependem da matéria-prima utilizada, e não podem ser influenciadas pelos diferentes métodos de produção ou etapas de purificação (MITTELBAACH, 1996).

A partir de 2005 a produção de biodiesel em todo o mundo aumentou demasiadamente, devido ao aumento dos preços do petróleo e as preocupações com o aquecimento global. A ANP, em 2007, participou de um grupo força tarefa, em conjunto com equipes da União Europeia e dos Estados Unidos, com o intuito de discutir um possível alinhamento entre as especificações do biodiesel. O resultado foi o documento *White Paper on Internationally Compatible Biofuel Standards*, que não é considerado como posição oficial dos países que participaram. O documento identificou os parâmetros semelhantes das especificações do biodiesel, bem como aqueles que demandariam trabalho futuro para compatibilização. Esta discussão teve por objetivo facilitar e estimular o comércio internacional de biocombustíveis. As regiões envolvidas participam do Fórum Internacional de Biocombustíveis e buscam a adesão dos demais países integrantes, como a África do Sul, China e Índia, para que se engajem na busca da harmonização internacional dos biocombustíveis.

As comparações entre Brasil, UE e EUA foram feitas a partir das normas que estavam em vigor no final do ano de 2007. O trabalho da força tarefa revisou milhares de páginas de documentos técnicos produzidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pela ASTM Internacional (*American Society for Testing and Materials*), pelo Comitê Europeu de Normalização (CEN) e pela Organização Internacional de Padronização (ISO). O conjunto de parâmetros das especificações para o biodiesel, neste documento, se divide em três categorias: 1) os parâmetros que são similares entre as três regiões e que podem ser consideradas compatíveis; 2) os que possuem diferenças que poderiam ser compatibilizadas em curto prazo; 3) e os que apresentam diferenças fundamentais e são considerados incompatíveis. O relatório sugeriu

que outras diferenças poderiam ser superadas por meio da mistura de diversos tipos de óleos vegetais, de modo que se crie um biodiesel como produto final que atenda todas as especificações regionais relativas à qualidade do combustível e às emissões de poluentes.

A partir do estudo da circulação das normas, documentos sobre os parâmetros, métodos e comentários sobre as semelhanças ou não dos parâmetros das especificações, a força tarefa do biodiesel estimou as dificuldades ou facilidades do alinhamento das especificações do biodiesel. Algumas conclusões foram: 1) algumas especificações existentes para biodiesel foram formuladas principalmente em torno das matérias-primas disponíveis localmente, o que é traduzido em algumas divergências significativas nas propriedades das especificações dos combustíveis derivados; 2) algumas especificações existentes são baseadas no uso da mistura entre o biodiesel e diesel fóssil, em vez de ser usada para combustível 100% biodiesel, o que resultou em algumas divergências significativas nas propriedades de especificação do biodiesel puro.

Ao aprofundar nestas controvérsias, que culminaram no *White Paper* (2007), pode-se perceber porque alguns parâmetros dessas especificações foram alinhados e como alguns ainda são difíceis de alinhar em uma única especificação, devido aos seguintes aspectos diferenciais:

1) densidade: este parâmetro se correlaciona com a viscosidade e na discussão do *White Paper* (2007) foi questionado se ele era de fato necessário. Os técnicos que representavam a UE argumentaram que ele é necessário apenas para o B100 (100% biodiesel), mas os especialistas brasileiros sentiram que ele excluiria o B100 de mamona.

2) viscosidade⁶: ficou claro que a questão controversa também está entre o parâmetro para o biodiesel puro ou misturas biodiesel/fósseis. Este parâmetro, segundo as discussões do *White Paper* (2007), foi deixado como uma exigência contratual para as trocas comerciais.

3) estabilidade à oxidação: a composição química do biodiesel faz com

⁶ Segundo Dabdoub *et al.* (2009) a densidade e a viscosidade do biodiesel puro de mamona não atendem os requerimentos das especificações do biodiesel, devido seu alto conteúdo de hidroxiácido. Estes parâmetros, no B100 de mamona, apresentam valores bem acima dos requeridos pelas especificações, que é 0,928 g/cm³ para a densidade e 13,82 mm²/s para a viscosidade, mas um *blendstock* de 30% de biodiesel de mamona (destilado) e 70% de biodiesel de soja se enquadra dentro das especificações do B100, pois apresenta para a viscosidade 5,144 mm²/s, a densidade 0,888g/cm³, além de possibilitar a correção do índice de iodo do biodiesel de soja (DABDOUB *et al.*, 2009, p. 787-789).

que este seja mais sensível à degradação oxidativa do que o combustível diesel fóssil. Os hidroperóxidos formados podem polimerizar com outros radicais livres e formar sedimentos insolúveis, o que forma depósitos no sistema de injeção e da câmara de combustão dos motores (MITTELBACH e GANGL, 2001). O principal desacordo sobre o valor limite deste parâmetro é sobre o uso de combustível B100 na União Europeia e *blendstock* no Brasil e nos EUA. O valor limite para o produto nos EUA também é menor do que o limite para o Brasil e União Europeia.

4) número de iodo: é uma medida de insaturação total dentro de uma mistura de ácidos gordos. Fabricantes de motores argumentaram que os combustíveis com maior número de iodo tendem a polimerizar e formar depósitos em bicos injetores, anéis de pistão e sulcos de anéis de pistão quando aquecidos (KOSMEHL e HEINRICH, 1997). Os ésteres insaturados introduzidos no óleo do motor são suspeitos de formar compostos de elevado peso molecular, que afeta negativamente a qualidade do lubrificante, resultando em danos ao motor (SCHAEFER *et al.*, 1997). Nas discussões do *White Paper* (2007) os técnicos que representavam o Brasil argumentaram que a utilização deste parâmetro é desnecessária, uma vez que o parâmetro de estabilidade oxidativa está definido. Já os peritos da UE consideraram que uma remoção total do índice de iodo seria considerada imprudente pelo mercado europeu. Os representantes dos EUA também defenderam que o parâmetro estabilidade à oxidação elimina a necessidade do CEN acerca do valor de iodo. A principal controvérsia sobre este parâmetro é que o índice de iodo atual no CEN é estabelecido com base no biodiesel à base de óleo de colza, isto elimina a soja, semente de girassol e outros óleos vegetais do léxico de matérias-primas de produção. As normas do CEN também eliminam o uso de aditivos de estabilidade para este parâmetro. A correção do número de iodo também pode ser feita através da mistura do biodiesel com outros com menor número de iodo. Tanto o esforço quanto o impacto do não alinhamento desse parâmetro são elevados.

Havia um consenso compartilhado entre os especialistas participantes da força tarefa, de que “*as discussões e compromissos firmados com a cooperação transfronteiriça foi uma grande realização que vai apoiar o aumento do comércio global de biocombustíveis*” (WHITE PAPER, 2007). Os resultados promoveram um ambiente de trabalho que apoiou o movimento em curso no sentido de conferir uma maior compatibilidade entre os padrões do biodiesel entre as regiões. A continuidade do alinhamento das normas e especificações existentes, quando necessário, tanto do ponto de vista técnico quanto do

comercial, ajudaria a estabelecer normas internacionalmente compatíveis para o biodiesel, o que deveria facilitar o comércio, melhorar a eficiência da produção e promover o fortalecimento dessa fonte de energia renovável.

A atual normatização do biodiesel brasileiro, presente na Resolução ANP nº 45, de 2014, apresenta a dinâmica dos arranjos técnicos que ocorreram nos parâmetros das especificações brasileira nos últimos 12 anos do PNPB. A primeira especificação brasileira está presente na Resolução ANP nº 42 e data de 2004, nesta especificação os 26 parâmetros eram mais “livres”, ou seja, eram mais abertos e permitiam uma variedade maior de óleos vegetais, assim como as matérias-primas para confecção do biodiesel. Vale ressaltar que nessa época o PNPB estava no início de sua implementação e a adição obrigatória de biodiesel no diesel fóssil era de apenas 2%, o que ainda não tornava seus parâmetros problemáticos ao funcionamento dos motores, emissão de gases do efeito estufa e possível comercialização internacional. Após as discussões do *White Paper* (2007) a ANP estabeleceu a Resolução nº 7, em 19/03/2008, que alterou a especificação do biodiesel a ser comercializado pelos diversos agentes econômicos autorizados em todo o território nacional, revogando a Resolução nº 42. A especificação da Resolução nº 7 trouxe novas definições dos parâmetros físico-químicos, alterando os limites para 12 deles: 1) massa; 2) viscosidade; 3) teor de água; 4) enxofre; 5) sódio + potássio; 6) cálcio + magnésio; 7) fósforo; 8) índice de acidez; 9) glicerol total; 10) índice de metanol ou etanol; 11) estabilidade à oxidação; 12) e teor de éster. A especificação vigente no Brasil é a que está presente na Resolução ANP nº 45, de 2014, e, nesta especificação, mais seis parâmetros foram rearranjados: 1) teor de água; 2) enxofre; 3) monoalçilglicerol; 4) diacilglicerol; 5) triacilglicerol; 6) e a estabilidade à oxidação.

Ao comparar a atual especificação fixada na Resolução ANP Nº 45, com as discussões do *White Paper* (2007) e com as especificações dos EUA (ASTMD6751/2012) e União Europeia (EN142014/2008), verifica-se que a especificação brasileira ora se alinha com a americana ora com a europeia, mas também não deixa de seguir um caminho próprio. Percebe-se que há preponderância da especificação europeia sobre as demais, uma vez que esta é mais fechada nos limites dos parâmetros, além de possuir mais parâmetros que a norte-americana, que só possui 20 parâmetros, enquanto a europeia possui 26 parâmetros e a brasileira agora têm 25. A especificação brasileira tende a seguir a especificação europeia com maior critério, tanto no número de parâmetros quanto para seus limites, o que pode ser visto como uma possível europeização da especificação brasileira. Percebe-se também, através da comparação, que as

especificações europeia e americana pouco mudaram desde as discussões do *White Paper* (2007), enquanto a brasileira passou por vários rearranjos.

O parâmetro *resíduo de carbono* deixou de fazer parte da especificação brasileira na Resolução nº 42, fazendo com que a especificação deixasse de ter 26 parâmetros e passasse a ter 25. Após as discussões do *White Paper* (2007) o parâmetro resíduo de carbono sofreu uma alteração na especificação brasileira, passando o máximo de resíduo de carbono dos 100% destilados, em percentual de massa, de 0,10% para 0,05%. O mais curioso sobre esse parâmetro é que ele ainda está presente nas normas ASTM D6751/2012 (0,05%) e EN142014/2008 (0,03%). Segundo Mittelbach (1996) o parâmetro resíduo de carbono provou ser um dos mais importantes indicadores para a qualidade do biodiesel, pois corresponde rigorosamente ao: 1) conteúdo de glicérides; 2) ácidos gordos livres; 3) sabonetes; 4) catalisadores restantes; 5) e outras impurezas.

Segundo pesquisador do tema e professor da UFV:

“[...] nós saímos atrás de uma série de coisas prontas, nós saímos atrás de uma política americana e política europeia que já estavam prontas, nós saímos atrás de uma série de especificações que o óleo já tinha especificação no mercado, não vai se criar uma nova especificação, as empresas já comercializavam os produtos com especificação. O biodiesel já tinha as especificações internacionais, o que foi feito a partir dessa especificação é falar: 'olha, a especificação europeia não permite você ter biodiesel de mamona, então como é que nós vamos fazer para permitir que tenha?', então 'vai ser alargar a banda da especificação de forma que permita que você tenha especificação de mamona', 'mas você não vai com isso prejudicar a qualidade, ou interferir nos parâmetros de qualidade?', já isso não tem como inferir. Então se manteve todas as especificações em termos de seus parâmetros internacionais permitindo que outros produtos fossem inseridos nessa matriz, porque a matriz europeia é baseada na canola (colza), a matriz americana é baseada em soja, e a nossa matriz queria introduzir pinhão manso, mamona, dendê”.

Já o pesquisador entrevistado do INPA trouxe um relato diferente sobre a especificação:

“O óleo não é o biodiesel. Ele é matéria-prima. A partir dele é que você vai converter o biodiesel. Uma vez convertido é que você tem que dar a especificação dele, porque o problema é que óleos vegetais têm composições diferentes. [...] Então essas especificações dependem da matéria-prima. [...] Como o Brasil é muito grande e tem uma potencialidade oleaginosa muito grande, variada, dependendo da região, não tem como fazer uma única especificação. Como eu falei pra você, o óleo de soja é o principal no país, mas ele é um óleo

de cadeia mais longa insaturada. Agora eu estou falando do tucumã, cadeia curta e saturada. A estabilidade oxidativa dele é completamente diferente. Se você por uma norma normal aí, o óleo de soja dificilmente passa, porque se você não colocar um aditivo é normal ter uma alta reatividade de dupla ligação por oxidação, você vai perder esse óleo rapidamente, vai fugir da especificação. [...] E teria outras questões, por exemplo, aqui o nosso tucumã é uma cadeia curta e saturada. Se você fosse levar um biodiesel desse lá pro sul do país, que dá geada, o que acontece? Ele pode ter um congelamento durante esse período da friagem muito grande, por causa dessa natureza química, cadeia curta, satura. Ele pode se solidificar. É diferente daqui. Aqui nunca tem temperatura abaixo de 20 graus, nunca vai acontecer. Então às vezes a especificação pode ser burra nesse sentido. ‘Ah, qual é a faixa de congelamento do biodiesel?’. Para o sul, pra dar aquela oleaginosa vai ser um, pra nós vai ser outro. E como tem que criar um padrão nacional, é complicado.”

As normas do biodiesel no Brasil têm sido frequentemente revistas e atualizadas, como um trabalho constante de “purificação”, que é produto da associação entre o conhecimento produzido nos testes feitos em laboratórios e a mobilização política dos atores das indústrias envolvidas (óleos, motores). Os trabalhos para alinhar os parâmetros físico-químicos das diferentes especificações dos diferentes biodieseis têm exigido investimento em tempo e esforço por especialistas de laboratórios, instalações de teste, instâncias governamentais e privadas.

Considerações finais

Ao partir da Teoria Ator-Rede (ANT), articulada com a metodologia cartografia de controvérsias, compreende-se a adoção tecnológica como uma rede composta de atores, interesses e conhecimentos que circulam nas malhas dessa rede e interagem entre si. Da interação desses atores, sejam eles humanos ou não-humanos, acordos, complementariedades, disputas e conflitos são firmados, e estes fazem parte da associação entre as atividades científica, tecnológica, política, econômica e ambiental, sem delimitar fronteiras rígidas entre essas atividades.

Com o objetivo de se consolidar como uma caixa-preta, o biodiesel mobilizou e ainda mobiliza uma rede de negociações entre atores heterogêneos que têm por objetivo definir não só seu padrão de qualidade, mas também o seu padrão de identidade, de modo que não haja problemas no funcionamento de motores diesel, na sua comercialização mundial e nas emissões de gases do

efeito estufa. Assim, para ser qualificado de biodiesel um determinado óleo precisa provar que é aceito pela comunidade internacional e que é amigável aos motores produzidos pela indústria automotiva.

As discussões que culminaram no documento *White Paper* (2007) foram cruciais no sentido de racionalizar, nivelar e internacionalizar as especificações inerentes aos processos de produção e consumo. Isso decorreu das negociações que envolveram os padrões estabelecidos para governar a qualidade do biodiesel no mercado mundial e que foram baseadas nas variedades de fatores que variam de região para região do mundo. Alguns padrões do biodiesel foram decididos essencialmente na base da matéria-prima disponível para a obtenção do óleo para fabricar o biodiesel. Os padrões do biodiesel também foram desenvolvidos a partir das características dos padrões do diesel fóssil utilizado em cada região, que são diferentes.

As principais controvérsias giraram em torno de que no Brasil e nos EUA o biodiesel é produto para ser misturado ao óleo diesel fóssil, de modo que alguns parâmetros foram definidos para uma determinada percentagem *blend* de biodiesel presente no combustível diesel acabado. Já na UE o padrão específico do biodiesel é descrito para ser utilizado como um combustível puro, o que faz com que alguns parâmetros da UE sejam definidos em diferentes níveis para com os do Brasil e dos EUA. A especificação da UE também é mais extensa e a mesma especificação utilizada para B100 também é utilizada para misturas *blendstock* na UE. Estas diferenças é que representam, em alguns casos, uma considerável dificuldade em alcançar o eventual estabelecimento de uma especificação comum entre as regiões.

As normas do biodiesel em cada região também têm sido desenvolvidas com base na predominância dos tipos de motores diesel que são mais comuns na respectiva região e as regulamentações de emissões que regem os motores. Estas normas estão em frequente revisão e atualização, porém uma completa harmonização dos padrões que se configuram como especificação do biodiesel ainda não foi possível entre as regiões envolvidas. Os interesses que envolvem esta harmonização vão desde a predominância de determinadas matérias-primas em regiões específicas e ausência em outras, até a pressão das indústrias de motores para a produção de um combustível de alto desempenho localizado.

O processo de negociação que culminou no *White Paper* (2007) veio a fazer parte da atual especificação do biodiesel brasileiro. A ANP, como agente regulador do biodiesel, incorpora em sua especificação elementos das discussões internacionais em sua Política Pública Regulatória. A especificação

brasileira ora se alinha com os parâmetros europeus ora com os americanos, mas também não deixa de seguir um caminho próprio, sobretudo no parâmetro *índice de iodo*. O não atendimento das normas expedidas pela ANP sujeita os infratores a sanções administrativas, que se aplicam tanto ao biodiesel nacional quanto ao importado.

Ao compreender a adoção tecnológica como fruto de uma rede composta de atores, interesses e conhecimentos, os quais circulam nas malhas dessa rede e que são compartilhados entre as instituições e que dela fazem parte, temos um cenário de controvérsias. Dessa forma os acordos, complementariedades, disputas e conflitos entre os atores são concebidos como componentes da associação entre as atividades tecnocientífica, política, econômica, social e ambiental, de modo que não seja possível delimitar fronteiras rígidas entre estas atividades.

O fluxo magmático da vida coletiva demanda a renegociação de laços de redes antigas e surgimento de novas redes que redefinem a identidade dos atores, de modo que o sólido e o líquido coexistam em mútua e incessante transformação (VENTURINI, 2010). Assim se configura na rede a dinâmica da especificação do biodiesel, uma rede que constrói, desconstrói e reconstrói o social que a envolve a partir da hibridização de agentes humanos e não-humanos.

Referências

BRASIL. **Decreto Nº 5.448, de 20/05/2005.** Disponível em <[http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/decretos/2005/dec%205.448%20-%202005.xml?fn=document-frameset.htm\\$f=templates\\$3.0](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/decretos/2005/dec%205.448%20-%202005.xml?fn=document-frameset.htm$f=templates$3.0)>. Acesso em 21/07/2015.

_____. **Lei nº 11.097, de 13/01/2005 - Lei do Biodiesel.** Disponível em <[http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/leis/2005/lei%2011.097%20-%202005.xml?fn=document-frameset.htm\\$f=templates\\$3.0](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/leis/2005/lei%2011.097%20-%202005.xml?fn=document-frameset.htm$f=templates$3.0)>. Acesso em 21/07/2015.

_____. **Lei Nº 13.033, de 24/09/2014.** Disponível em <[http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/leis/2014/lei%2013.033%20-%202014.xml?fn=document-frameset.htm\\$f=templates\\$3.0](http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/leis/2014/lei%2013.033%20-%202014.xml?fn=document-frameset.htm$f=templates$3.0)> Acesso em 23/07/2015.

_____. **Resolução ANP Nº 45 de 25/08/2014 - Especificação do Biodiesel.** Disponível em <http://nxt.anp.gov.br/NXT/gateway.dll/leg/resolucoes_anp/2014/agosto/ranp>

%2045%20-%202014.xml?fn=document-frameset.htm\$f=templates\$3.0>.
Acesso em 22/07/2015.

CALLON, Michel. **Technological Conception and Adoption Networks: Lessons for the CTA Practitioner** in “Managing Techology in Society”: Arie Rip, Thomas J. Misa and Johan Schot, editors, 1995, Pinter Publishers, London & New York.

COSTA, R. A. B., **Estudo das eficiências de operação e consumo de energia em plantas de produção de biodiesel**. 2009. 102f. Dissertação (Mestre em Engenharia Química), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2009.

DABDOUB, M.J.; BRONZEL, J.L.; RAMPIN, M.A. Biodiesel: visão crítica do status atual e perspectivas na academia e na indústria. **Química Nova**. v. 32, n.3, p. 776-792, 2009.

KOSMEHL, S. O. & HEINRICH, H. (1997). The Automotive Industry's View on the Standards for Plant Oil-Based Fuels, In: **Plant Oils as Fuels. Present State of Science and Future Developments**, N. Martini & J. Schell (Eds.), 18-28, ISBN 3540647546 9783540647546, Berlin, Germany.

LATOUR, Bruno. In: **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora Unesp, 2000. Parte III.

_____. **Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica** / Bruno Latour: tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, 152 p.

LAW, John. **Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity**. Lancaster: 1992.

MITTELBACH, Martin. Diesel fuel derived from vegetable oils, VI: specifications and quality control of biodiesel. **Bioresour. Technol.**, New York, v. 56, n. 1, p. 7-11, Apr. 1996.

MITTELBACH, M. & GANGL, S. Long storage stability of biodiesel made from rapeseed and used frying oil. **Journal of the American Oil Chemists Society**, Vol. 78, No 6 (2001), pp. 573-577, ISSN 1558-9331.

SCHAFER, A.; NABER D. & GAIRING M. Biodiesel als alternativer Kraftstoff für Mercedes-Benz-Dieselmotoren. **Mineralöltechnik**, Vol. 43 (1997), pp. 1-32, ISSN: 0307-6490.

VENTURINI, Tommaso. **Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory**. Public Understanding of Science, v. 19, n. 3, 2010.

_____. **Building on faults: How to represent controversies with digital methods**. Public Understanding of Science, v. 21, 2012.

WHITE PAPER ON INTERNATIONALLY COMPATIBLE BIOFUEL STANDARDS. **Tripartite Task Force: Brazil, European Union & United States of America.** 2007. Disponível em: <www.inmetro.gov.br/painelsetorial/biocombustiveis/whitepaper.pdf>. Acesso em: 21/07/2015.

Sociotechnical controversies on biodiesel' specifications

ABSTRACT

The Biodiesel Legislation is a type of Regulatory Public Policy that aims to regulate and standardize this fuel. On this paper we aim to present results of the analysis of documents supporting the National Policy of Production and Biodiesel use as part of its specification and introduction in the Brazilian energy matrix. This study analyzed mainly: 1) the Decree N° 5.448, of 20/05/2005 which introduces biodiesel in the Brazilian energy matrix; 2) The Law 13.033 of 24/09/2014 (DOU of 25/09/2014) which regulates the compulsory addition of biodiesel to diesel oil sold to the final consumer at the rate of 7% from November 2014 on. 3) the “White Paper on Internationally Compatible Biofuel Standards”, a product of an international task group (European Union, United States and Brazil) which aimed to standardize the technical specifications. It was showed that the production and the development of a public policy involving the adoption of a technology were made by an association of heterogeneous sources of information (technical, political, scientific, economic and environmental) acting in both national and global levels.

Keywords: Socio-technical controversies, Science and technology, Specification, Biodiesel.



A linguagem cinematográfica como instrumento interpretativo da realidade social

Ailton Costa Silva Júnior¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo traçar um caminho acerca da utilização de filmes como recurso no processo de interpretação da realidade social. O florescimento de uma sociologia do cinema no século XX nos permitiu reconhecer as potencialidades existentes na imagem para a compreensão da realidade. A indústria do cinema ditou regras e padrões de conduta ao redor do mundo, redefiniu concepções estéticas e artísticas através de inúmeros gêneros surgidos, foi arma propagandista de diversos partidos políticos tornando-se um fenômeno social. A película fílmica passa a ser analisada como um documento de extrema relevância para a compreensão da sociedade, sobretudo dos acontecimentos que englobam e formam a realidade como um todo. Neste sentido, o presente artigo oferece uma análise sociológica da evolução do uso das obras fílmicas no campo das ciências sociais e sua contribuição no processo reflexivo da sociedade e suas diferentes nuances.

Palavras-Chave: Sociologia do Cinema, Formação Sociológica, Linguagem Cinematográfica.

Recebido em 07/06/2016
Aceito para publicação em 02/10/2016

Introdução

O estudo das imagens em movimento e sua ligação com as ciências sociais começou a ser amplamente explorado pouco tempo após a revolução metodológica promovida pela *Escola dos Annales*, na década de 1920. A renovação das fontes de estudo, bem como o incorporar de novas temáticas de análise e fundamentação, trouxeram inúmeros benefícios em diversos campos científicos. Este artigo propõe uma análise da linguagem fílmica e de sua contribuição no processo de formação sociológica que objetiva conduzir e estimular a capacidade interpretativa dos estudantes.

¹ Possui mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Educacional de Araucária (FACEAR) e graduação em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

Para tanto, serão utilizados conceitos que se voltam para a linguagem fílmica como reveladora de uma realidade, ou de várias realidades, que tem o poder de fornecer diferentes interpretações ao pesquisador, aguçando a percepção acerca da sociedade e dos diferentes fatos históricos que o cerca. A busca por um significado epistemológico da imagem em movimento e como este objeto de estudo aprimora o conhecimento das ciências sociais serão aspectos discutidos no decorrer desta pesquisa.

O cinema sustentou diferentes ideologias, a propagação de conceitos políticos, culturais e filosóficos através de nações inteiras, tornou-se extremamente rentável e favoreceu o apogeu e dinamizou as comunicações no mundo inteiro. O poder da linguagem através da imagem tornou-se um fenômeno cultural, alterando os processos estruturais que formam o pensamento social, criando representações que agiriam no âmago dos grupos. O cinema tornou-se completo mediante o olhar de seus receptores, o produto finalizado, que é submetido ao espectador, é a obra de arte que diferentemente do quadro oferece não apenas uma única imagem, mas uma composição de séries de imagens em movimento carregadas de traços peculiares da sociedade. Foi por meio desse intercâmbio, estabelecido entre a película e o espectador, que o cinema alcançou significância.²

Os estilos surgem com características distintas, o público analisa a obra fílmica, decifrando-a por meio do seu entendimento pessoal. As diferentes imagens buscam a atração do olhar a fim de adquirir significação em sua essência representacional.

É por meio de uma linguagem particular que o cinema é apresentado ao mundo, o cineasta constrói sua narrativa mediante o desenrolar de uma trama distinta, dados são escritos por meio de imagens, a percepção particular do diretor de cinema sobre o mundo é expressa na tela, a realidade expressa no vídeo que vemos nos estimula à reflexão, é sobre esta reflexão que se pretende construir, definitivamente, um campo de análise que concretize a união entre a linguagem oculta do cinema e o aguçar da percepção sociológica.

O nascimento do cinema e a evolução de uma nova linguagem

O Cinema surgiu no final do século XIX e evoluiu com total esplendor

² Diferentemente de todas as artes humanas, o cinema passou a incorporar em sua essência todas as artes conhecidas, a imagem sequencial é a evolução clássica da fotografia que posta em ordenamento de quadros passava a contar uma história, mediante a ilusão do movimento.

no século XX, as imagens em movimento seduziram o mundo, uma nova arte que incorporava todas as outras passou a ditar comportamentos, um público específico ganha volume e passa a acompanhar e cultivar atores e atrizes, a tela simbolizava todos os aspectos humanos, tanto positivos como negativos, ódio e honradez se misturavam inicialmente em preto e branco e sem som e após aperfeiçoamentos passou a explodir em sonoridade e cores, o fenômeno cresceu e amadureceu com a humanidade, e ambos nutriam-se simbioticamente e ainda se nutrem.

É em 1890 que Thomas Edison, juntamente com o engenheiro e seu assistente William Kennedy Laurie Dickson, desenvolveu a primeira câmera cinematográfica que foi batizada de cinetógrafo. Imagens captadas podiam ser exibidas com o auxílio do cinetoscópio, outra invenção construída no Edison Laboratories, que consistia num aparelho de projeção interna que possuía um visor individual que exibia uma tira de filme em looping de 90 segundos de imagens em movimento.

O cinema nasce realmente em 1895 quando os irmãos Auguste e Louis Lumière exibem ao público o cinematógrafo, uma invenção do engenheiro francês Jules Carpentier, um aparelho que captava as imagens e as projetava, formado por uma caixa de madeira, uma pequena lente frontal e uma manivela acoplada do seu lado direito. A primeira projeção pública aconteceu em março de 1895, quando foi exibido, aos membros da *Société d'Encouragement pour l'Industrie Nationale*, na rua Renner, um vídeo de 50 segundos que mostrava os trabalhadores saindo da Fábrica Lumière, intitulado de *La Sortie de l'usine Lumière à Lyon* (MASCARELLO, 2006, p. 18-19).

A luz do cinematógrafo apresentada pelos irmãos Lumière ao público parisiense, oficialmente, aconteceu em 28 de dezembro de 1895, no salão indiano do Grand Café, no Boulevard des Capucines, casou espanto imediato à plateia. Imagens captadas no cotidiano foram montadas e apresentadas numa grande tela, cenas comuns do dia a dia ganharam uma forma mística em meio a escuridão da sala de projeção. A exibição do pequeno filme *L'Arrivée d'un train à La Ciotat*,³ que apresentava um trem chegando até a plataforma da estação, causou espanto nos espectadores que, ao perceberem a chegada da locomotiva em sua direção, acabaram por pular por sobre as cadeiras e correr para os lados,

³ Mostrar a agitação humana das pessoas desembarcando do trem poderia ser enquadrado como um dos primeiros trabalhos do gênero realismo documentário, embora não possam estas obras da primeira fase do cinema serem taxadas dessa forma, tendo em vista ser mais produtivo entender os primeiros gêneros de filmes entorno de assuntos filmados do que como distinção clara entre documentário e ficção (MASCARELLO, 2006, p. 31).

na tentativa de fugir do que parecia ser um desastre eminente (SILVA, 2007, p. 131-132).

Rapidamente a notícia da “câmera de imagens em movimento” percorreu as ruas de Paris, chegando ao conhecimento popular em bares e cafés, embora tenha sido considerada pelos próprios criadores, os irmãos Lumière, como sendo apenas uma moda passageira na época. Muitos dos que presenciaram a primeira projeção taxavam o invento de místico, e até demoníaco, segundo Edgar Morin.

Foi aos gritos de “Fogo, é bruxaria!” que em 1898 os camponeses de Nijni Novgorod incendiaram a barraca de projeção Lumière. Entre as velhas civilizações e populações primitivas dos cinco continentes, a difusão do cinematógrafo passou, efectivamente, por um fenómeno de magia (MORIN, 1970, p. 47).

Os filmes feitos neste primeiro momento de nascimento e aprendizagem de manipulação do cinematógrafo, eram, em síntese, pequenos vídeos de pouco mais de três minutos, e que destinavam-se a demonstrar imagens naturais, e sem montagem, de cenas do cotidiano. É a partir da manipulação das pequenas imagens em movimento que temos o nascimento do cinema. O cinema vigora como a montagem de fotografias que nos dão a ilusão do movimento ininterrupto. O primeiro experimento de captação do movimento das imagens foi desenvolvido pelo fotógrafo inglês Eadweard Muybridge, em 1872, que se propôs a alinhar 24 câmeras ao longo de um percurso para fotografar um cavalo de corrida que acionaria todas elas através de um barbante, resultando em 24 fotografias que postas em sequência davam a ilusão de movimento (SABADIN, 1997).

O primeiro período do cinema que surgiu com as primeiras câmeras artesanais de captação de imagens é chamado pelos historiadores de “cinema de atrações”, que se desenvolveu entre os anos de 1894 e 1908. A primeira fase de nascimento do cinema é marcada pela ausência de narrativa fílmica, onde a projeção de imagens afirmava-se por sua inovação, o que garantia público. E uma segunda fase de 1908 até 1915, onde a narrativa começa a surgir, um processo de montagem em sequência das imagens captadas dão consistência as histórias, dando-lhes começo, meio e fim.

Inicialmente uma atividade artesanal, o cinema apareceu misturado a outras formas de diversão populares, como feiras de atrações, circos, espetáculos de magia e de aberrações, ou integrado aos círculos científicos, como uma das várias invenções

que a virada do século apresentou (COSTA, 2005, p. 17).

O cinema da primeira fase não se preocupa em contar histórias, a atenção do espectador é redobrada porque a inexatidão na construção de alguns filmes despertava o interesse e a imaginação do público, um exercício por entender o que se passava na tela surgia devido à ausência de narrativa definida. E como no teatro o que se via era apenas um plano frontal no qual a ação se desenrolava. Os filmes nesta primeira fase foram criados dessa forma, os atores agrupavam-se frente à câmera, que não se movia, que não criava ângulos distintos, e atuavam, por meio da expressividade corporal e facial, a trama ganhava sentido mediante este exercício teatral. “*Em geral, a câmera ficava estática, de modo a mostrar o corpo inteiro de todo um conjunto de pessoas, realizando panorâmicas apenas para reenquadrar certas ações mais movimentadas*” (MASCARELLO, 2006, p. 29).

Entre os primeiros “artesãos do cinema” estava o mágico Georges Méliès, que dominou o cenário de projeções francês na primeira fase do cinema, com seus pequenos filmes repletos de cortes e utilização de efeitos especiais desenvolvidos por ele mesmo. As chamadas “paradas para substituição” foi uma técnica desenvolvida neste período, que consistia na interrupção da gravação para substituir figurino ou mesmo atores e objetos da cenografia, com o intuito de apresentar ao espectador uma ilusão, como em um truque de mágica. Méliès foi o responsável pela criação dessa técnica ilusionista no período que trabalhou na Companhia Pathé, entre seus primeiros filmes da primeira fase do cinema estão *Um Petit Diable* de 1896, e *Une Partie de Cartes* (1896), ambos curtas-metragens realizados com a técnica de recorte e colagem do filme, desenvolvendo dessa forma, ainda na primeira fase do cinema, a gênese do conceito de montagem (MASCARELLO, 2006, p. 29-30).

Os irmãos Lumière, pioneiros na França com a invenção do cinematógrafo, criavam filmes que mais tarde seriam estereotipados por especialistas do cinema como o gênero de realismo documentário, porque em sua grande maioria eram concebidos em locações externas e privilegiavam cenas do cotidiano, como se observa em *Repas de bébé* (Louis Lumière, 1895), as folhas sendo agitadas pelo vento, enquanto vemos um bebê sendo alimentado, ou o famoso trem que espantou a todos com sua chegada à estação em *Arrivée du train en gare de La Ciotat* (Auguste e Louis Lumière, 1895), e ainda a saída dos operários da fábrica Lumière, em *La sortie des usines Lumière* (Louis Lumière, 1895). O princípio da ficção nas obras cinematográficas dos irmãos Lumière surge com o pequeno filme *L'arroseur arrosé* (Louis Lumière, 1895). A história mostra um menino que pisa no esguicho do jardineiro, pausando o

fluxo de água; o jardineiro se põe a observar dentro da mangueira ao tempo que o garoto libera o fluxo de água molhando o jardineiro. Vemos uma pequena perseguição do jardineiro para capturar o garoto que sai do enquadramento da câmera, retornando em seguida com o garoto que é castigado. “*Esse é um exemplo de que, menos do que seguir a cena com uma panorâmica, o que importa é a preservação do quadro em que se desenrola a ação*” (MASCARELLO, 2006, p. 31).

Os filmes de múltiplos planos começam a ser largamente concebidos entre os anos de 1902 e 1907, as relações temporais eram construídas na trama de forma mais exata, conduzindo o espectador em meio as ações dos personagens, permitindo uma noção da história mais bem elaborada. D. W. Griffith foi o primeiro cineasta a utilizar os closes, o movimento de câmera e as montagens paralelas que consistiam na alternância entre planos de duas sequências, criando um novo significado subjacente no filme. Seu início no cinema se deu em 1908, com seus curtas-metragens de 15 até 18 minutos. Mas é em 1915 que Griffith desenvolve *The Birth of a Nation*, o primeiro longa-metragem americano, que seria o marco inicial da indústria Hollywoodiana. Em 1916 é criado *Intolerance: Love's Struggle Throughout the Ages*, considerado pela crítica internacional como uma das obras-primas do cinema mudo.

A utilização do travelling e a montagem paralela de sequências tornou Griffith um visionário na arte cinematográfica, inaugurando a segunda fase do cinema em que a narrativa fílmica⁴ torna-se uma linguagem distinta, ao passo que a sétima arte começa a ser compreendida, doutrinando sentidos e gerando um público crítico e atento.

A sequência de imagens montadas pela primeira vez seria o primeiro passo do rebuscar da narrativa fílmica e, mais tarde, da linguagem cinematográfica, gerando uma indústria que modificaria a própria forma de observar o mundo e suas variações. “*Não é por ser uma linguagem que o cinema pode nos contar tão belas histórias, é porque ele nos contou tão belas histórias que se tornou uma linguagem*” (METZ, 2010, p. 64).

O que o espectador passou a vislumbrar diante da tela é a própria representação da realidade humana, sendo que os filmes trouxeram uma interpretação da humanidade e suas infundáveis características, modificando

⁴ Devendo ser mencionados também os cineastas Fritz Lang e F.W. Murnau que tiveram extrema importância no período de evolução e desenvolvimento da linguagem cinematográfica, ambos são ligados ao movimento expressionista alemão, apesar de nunca terem se intitulado assim. (MASCARELLO, 2006, p. 84).

nosso sentido de interação social. A tela mostrou o homem como um espelho e refletiu as emoções em frames por meio da ilusão do movimento. A câmera como instrumento de captura do mundo concedeu ao homem um novo espaço fora de sua realidade e repleto de detalhes antes imperceptíveis, convidando-o a fazer parte do novo espaço, desejando ser entendida.

O cinema corresponde [...] ao nosso desejo de criar o mundo novamente não como na religião, como uma explicação obrigatória e mais ou menos dogmática, nem como a arte, como irrepetível acontecimento estético, mas como um possível fluir de imagens de diferentes tipos, ilimitadas, ordenadas, significativas e mutáveis, que oferece um sentimento de autocompreensão do mundo e também o fascínio pela surpresa e a vibração (HERRMANN, 2001, p. 92).

A linguagem cinematográfica surge a partir do momento em que a compreensão dos jogos de câmeras e da representatividade da tela são postos em destaque constante, por diferentes pesquisadores em campos científicos distintos, como a Sociologia e a História. A estética cinematográfica estabelece uma conexão de sentidos com os indivíduos, estimulando e ampliando a percepção, inaugurando uma abertura da capacidade sensível através do campo visual. Restando saber quais são os impactos de alteração da percepção, e quais sentidos passaram a sofrer modificações possibilitadas com o filme.

O cinema e a construção dos significados da realidade

A linguagem existente no cinema nos impulsionou a observar analiticamente os detalhes, as miudezas, os pequenos contornos, toda pequena particularidade que passa despercebida por nossos olhos, em nossa realidade. A tela do cinema compactou o mundo, sem, no entanto, desfigurá-lo, a mesma vida repleta de símbolos que vemos exaustivamente em nosso cotidiano só ganharam atenção em demasia quando passaram a ser exibidos minuciosamente numa grande tela, em meio a escuridão da sala de projeção.

O educar dos sentidos dos espectadores esta diretamente ligado aos períodos de evolução da arte cinematográfica. Os filmes produzidos na primeira fase de descoberta e utilização das imagens em movimento eram tidos apenas como espetáculo de atração, como invenção inovadora de uma época de novas máquinas, ao passo que a segunda fase é marcada por uma extrema evolução do processo de construção da película, sobretudo no que diz respeito a sua

narrativa. O espectador que antes vislumbrava com seu olhar tímido o plano imóvel da câmera, e as inúmeras peripécias criativas de elencos teatrais, começava a condicionar seu olhar e sua perspicácia para uma narrativa que ganhava ritmo e coesão. Segundo Walter Benjamin:

Com o cinema, a obra de arte adquiriu um atributo decisivo, que os gregos ou não aceitariam ou considerariam o menos essencial de todos: a perfectibilidade. O filme acabado não é produzido de um só jato, e sim montado a partir de inúmeras imagens isoladas e se sequências de imagens entre as quais o montador exerce seu direito de escolha – imagens, aliás, que poderiam, desde o início da filmagem, ter sido corrigidas, sem qualquer restrição. Para produzir A opinião pública, com uma duração de 3000 metros, Chaplin filmou 125000 metros. O filme é, pois, a mais perfectível das obras de arte (BENJAMIN, 1985, p. 175).

Walter Benjamin atenta para o princípio de perfeição que se faz presente na construção de um filme e a importância da montagem como resultado final da obra de arte. O cineasta compõe sua obra mediante a composição de sequências de imagens, os ângulos, planos paralelos, closes e inserção de trilhas sonoras das mais diversas em cada quadro filmado. Não encontra distanciamento da habilidade com a qual o artesão esculpe ou entalha sua peça, ou a suavidade das pinceladas precisas de um pintor numa tela em branco: externalizar emoções é o principal fundamento da arte e o cinema parece ter absorvido em sua evolução grande parte das artes criadas pela humanidade, desenvolvendo nos indivíduos uma forma de observar a sociedade totalmente distinta.

Este exercício que fez evoluir no espectador o interesse pelo detalhe, emocionalmente concebido pela arte fílmica, passou a ser amplamente utilizado no campo das ciências sociais como instrumento auxiliar da pesquisa. O nascimento de uma sociologia do cinema, que tinha como objetivo estudar as tantas variações que se faziam presentes no processo de pré-produção, produção e efeito sobre o público, trouxe uma nova didática.

A década de 50 marca um novo momento significativo para a relação entre ciências sociais e cinema. Década bastante rica em possibilidades, viu nascer dois irmãos que tinham, ao mesmo tempo, características bastante diferentes: O cinema-verdade e o cinema direto (SILVA, 2007, p.145).

O tipo de raciocínio que surge da perspicácia de análise da obra fílmica

pode ser considerado como pertinente no processo de construção do conhecimento nas ciências sociais e, sobretudo, a sociologia. O exercício cognitivo que nasce da chamada linguagem cinematográfica nos permite evidenciar diferentes práticas humanas, bem como suas variações e símbolos que se fazem presentes num mundo inventado que reflete nossa própria realidade, ou mesmo criando uma nova realidade. “A “especificidade” do cinema é a presença de uma linguagem que quer se tornar arte no seio de uma arte que, por sua vez, quer se tornar linguagem” (METZ, 2010, p. 76).

A complexidade dos índices, que fornecem símbolos⁵ em meio as tantas interações sociais, nos permite perceber a subjetividade do outro. O campo de visão encontra-se em constante processo interpretativo dos sinais humanos e a significação desses sinais coage para a compreensão da realidade da vida cotidiana. A sociologia tem como objetivo o estudo do homem em sociedade e as relações estabelecidas entre os indivíduos e as instituições, os fenômenos em suas mais variadas esferas que compreendem o campo das artes, cultura, política, religião e tantos outros. O cinema por sua vez representa diferentes contestações sociais que servem como objeto de estudo do sociólogo, fazendo uso da linguagem cinematográfica como um interprete de significados da realidade, conclamando um sentido representacional do real e seus símbolos.

Existindo também uma parcela de subjetividade na apreciação fílmica, a qual é submetida à interpretação de seus vários espectadores. A realidade é apresentada sob a forma de uma representação, o plano real oferece os traços necessários a essa construção fantasiosa que é posta na tela e oferecida ao público tornando-se real. “A expressividade humana é capaz de objetivações, isto é, manifestam-se em produtos da atividade humana que estão ao dispor tanto dos produtores quanto dos outros homens, como elementos que são de um mundo comum” (BERGER & LUCKMAN, 2010, p. 52).

Os filmes nos apresentam um espaço de exibição de significados postos em detalhe, a câmera que é meticulosamente colocada por seu diretor nos apresenta ângulos, planos médios, planos detalhes ou close-ups, em alguns instantes as aproximações e recuos também são utilizados, cada um desses movimentos nos dita um significado, nos oferece um conceito, códigos e sinais que ganham sentido com as imagens, nos convidando ao um novo mundo

⁵ No contexto simbólico do filme, Edgar Morin (1970) menciona que o cinema possui em sua essência uma carga simbólica de alta tensão, duplicando não apenas o poder afetivo, mas também o poder significativo da imagem (1970, p. 206).

repleto de variações, mas antes de tudo nos apresentando o nosso próprio mundo em detalhes.

É inegável o auxílio da interpretação dos filmes como ferramenta didática em diferentes níveis da educação. Diferentes áreas do conhecimento incorporam a todo momento uma instrução dos sentidos através do cinema, com cronogramas programáticos específicos de aulas, com o intuito de facilitar a aprendizagem acerca da temática tratada. O campo de interpretação da linguagem cinematográfica possibilita inúmeras discussões que envolvem de forma extremamente relevante diferentes áreas do conhecimento. De forma multidisciplinar e abrangente.

A educação é, na sua totalidade, prática interdisciplinar por ser mediação do todo da existência; a interdisciplinaridade constitui o processo de que deve levar do múltiplo ao uno. O processo educativo e seus fundamentos epistemológicos e axiológicos baseiam-se em uma multidisciplinaridade, em pluridisciplinaridade. É que, dadas as nossas condições e a complexidade da prática, precisamos de múltiplos enfoques mediatizados pelas abordagens das várias ciências particulares; mas não se trata apenas de uma justaposição de múltiplos saberes: é preciso chegar à unidade na qual o todo se reconstitui como uma síntese que, nessa unidade, é maior do que as soma das partes. Por isso, precisa ser também prática interdisciplinar (SEVERINO, 2003, p. 43).

A prática de utilização de filmes no processo ensino-aprendizagem adquiriu significativa relevância no processo educativo atual. Diferentes docentes em diversas etapas da educação fazem uso do audiovisual com o propósito de transmitir conhecimento ao discente de forma mais direta e dinâmica. O processo interdisciplinar que permitiu uma união entre diversos campos das ciências surgiu de forma a alterar a prática metodológica das ciências sociais ainda na França da década de 1920, mesmo país de nascimento do cinematógrafo.

A Escola dos Annales, que surge na França em 1929, tinha como proposta a incorporação de métodos das ciências sociais à história, possibilitando a ampliação do campo metodológico. As fontes utilizadas pelos pesquisadores obtiveram, assim, sucintas modificações e passaram a privilegiar a história das mentalidades e a história cultural. O cinema ocupou uma posição privilegiada nas pesquisas a partir das décadas de 1960 e 1970, com a terceira geração dos Annales, com pesquisadores como Jacques Le Goff e Marc Ferro. Segundo Peter Burke: “Braudel decidiu recrutar jovens historiadores, como

Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Marc Ferro, com a finalidade de renovar os Annales, “renovar a pele”, como dizia” (BURKE, 1991, p. 39).

Le Goff destacou-se com trabalhos que se voltavam para a idade média e sua riqueza de costumes, bem como a memória dos povos. Marc Ferro, por sua vez, passou a estudar o campo do audiovisual e a relação de estudo cinema-história. Os estudos de Ferro voltaram-se em demasia para as películas, sendo divididos em diferentes aspectos, enquanto conhecimento histórico e como agentes da história. *“A câmera revela seu funcionamento real, diz mais sobre cada um do que seria desejável mostrar. Ela desvenda o segredo, apresenta o avesso de uma sociedade, seus lapsos. Ela atinge suas estruturas”* (FERRO, 2010, p. 31).

O filme passa a ser visto como um documento histórico, como um quadro que representa uma época e os agentes de seu tempo. A linguagem cinematográfica, por sua vez, surge como reveladora de uma realidade de significados que permite ao cientista social um vislumbre das ações dos indivíduos.

O cinema adquire o significado de representante das manifestações de cunho cultural. Dessa forma, por meio da arte e seu conjunto de significados, é possível compreender as diferentes relações sociais que fundamentam a sociedade. Indivíduo e sociedade são colocados em espaços específicos a fim de tornar mais objetivo o estudo do todo que forma a realidade social, partindo do emaranhado de relações existentes entre os indivíduos que a compõem.

A realidade recriada pela ótica do cineasta pode ser compreendida de diferentes maneiras, a forma com a qual os diferentes sentimentos são postos em destaque na construção fílmica, expressando a necessidade de afirmação de um estilo ou um ponto de vista que, até dado momento, existe apenas no imaginário. A reunião das imagens que tem o propósito de gerar um filme é entendida na ótica de Walter Benjamin como a criação de “um espaço de liberdade”, o qual é dotado de elementos que escapam a percepção. Primeiro a observação da realidade e a coleta de imagens desconexas, depois o estudo de cada plano a partir de uma lógica específica e, por fim, a reunião ordenada do grande número de imagens, dando sentido à obra final que é o filme, um produto da liberdade, quase onírico.

Uma das funções sociais mais importantes do cinema é criar um equilíbrio entre o homem e o aparelho. O cinema não realiza essa tarefa apenas pelo modo com que o homem se representa diante do

aparelho, mas pelo modo com que ele representa o mundo, graças a esse aparelho. Através dos seus grandes planos, de sua ênfase sobre pormenores ocultos dos objetos que nos são familiares, e de sua investigação dos ambientes mais vulgares sob a direção genial da objetiva, o cinema faz-nos vislumbrar, por um lado, os mil condicionamentos que determinam nossa existência, e por outro assegura-nos um grande e insuspeito espaço de liberdade (BENJAMIN, 1987, p. 189).

É por meio dessa representação do real que os indivíduos a percebem buscando relacionar-se com ela, o movimento de troca de sentidos orienta o espectador transformando-o em agente participante dessa construção. Um novo sujeito surge das telas, o filme cria um novo olhar sobre a realidade, recriando espaços antes inexistentes, transferindo para o plano real e socializando-os com os demais indivíduos ideias e conceitos que antes se perdiam na imaginação.

É uma das características do cinema, representar uma determinada realidade por meio de uma sequência ininterrupta de imagens postas em velocidade constante numa tela. A necessidade de fazer valer o mundo das experiências e sua complexidade frente à realidade objetiva é palpável.

Vemos a mesma constatação do simbolismo que emana da realidade social na obra *A Instituição Imaginária da Sociedade*, de Cornelius Castoriadis, onde se menciona a importância que deve ser direcionada pelo pesquisador ao suporte imaginário na tentativa de tornar mais visível a gama de significações de tudo o que rodeia o homem. O cinema surge como uma espécie de espelho de significados na qual a sociedade se vê e se cria a partir de suas orientações e especificidades. *“A sociedade constitui um simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total”* (CASTORIADIS, 1982, p. 152). O cinema é considerado um grande avanço da cultura midiática que obtém significância através da narrativa fílmica. As narrativas de ficção expostas na tela apresentam-se como formas de acessar diferentes valores, crenças e processos de significação do imaginário. Os símbolos que são vistos aos montes são o combustível das diferentes significações imaginárias estruturantes.

Falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa inventada – quer se trate de uma invenção absoluta (uma história imaginada em todas as suas partes), ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações normais ou canônicas.... Nos dois casos, é evidente que o imaginário se separa do real, que pretende colocar-se em seu lugar (uma mentira) ou que não pretende fazê-lo (um romance) (CASTORIADIS, 1982, p. 154).

Sendo assim o simbólico um sistema de “real-racional”, uma das principais características do cinema é a de basicamente operar em um estágio intermediário de construção fílmica no qual os objetos não aparecem precisamente como símbolos imaginados, mas dizem respeito a algo que é apresentado como mais concreto do mundo real que será representado na película. Analisando o cinema através da potencialidade que ele exerce na sociedade, a imagem é o fio condutor dessa representação, a fotografia apresenta certa potencialidade, mas quando se põe a narrar se torna cinema, transformando-se em imagem em movimento.⁶

Para que a película exista é necessário que se crie um método de orientação que possibilite a uma equipe orientar-se no processo de criação. Surge, dessa forma, uma linguagem cinematográfica que apresenta inúmeros estilos e formas, a sétima arte engloba todas as artes criadas pelo homem nesse jogo representacional, onde elementos reais agrupam-se dando forma a algo aparentemente surreal. *“O “segredo” do cinema é também isto: injetar na irrealidade da imagem a realidade do movimento e, assim. Atualizar o imaginário a um grau nunca antes alcançado”* (METZ, 2010, p. 28).

Inaugurando um discurso totalmente novo, a câmera de filmagem tornou-se uma fonte de pesquisa que rompia com o estereótipo de mero apetrecho de registro de imagens, sendo conceituada como um instrumento onde são registrados fatos e acontecimentos de ordem social, que mais tarde passaram a ser agrupados pelo pesquisador servindo de arcabouço em determinada pesquisa.

Em sua obra *Cinema I – a Imagem-Movimento*, Gilles Deleuze cita o filósofo Henri Bergson com o intuito de descrever algumas características da percepção que é alterada mediante a projeção do cinema.

A esse respeito Bergson se distingue da fenomenologia, para a qual o cinema antes romperia com as condições da percepção natural. “Temos visões quase instantâneas da realidade que passa, e como elas são características desta realidade, basta-nos alinhá-las ao longo de um devir abstrato, uniforme, invisível, situado no fundo do aparelho do conhecimento... Percepção, inteligência, linguagem procedem em geral assim. Quer se trata de pensar o devir, ou de o exprimir ou até de o perceber, o que fazemos é apenas acionar uma espécie de cinematógrafo interior.”(EC, pp. 298-299 (305).(N.T.)) Deve-se depreender daí que, segundo Bergson, o

⁶ Sobre tal sentido da imagem, Edgar Morin (1970) diz que o homem tem necessidade de lutar contra a erosão do tempo fixando-se na imagem (MORIN, 1970, p. 33).

cinema seria somente a projeção, a reprodução de uma ilusão constante, universal? Como se tivéssemos sempre feito cinema sem saber? Mas então, muitos problemas se colocam (DEULEZE, 1983, p. 7).

A percepção mencionada nos escritos de Henri Bergson permite explicar os dados imediatos da consciência, em um plano da matéria e outro da memória. Os filmes apresentam visões imediatas de realidade, com indivíduos que encenam em um mundo aprisionado na tela, a projeção seria a liberdade do detalhe exprimido pelo vídeo. Os cineastas, mais do que representantes das imagens, tornaram-se manipuladores artísticos das interações sociais, objetivando através da lente os pequenos traços humanos que em sua totalidade simbolizam a sociedade e seus grupos. Surge, dessa constatação, diferentes questionamentos que são apontados por Deleuze. Um deles é de que o cinema seria “a reprodução de uma ilusão constante, universal?” Ou “como se tivéssemos sempre feito cinema sem saber?” O cinema então tornou-se, desde seu nascimento, um espaço de formação de conhecimentos diversos, de vivências e memórias sociais, sendo que suas propriedades inauguraram uma nova ferramenta de auxílio compreensivo. Dessa forma, a linguagem cinematográfica potencializou os estudos acerca da sociedade e suas nuances tão complexas e intrigantes.

Considerações finais

As reflexões feitas neste artigo objetivaram um diálogo entre posturas teórico-metodológicas que definem o cinema como arte inovadora e ferramenta auxiliadora na compressão da sociedade e suas características. A linguagem fílmica analisada pelo cientista social apresentou uma realidade de sentidos e conflitos sociais extremamente relevantes no processo de interpretação do mundo. A montagem do filme foi aos poucos refinando a percepção do espectador, ao ponto de redefinir os olhares e o sentido das imagens postas em movimento.

A sétima arte passou a ocupar um lugar de destaque entre diferentes expressões humanas, o vislumbre provocado pela projeção desde seu nascimento em 1895 provocou alarde, as imagens em movimento permitiram a análise dos reflexos da humanidade, como um teatro de sombras, onde o lugar das sombras foi tomado pelos indivíduos e suas excentricidades. As duas primeiras fases do cinema foram marcadas por uma evolução da montagem, foi a partir dos recortes e colagens de pequenos rolos de filme que as primeiras

obras fílmicas surgiram, levando mensagens que antes eram difíceis de serem interpretadas pelo espectador.

O mundo cinematográfico pós 1915, período final da segunda fase evolutiva da montagem de frames, foi marcado por significativas mudanças no campo fílmico que em sua grande maioria foram criadas por cineastas como D. W. Griffith, Cecil B. DeMille, Sergei Eisenstein e Charles Chaplin. As inovações nascidas durante a década de 1920 consagraram o cinema como arte notável e digna de análise, a produção de sentido e significação que acompanhamos na tela de projeção inaugurou novos olhares fazendo evoluir uma percepção distinta entre outras artes.

Nesta acepção, objetivou-se a denotação da linguagem do cinema como sendo uma ferramenta de extrema relevância no processo de formação do cientista social. A utilização de diferentes fontes de análise pelo pesquisador tornou-se parâmetro essencial no processo de compreensão da sociedade. O cinema, chamado de sétima arte, parece ter unido todas as artes em sua essência ao ponto de apresentar a humanidade para a humanidade.

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política.** São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** 32. ed.; trad. Floriano de Souza Fernandes, Petrópolis, Vozes, 2010.
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989.** 2. ed.; trad. Nilo Odália, São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COSTA, Flávia. **O primeiro Cinema: espetáculo, narração e domesticação.** Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2005.
- DEULEZE, Gilles. **Cinema 1 – a Imagem-Movimento.** Editora Brasiliense S.A. 1983.
- FERRO, Marc. **História e cinema.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HERRMANN, J. **Sinnmaschine Kino: Sinndeutungen und Religion im populären Film.** Gütersloh: Kaiser, 2001.
- MASCARELLO, Fernando. **História do Cinema Mundial.** Campinas: Papirus, 2006.
- METZ, Christian. **A significação no cinema.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário: ensaio de antropologia**. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

SABADIN, Celso. **Vocês ainda não ouviram nada. A Barulhenta história do cinema mudo**. São Paulo. Lemos Editorial, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber com intencionalização da prática**. In FAZENDA, Ivanir. *Didática da Interdisciplinaridade*. Campinas: Papirus, 2003.

SILVA, Josué Pereira da, Org. **Para uma Sociologia do Século XX**. São Paulo: Annablume, 2007.

The film language as social reality interpretative instrument

ABSTRACT

This article aims to debate the use of cinema as a teaching resource in the sociological formation process. The flowering of a sociology of cinema in the twentieth century enabled social scientists to recognize the potential of moving images for the understanding of reality. The movie industry, which has dictated rules and standards of conduct around the world, redefining aesthetic and artistic concepts through numerous genres, emerged as propaganda weapon for political parties, becoming a social phenomenon. The filmic film becomes to be analyzed as an extremely important document resource for the understanding of society, especially events that encompass and form the reality as a whole. In this sense, this article offers a sociological analysis of the evolution of the use of filmic works in the social sciences and their contribution to the process of comprehension of society and its different nuances.

Keywords: Sociology of Cinema, Sociological Training, Film Language.



Aganaktismeni: o movimento grego entre razão e emoção

Raul Felix Barbosa

RESUMO

Durante o biênio de 2010 a 2012, a Grécia presenciou uma série de protestos e mobilizações coletivas contra as medidas de austeridade tomadas pelo governo grego. Surgiu o Movimento dos Indignados gregos. Espelhados no grupo homônimo espanhol, a versão helênica acampou nas principais praças do país para serem ouvidos. Sem uma identidade política comum, os gregos extravasaram suas emoções por meio da raiva, do ódio e da solidariedade. Este estudo busca analisar a inserção das emoções nos protestos ocorridos na Grécia a partir das perspectivas de Jasper e Polletta (2001), realizando uma análise do movimento grego.

Palavras-Chave: Emoções, Grécia, Revolta, Crise.

Introdução

Na Grécia o movimento de mobilização popular conhecido como *Aganaktismeni*¹, em português “os indignados”, tornou-se a principal fonte de resistência ao acordo assinado entre o governo grego, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional em 2010 e 2011. Ele conseguiu transformar as praças e ruas da Grécia no palco da mobilização política em todo o país.

O movimento grego compartilhou algumas características com o movimento dos Indignados da Espanha² e com o *Occupy Wall St*³ dos Estados Unidos. Em comum, os manifestantes se mobilizaram contra as instituições políticas oficiais, desafiando o capitalismo financeiro, abraçando o princípio da

¹ O nome *Aganaktismeni*, tem origem na mídia grega, o termo foi criado para diferenciar o movimento grego dos indignados da Espanha, outros termos também foram utilizados, como “o movimento das praças”, “os enfurecidos”.

² Os Indignados surgem na Espanha em maio de 2011, a partir de uma série de protestos populares, espontâneos que tinham como objetivo a busca pela “democracia real” em um ambiente de incertezas econômicas e sociais geradas pela crise que atingiu o país.

³ Surgido nos Estados Unidos em setembro de 2011, o movimento lutava contra a desigualdade social, ganância e corrupção, nos anos posteriores a crise econômica mundial que atingiu fortemente o sistema financeiro estadunidense.

solidariedade e ainda acampando em espaços públicos, exigindo mudanças e novas experiências em relação a democracia. Contudo, essas várias mobilizações não podem ser agrupadas em uma única categoria, uma vez que houve variações significativas no que se refere às propriedades políticas, à existência de identidade coletivas, os quadros existentes e a trajetória das mobilizações (THEODOSSOPOULOS, 2013).

O movimento grego não assumira a forma de um movimento social tradicional, não compartilhando de uma identidade coletiva mínima. Grupos de esquerda exerceram um papel importante. Enquanto quadros da direita populista também participaram ativamente das mobilizações coletivas, a extrema direita tentou manipular a raiva perante a mídia em seu proveito. Essa característica única do movimento grego representa um desafio completamente diferente os princípios da diversidade e abrangência presentes nos debates dos Indignados da Espanha e dos protestos de *Occupy Wall St.* Além disso, ilustra que as emoções podem desencadear formas diferentes, até mesmo conflitantes, de disputa política (LEONTIDOU, 2012).

O movimento grego surgiu em meio à crise global iniciada em 2008 e a proliferação dos movimentos *Occupy* ao redor do globo, com os exemplos mais notáveis nos Estados Unidos, Espanha e Oriente Médio entre os anos de 2010 e 2011. Esse artigo centra-se no estudo do contexto nacional grego, na polarização e na inserção das emoções em meio à política, por meio de um relato dos principais eventos de protesto protagonizados pelo movimento grego.

Além da razão: a inserção das emoções nos atos de manifestação

Apesar das exigências e objetivos que estão por trás de todas as manifestações, outros elementos bastante significativos dos movimentos sociais são as emoções e suas experiências nas ações da vida social.

Jasper (2011, p. 286) argumenta que as emoções existem em protestos como: “*motivação aos indivíduos, são geradas nas multidões, se expressam de forma retórica, suas formas e objetivos definidos não são declarados nos movimentos sociais*”. As emoções podem ser classificadas como primárias, bem como a raiva e a surpresa, ou ainda secundárias, como a vergonha e a compaixão, que dependem principalmente do entorno cultural do indivíduo.

Os especialistas destacam que a inserção das emoções nos protestos é algo normal e até mesmo desejável, e dessa forma a racionalidade dos

manifestantes não deve ser questionável. Jasper (1998, p.399) continua estabelecendo as emoções dentro de certos conceitos como o do choque moral, segundo o qual *“a perspectiva de mudanças inesperadas e repentinas em um ambiente pode despertar os sentimentos de medo e raiva. O primeiro pode paralisar, e o segundo, por sua vez, pode ser base para a mobilização”*.

Essa teoria parece ser bem aplicável aos casos de protestos originados a partir da frustração dos cidadãos devido à crise econômica. Em outras palavras, no caso da Grécia, onde um grupo diferente e desesperado de pessoas se manifestaram contra as medidas de austeridade que se viram obrigados a suportar. Episódios de protestos são mais suscetíveis de acontecer em cenários poucos estáveis onde os indivíduos experimentam mudanças de qualquer tipo. As pessoas se unem sob emoções compartilhadas e criam uma identidade coletiva. O conceito de identidade coletiva é tido como *“uma conexão cognitiva, moral e emocional de um indivíduo com uma ampla comunidade, categoria, prática ou instituição”* (POLLETTA E JASPER, 2001, p.285).

Contudo, segundo os autores, existe a necessidade de diferenciar a identidade coletiva de uma ideologia comum, o que poderia ser compartilhado por pessoas que não tem necessariamente empatia pelos demais, inclusive dentro dos quadros do movimento.

Jasper (2001) observa que é possível que as emoções possam ser examinadas de forma similar a alguns significados culturais e/ou familiares, já que evidenciam as seguintes similaridades: correlação das normas sociais das quais os indivíduos se desviam com sanções proporcionais nesse caso, as tensões entre os eventos públicos e privados e também podem constituir processos coletivos de aprendizagem. Os novos movimentos sociais validaram a mudança dos valores sociais do esquema fatorial disciplinar a outras formas de produção, onde a informação, a comunicação, a mobilidade, o conhecimento e a emoção, todos desempenham um papel importante.

A adesão a quadros reacionários da direita populista por certos participantes na parte superior da praça não gerou alarme entre os ativistas de esquerda da parte inferior. Muitos viram a participação ativa nas mobilizações coletivas como o catalizador mais importante na criação e radicalização da consciência política. Assim, eles trataram os quadros da direita populista na praça superior como as expressões espontâneas ingênuas dos indivíduos que por anos foram excluídos da esfera pública, e, portanto, buscavam traduzir sua raiva nos pronunciamentos políticos (SOTIRAKOPOULOS E SOTIROPOULOS, 2013).

Em consequência, esses militantes da praça superior muitas vezes foram vistos como se não tivessem nenhuma identificação política prévia a suas participações nas mobilizações coletivas. No entanto, os participantes do movimento na parte superior, não eram simplesmente “os indignados sem qualquer identificação política”. Eles não eram como “folhas em branco” onde novas identidades poderiam ser estampadas. Emoções como raiva e indignação incluem uma avaliação moral e humanística da ordem social (SERGI E VOGIATZOGLOU, 2013).

Os manifestantes das duas praças estavam motivados em se unir às manifestações coletivas por sua indignação moral. Compartilhavam um marco de injustiça que qualificou os atos das autoridades políticas helênicas como injustos. No entanto, as prioridades normativas e predisposições de valor dos participantes eram diferentes. Por isso, a indignação “apaixonada” foi gerada pelas avaliações cognitivas relativas à violação de diferentes valores e princípios morais (TEJERINA ET AL, 2013).

Em consequência, as acusações de “traição nacional” prevaleceram na praça superior, enquanto as acusações de “injustiça social”⁴ foram predominantes na praça inferior. As diferentes prioridades dos manifestantes levaram também à adoção de diversos quadros de diagnósticos em relação às causas da injustiça e os atores responsáveis por ela. Nos quadros da direita populista, na praça superior, as causas foram atribuídas principalmente ao *establishment* político. Na praça inferior, por outro lado, as causas foram menos personificadas, já que estavam vinculadas a uma crise sistêmica (CHRONIKÓ, 2012).

Segundo Milioni (2012), a raiva e a indignação foram atadas a diferentes diagnósticos e em consequência a diferentes demandas. Em resumo, os elementos da identidade dos manifestantes antes da mobilização, foram incorporados nos marcos que adotaram e as afirmações que articularam enquanto mobilização. As emoções, como a ira nos manifestantes, não eram independentes de sua posição ideológica.

O movimento grego dos “Indignados”

A crise financeira de 2008, iniciada pela quebra de importantes bancos

⁴ Como Gamson (1992), frames de injustiça não apenas fornecem avaliações sobre o que seria justo, mas elas também fornecem ativistas e potenciais ativistas com uma consciência politizada para desafiar o que quer que seja percebido como dano ou sofrimento.

do sistema financeiro estadunidense, foi de encontro à economia grega, que lutava contra uma enorme e crescente dívida pública que, em 2008, representava 107% do PIB grego e em 2011 já estava em cerca de 146% do produto interno bruto (DATOSMACRO.COM, 2014).

Nas eleições de 2009, o Partido Socialista (PASOK) chegou ao poder. Em abril do ano seguinte, a Grécia havia perdido o acesso ao mercado financeiro mundial. No final do mês, o governo grego anunciou a solicitação do resgate financeiro junto à União Europeia (UE) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Um acordo foi feito entre a chamada “*troika*”⁵ de credores estrangeiros e o governo grego, sobre uma série de políticas econômicas e financeiras, incluindo os objetivos de curto prazo bem como reformas estruturais de longo prazo (SOTIRAKOPOULOS, 2011).

Sempre que não se cumprisse os objetivos estabelecidos, o governo grego anunciava novas medidas de austeridade, já que o cumprimento dos termos junto a *troika* foi uma das condições para assegurar a liberação de novas remessas. Dessa forma, seguindo o acordo inicial, o governo grego anunciou repetidamente novas medidas de austeridade.

As primeiras mobilizações contra as políticas de austeridade ocorreram em fevereiro de 2010. Ao longo desse ano várias greves nos setores públicos e privados e manifestações de massa ocorreram por toda a Grécia. A grande participação nos protestos por todo o país foi visível. As mobilizações daquele ano destacaram fatores novos de comparação com mobilizações ocorridas anteriormente (PSIMITIS, 2011).

A forma heterogênea das identidades sociais e políticas dos manifestantes não haviam precedentes. Os manifestantes expressaram sua raiva não só às políticas de austeridade do governo, mas também às instituições políticas gregas. Além disso, durante as mobilizações daquele ano, se registraram incidentes isolados de ações agressivas. Os ataques verbais e físicos contra políticos, posteriormente viriam se tornar recorrente durante as manifestações (CHRONIKÓ, 2012, p.73). Tradução do autor.

Apesar das manifestações de 2010 representarem uma mudança na

⁵ *Troika* é uma palavra de origem russa, que significa literalmente "comitê de três membros". A *troika* dos credores da Grécia é formada pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. Ela avaliou as contas reais da Grécia para estabelecer as reais necessidades do país.

cultura política de contenda, elas ainda reproduziam divisões políticas tradicionais. Assim, os comícios foram espacialmente fragmentados em três blocos diferentes: as duas principais confederações sindicais, o partido de esquerda *Syriza* e a extrema esquerda parlamentar, e o partido comunista grego. Essa divisão, que foi amplamente criticada por muitos que participavam dos protestos, viria a ser superada quando as praças públicas tornaram-se os locais de mobilização política, resultando na fusão de diversas forças partidárias (MASON, 2012).

Em novembro de 2010, o governo divulgou a versão final do orçamento para o ano seguinte. De acordo com o ministro das finanças o objetivo do governo era reduzir o déficit de cinco bilhões para dezessete milhões de euros em 2011, cerca de 7,4% do PIB (SETIMES.COM, 2010). Os anúncios contínuos por parte do governo das novas medidas de austeridade, apesar de suas promessas de que o país se recuperaria rapidamente, a maior contração da economia, o forte aumento do desemprego e o aumento da dívida pública, aumentaram os temores da sociedade grega de que o país estava envolvido em um círculo vicioso de dívidas e recessão.

Portanto, a ideia inicial de que a crise era apenas uma fase de transição, que conduziria a normalização da vida econômica e social foi totalmente negada. As políticas de austeridades do governo afetaram não somente a classe trabalhadora, mas também a classe média grega. Houve a redução dos salários e pensões dos setores público e privado, enquanto ao mesmo tempo aumentaram os impostos existentes e criaram outros (ROBERTS, 2010).

Cortes nos gastos do governo levaram ao brusco dismantelamento do estado de bem-estar social. Desse modo, em 2011, a rápida desintegração do tecido social grego se fez visível. Uma nova geração de pobres e de sem tetos apareceu no panorama urbano da sociedade helênica (KAIKA, 2012).

Para Ritzaleou (2011), essa experiência de rápida desintegração social, que se deu de forma coletiva, intensifica as emoções existentes de ira e de raiva. A partir de 2010 uma mudança cognitiva e emocional significativa ocorreu na sociedade grega, afetando as táticas de protesto e seus objetivos. Em consequência, em 2011 se intensificaram as mobilizações, cada vez mais conflituosas. Nesse contexto, a primeira tentativa de ocupar a Praça *Syntagma*⁶ (principal da cidade de Atenas) foi realizada no dia 23 de fevereiro de 2011. A

⁶ A Praça Syntagma, que em português significa constituição, é desde a época do Reino da Grécia local das mais variadas manifestações de cunho político. A praça está localizada em frente ao parlamento grego.

ação policial contundente e o número reduzido de participantes fizeram com que a tentativa fosse frustrada.

No dia 15 de maio de 2011, os Indignados da Espanha ocuparam importantes praças de Madri e de Barcelona. No final daquele mês, vários chamados foram feitos nas mídias sociais convidando os espanhóis a manifestarem pacificamente, sem participação de partido algum. Dentre as mensagens que circulavam nas redes sociais apareceu uma que dizia “Silêncio ou vamos despertar os gregos!”. O chamado foi replicado pela mídia grega e, em 25 de maio, ocorreram protestos simultâneos em trinta e oito cidades gregas (CHRONIKÓ, 2012).

Em Atenas, após uma grande manifestação, um grupo de manifestantes decidiu permanecer na Praça *Synatagma* durante toda a noite. Essa ocupação inicial na Praça *Syntagma* se tornou um acampamento de longo prazo, que exerceu um papel de destaque nas mobilizações coletivas em toda a Grécia (DALAKOGLU, 2013).

No dia 27 de maio de 2011, foi realizada a primeira assembleia popular na Praça *Syntagma*. Foi aprovada uma resolução que pedia aos cidadãos lutar pela democracia direta e pelos princípios de igualdade, justiça e dignidade. A resolução definia os objetivos do movimento da seguinte forma:

“Não vamos deixar ruas até que as demandas que nos trouxeram aqui desapareçam. O oficialismo, a Troika, o sistema financeiro, os acordos e todos os que nos exploram. Enviamos desde aqui, a mensagem de que a dívida não é nossa. Queremos democracia já. Igualdade, justiça e dignidade!” (CHRONIKÓ, 2012, p.92).

Como a resolução revela, os manifestantes se distanciaram dos indignados espanhóis que clamavam “democracia real já”. Os gregos, por sua vez, clamavam por um modelo de democracia direta, alegando que as instituições existentes naquele momento eram incompatíveis com um modelo de governo justo e igualitário (GOURGOURIS, 2011).

Já em 29 de maio, o dia da primeira petição europeia pelos indignados, a população saiu às ruas em cidades gregas. O número de pessoas que participou do acampamento na Praça *Syntagma* se multiplicou. Foram formados grupos de trabalhos e assembleias sobre temas específicos. No dia 31 de maio a assembleia popular incluiu em suas propostas o estabelecimento de ligações organizacionais entre os manifestantes nos níveis “superiores” e “inferiores” da

Praça *Syntagma* (CHRONIKÓ, 2012). Essa proposta aborda um dos elementos distintivos do movimento dos Indignados na Grécia, que era a coexistência de forças políticas divergentes, unidas por uma posição comum contra o acordo financeiro firmado pelo governo e contra as instituições políticas oficiais.

O “Movimento da Praça”, em sua versão helênica, não poderia ser conceituado como um caso representativo de movimento social, visto que não partilhava de uma identidade minimamente coletiva. Taylor e Whittier (1992, p.105) argumentam que a identidade coletiva se relaciona a uma conceituação comum de um grupo, formado por indivíduos que possuem formações e interesses similares. Assim, um “*sendo de bem estar (...) é um componente essencial da identidade coletiva*”. Cabe ao autor assumir que, nesse estudo, consideram-se as ideias propostas por McCarthy e Zald (1977) sobre o que seriam movimentos sociais.

Para Polletta e Jasper (2001), esse “bem-estar” pode se originar de identidades, antecedendo mobilizações ou identidades formadas por meio de mobilizações coletivas. No movimento grego, embora manifestantes compartilhassem uma oposição comum às medidas governamentais, eles nem sempre se identificavam com outro positivamente por causa de suas normas e valores conflitantes. Portanto, os discursos incompatíveis aos poucos prevaleceram entre os diversos grupos de manifestantes.

Isso se fez mais evidente na Praça *Syntagma*, onde as divisões ideológicas também tomaram forma na divisão espacial. A Praça *Syntagma* é composta por duas praças, uma em nível superior e outra mais baixa. Esses níveis estão conectados por uma passarela. Por isso, a passarela se converteu em uma linha divisória invisível entre os ativistas da parte superior da praça e os que estavam na parte inferior. Durante os dias de manifestação, os protestos geralmente passavam pelas “duas praças” fazendo que ao menos fisicamente os ativistas se unissem (CHRONIKÓ, 2012).

Com o passar do tempo, no entanto, o primeiro mês de mobilizações manifestantes em cada praça assumiram atributos uniformes, dando lugar a dois blocos muito diferentes. Na praça superior, os manifestantes em sua maioria expressaram sentimentos de raiva. Desse modo, na praça superior o método dominante de protesto tomou a forma de agressões verbais contra o Parlamento e os partidos políticos (LEONTIDOU, 2012, p. 303). Tradução do autor.

Para esse bloco, não se tratava simplesmente de uma questão de justiça social. Foi, sobretudo, um problema de traição nacional e a necessidade de

impor um castigo. Os manifestantes protestavam com bandeiras gregas, enquanto retratavam os credores estrangeiros, o Parlamento helênico, os partidos e os políticos como forças perigosas que haviam levado à humilhação toda a nação helênica. Visto que todos os políticos foram retratados como corruptos e/ou traidores, o populismo anti-político prevaleceu nesse bloco (KOSTOPOULOS, 2012).

Os manifestantes entoavam slogans como Judas! Sicários, o país nunca vai morrer, Judas, Judas! Justiça, Justiça! Levem os traidores à execução! Esses e outros slogans foram entoados em coro durante os protestos da Praça Syntagma e escritos em faixas e bandeiras. Nunca na história da Grécia Moderna os protestos de cunho político foram permeados por tamanha emoção (KOPANÍTSAS, 2011, p. 19). Tradução do autor.

Foram feitas referências ao passado glorioso da nação grega, por exemplo, folhetos e cartazes recordavam os heróis da guerra de independência grega contra o Império Turco Otomano em 1821. Além disso, os manifestantes demandavam formas diretas, sem intermediário de soberania popular, e aos poucos expressavam suas crenças na vontade de um povo grego unificado. Para os que manifestavam, essa homogeneidade faria com que qualquer governo verdadeiramente representativo fosse suficientemente capaz para defender os direitos nacionais e restaurar o orgulho do país (SOTIRAKOPOULOS, 2011).

Desse modo, uma veraz democracia exigiria um Estado mais fortalecido e capaz. A presença de fortes marcos nacionalistas e populistas na parte superior transformou a praça em um espaço público ocupado exclusivamente pelos manifestantes gregos. Apesar de a maioria dos manifestantes se identificarem como democratas que ali protestavam contra a crise de representação e pela busca por modelos alternativos de democracia, as narrativas dominantes constroem um espaço político que permitiu a invasão das forças políticas de quadros da extrema-direita (ELLINAS, 2013).

O acampamento dominou a praça inferior. Os manifestantes tiveram a experiência de viver uma democracia direta, a adoção da tomada de decisões horizontal e a celebração das assembleias populares abertas. Os manifestantes usaram uma terminologia cosmopolita, destacando a importância da solidariedade em nível internacional. As redes sociais foram amplamente utilizadas para coordenar mobilizações com manifestantes em outros protestos ao redor do mundo (BRABANT, 2011).

Os ativistas da praça inferior tinham vivido, em geral, a experiência no movimento pela justiça global, o movimento contra a guerra e o Fórum Social Mundial. Houve ainda um acordo geral entre os ativistas sobre a identidade não violenta do movimento e a necessidade de proteger essa identidade. Os manifestantes queriam que o autogoverno fosse viável (CHRONIKÓ, 2012).

Dois partidos políticos de esquerda tiveram um papel de destaque na praça inferior. Esses partidos eram o esquerdista *Syriza* (que atualmente governa a Grécia) e o partido de esquerda extraparlamentar *ANTARSYA*. Ambos os partidos funcionavam nesse momento como organizações de coordenação, que consiste em múltiplas e diversas organizações políticas. Outros grupos de esquerda e ainda grupos anarquistas também participavam ativamente das mobilizações. Diferentemente da Praça *Syntagma*, grupos com ideologias diversas em outras praças por toda a Grécia dividiam o “mesmo palco”. Apesar das claras divisões, não houve um enfrentamento direto (RIZOSPASTIS, 2011).

As mobilizações cresceram ao decorrer do mês de junho. A participação foi massiva, destacando a queda de legitimidade política por parte do primeiro ministro e seu gabinete. As expectativas em relação ao potencial político do movimento cresceram. O maior protesto ocorreu na Praça *Syntagma*, em 5 de junho. Aproximadamente meio milhão de manifestantes (um número espetacular para a Grécia, visto que o país conta com sete milhões de habitantes) participaram. Mais de dez mil manifestantes participaram da assembleia popular (CHRONIKÓ, 2012).

A polícia agiu com violência excessiva e com uso indiscriminado de granadas de gás lacrimogênio. As mobilizações que tiveram maior impacto na trajetória futura dos Indignados Gregos foram as dos dias 28 e 29 de junho. Durante esses dois dias um novo pacote de medidas de austeridade deveria ser apresentado junto ao Parlamento grego para que fosse ratificado. Os sindicatos convocaram uma greve nacional nesses dias. Ativistas do movimento decidiram rodear o Parlamento, impedindo que os deputados entrassem e exercendo pressão contra as novas medidas a serem votadas. A participação nessas mobilizações superou todas as expectativas iniciais (DONADIO E KITSANTONIS, 2011).

Com grande surpresa por parte dos manifestantes, as novas medidas de austeridades foram aprovadas e a polícia reagiu às mobilizações coletivas com extrema violência. Agredindo manifestantes, jornalistas e pacientes no posto de primeiros socorros da Praça *Syntagma*. A Anistia Internacional condenou com veemência a violência policial. Os manifestantes gritavam “somos um grupo,

isso vai acabar”. Os protestos continuaram ao longo das semanas seguintes, mas a participação diminuiu gradualmente (ANISTIA INTERNACIONAL, 2011).

A cientista política grega Vassiliki Georgiadou (2013) argumentou sobre a cooperação popular para com o movimento, dizendo:

O povo foi para a praça com a convicção de que, depois de alguns dias de protestos contra o nosso governo, pelo menos os parlamentares ouviriam a indignação popular. Pensava-se que eles iriam respeitar nossas exigências, nosso direito à igualdade, dignidade e trabalho (p.41).

A maioria dos manifestantes possui uma ideia negativa da democracia no formato representativo. No entanto, continuaram a ter uma visão positiva da democracia representativa como modelo de governo constitucional. Daí os manifestantes colocavam em cheque a legitimidade das instituições políticas, porém mantiveram seu apoio a democracia representativa (SERGI E VOGIATZOGLOU, 2013).

No dia 3 de julho, uma resolução da assembleia popular levantou duas questões centrais. “O que fazemos agora?”. “Como faremos?”. A decepção foi evidente entre as resoluções posteriores aprovadas na assembleia popular. Em 30 de julho, a polícia desfez o acampamento na Praça *Syntagma*. As mobilizações continuaram por todo o país nos meses de setembro e outubro, voltando ao tradicional repertório das greves e manifestações, assim como a ocupação de prédios públicos (CHRONIKÓ, 2012).

Para Chronikó (2012), já em 2012, os protestos se fizeram menores, menos barulhentos e mais fragmentados, apesar do crescimento do desemprego e das privatizações. Após a ocupação da Praça, a crença dos manifestantes na eficácia das mobilizações coletivas se deteriorou. Por outro lado, o ativismo e o companheirismo foram reforçados, sendo estabelecidas redes de solidariedades locais. Além disso, o movimento dos Indignados e a ocupação da praça tiveram um forte impacto no sistema de partidos gregos, possibilitando uma mudança no panorama político.

À guisa de conclusão

O objetivo desse artigo foi analisar o papel das emoções, principalmente do ódio e da raiva, nos protestos que tiveram lugar na Grécia, entre os anos de

2010 e 2012, protagonizados pelo movimento intitulado “Os Indignados”, ou no idioma grego, *Aganaktismeni*. Para isso, discorreu-se sobre a história do movimento e sobre os estudos de James Jaspes e Francesca Polletta (2001). Assim, analisou-se a inserção das emoções no desenvolver das ações de mobilização coletiva na Grécia no período estudado.

O contexto no qual o movimento grego dos Indignados surgiu foi favorável para a mobilização dos movimentos sociais. O movimento grego obteve êxito na transformação das praças ocupadas nos principais locais de contestação política em toda a República Grega. O movimento dos indignados, em sua versão helênica, pode não ter alcançado seus objetivos imediatos, mas teve consequências políticas e pessoais de longo prazo. Mesmo após o fim do acampamento na Praça *Syntagma*, o impacto foi profundo nas instituições oficiais e na construção das identidades políticas dos manifestantes.

A atuação do movimento dos indignados na Grécia resultou das transformações mentais e emocionais que tiveram lugar em toda a sociedade grega. As consequências políticas dessas mudanças se tornaram evidentes quando os cidadãos expressaram publicamente sua indignação nas praças gregas. As mais diversas expressões de ira, ódio e indignação no movimento grego revelaram as diversas identidades políticas, às vezes contrapostas, dos manifestantes, mas que se mantiveram firmes, acampados nas praças do país enquanto existia uma possibilidade de mudança.

Referências

AMNESTY INTERNATIONAL. Greece: Briefing to Committee against Torture. 2011. Disponível em: < <https://www.amnesty.org/download/Documents/28000/eur250112011en.pdf>>. Acesso em 06 de junho 2015.

BRABANT, Malcolm. Greece protest against austerity package turns violent. 2011. Disponível em: < <http://www.bbc.com/news/world-europe-13935400>>. Acesso em: 04 de junho de 2015.

CHRONIKÓ, Synoptikó. **From the streets to squares: republic under construction**. Atenas: Next, 2012.

DALAKOGLU, Dimitris. **Greetings from Athenian democracy**. 2013. Disponível em: < <http://www.opendemocracy.net/opensecurity/dimitris-dalakoglou/greetings-from-athenian-democracy>>. Acesso em: 05 de junho 2015.

- DATOSMACRO.COM. **Deuda pública de Grécia.** 2014. Disponível em: < <http://www.datosmacro.com/deuda/grecia>>. Acesso em: 07 de junho 2015.
- DONADIO, Rachel; KITSANTONIS, Niki. **New round of measure of austerity in Greece.** 2011. Disponível em: < http://www.nytimes.com/2011/09/22/world/europe/greece-sets-new-austerity-measures.html?_r=0>. Acesso em: 07 de junho 2015.
- ELLINAS, Antonis. **The Rise of the Golden Dawn: The New Face of the Far Right in Greece.** 2013. Disponível em: < http://works.bepress.com/antonis_ellinas/12/>. Acesso em: 06 de junho de 2015.
- GAMSON, William A. **Talking politics.** Nova York: Cambridge University Press, 1992.
- GEORGIADOU, Vassiliki. **Right-Wing Populism and Extremism: the rapid rise of golden dawn in crisis-ridden Greece.** In: MELZER, Ralf; SERAFIN, Sebastian (orgs.). **Right-wing extremism in Europe.** Berlin: Friedrich Ebert, 2013.
- GOURGOURIS, Stathis. **Indignant Politics in Athens: democracy out of rage, greek left review.** 2011. Disponível em: < <https://greekleftreview.wordpress.com/2011/07/17/indignant-politics-in-athens-%E2%80%93-democracy-out-of-rage>> Acesso em: 05 de junho 2015.
- JASPER, JAMES. **Emotions and social movements: twenty years of theory and research.** *Annual Review of Sociology* **37**, Palo Alto, v. 1, p.285-303. 2011.
- JASPER, James. **The emotions of protest: affective and reactive emotions in and around social movements.** *Sociological Forum*, v.13, n.3, p.397-424, 1998. Disponível em: < http://jamesmjasper.org/files/Emotions_of_Protest.pdf>. Acesso em: 22 de abril 2015.
- KAIKA, Maria. **La crisis económica se ve desde lo cotidiano. City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action,** Londres, v. 4, n. 16, p. 422-430. ago. 2012.
- KOPANÍTSA, Dimítis. **Without Slogans: Participation and development.** Atenas: Papazisis Publishers, 2011.
- KOSTOPOULOS, Christos. **Making democracy work in Greece.** The indignant citizen movement, media and political engagement. 2012. Disponível em: < <http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=3806264&fileId=3806265>>. Acesso em: 03 de junho 2015.
- LEONTIDOU, Lila. **Athens in the Mediterranean `movement of the piazzas': Spontaneity in material and virtual public spaces. City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action,** Londres, v. 3, n. 16, p.299-312, jun.

2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Lila_Leontidou/publications>. Acesso em: 04 jun. 2015.

MASON, Paul. **Greece: Trying to understand Syriza**. 2012. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-18056677>>. Acesso em: 30 maio 2015.

MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal Of Sociology**, v. 6, n. 82, p.1212-1241, maio 1977.

MILIONI, Dimitra. Between “identity politics” and “politics of influence”: the role of alternative media in the Greek protests in 2008. **Estudos em comunicação**, Covilha, v.11, p.1-29, 2012. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/11/pdf/EC11-2012Mai-01.pdf>>. Acesso em 12 de junho 2015.

POLLETTA, Francesca; JASPER, James M. Collective Identity and Social Movements. **Annual Review of Sociology** 27, Palo Alto, v. 1, p.283-305. 2001. Disponível em: <https://campus.fsu.edu/bbcswebdav/institution/academic/social_sciences/sociology/Reading%20Lists/Stratification%20%28Politics%20and%20Social%20Movements%29%20Copies%20of%20Articles%20from%202009/Polletta-AnnualReview-2001.pdf>. Acesso em: 10 de abril 2015.

PSIMITIS, Michalis. El ciclo de la protesta de la primavera de 2010 en Grecia. **Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest**, Londres, v. 2, n. 10, p.191-197, abr. 2011.

RITZALEOU, Maria. **In social crash the country limits**. 2011. Disponível em: <<http://www.ethnos.gr/article.asp?catid=22768&subid=2&pubid=63584854>>. Acesso em: 01 de junho 2015.

RIZOSPASTIS. **Anonymous leaders of the movement of the indignant in Greece**. 2011. Disponível em: <<http://mrzine.monthlyreview.org/2011/rizospastis130611.html>>. Acesso em: 08 de junho 2015.

ROBERTS, Dan. **Greek debt crisis: how did the Greek economy get into such a mess?** 2010. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2010/may/06/greek-debt-crisis-economy>>. Acesso em: 01 de junho 2015.

SERGI, Vittorio; VOGIATZOGLU, Markos. Think globally, act locally? Symbolic memory and global repertoires in the Tunisian uprising and the Greek anti-austerity mobilizations. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/4991439/Think_Globally_Act_Locally_Symbolic_memory_and_global_repertoires_in_the_Tunisian_uprising_and_the_Greek_a>

nti-austerity_mobilizations>. Acesso em: 10 de junho 2015.

SETIMES.COM. **Reece promises to meet bailout targets in 2011**. 2011. Disponível em: <
http://www.setimes.com/cocoon/setimes/xhtml/en_GB/features/setimes/features/2010/11/19/feature-01>. Acesso em: 30 maio 2015.

SOTIRAKOPOULOS, Nikos. **No politics please, we're trying to protest!:** A Greek student reports on how ideology has been expelled from the anti-government protests in Athens and elsewhere. 2011. Disponível em: <
<http://www.spiked-online.com/newsite/article/10590#.VXMhvs9Viko>>. Acesso em: 06 jun. 2015

SOTIRAKOPOULOS, Nikos; SOTIROPOULOS, George. 'Direct democracy now!': the Greek indignados and the present cycle of struggles. **Current Sociology**, v.61. p.443-456. 2013.

TAYLOR, Verta; WHITTIER, Nancy. Collective identity in social movement communities. In: MORRIS, A; MILLER, C. **Frontiers in Social Movement Theory**. New Heaven: Yale University Press, 1992.

TEJERINA, Benjamin et al. From indignation to occupation: a new wave of global mobilization. **Current Sociology**, v.61, p.377-392, 2013.

THEODOSSOPOULOS, Dimitrios. Infuriated with the infuriated?: blaming tactics and discontent about the greek financial crisis. **Current Anthropology**, Chicago, v. 2, n. 54, p.200-221, abr. 2013. Disponível em: <
<http://www.jstor.org/stable/10.1086/669855>> Acesso em: 04 jun. 2015.

TORRES, Luís. **Mas afinal, o que é a troika?** 2011. Disponível em: <
<http://politicaportugal.com/mas-afinal-o-que-e-a-troika/#>>Acesso em: 07 de junho 2015.

Aganaktismeni: The Greek social movement between reason and emotion

ABSTRACT

During the biennium 2010-2012, Greece has witnessed a series of protests and collective mobilizations against the austerity measures taken by the Greek government. The Greeks Indignant movement, mirrored on the eponymous Spanish group, occupied the main squares of the country. Without a common political identity, the Greeks expressed their emotions through anger, hatred and solidarity. This paper seeks analyze the introduction of emotions in the Greek protests from Jasper and Polletta's perspectives, presenting an analysis of the Greek movement.

Keywords: Emotions, Greece, Revolt, Crisis.



Um diálogo com a história oral: limites ou possibilidades de se fazer pesquisa qualitativa?

Marlene Almeida de Ataíde¹

RESUMO

O presente artigo realiza um diálogo com a história oral para conhecer a sua gênese e aplicação de um ponto de vista teórico metodológico. Os aspectos éticos permeiam a pesquisa qualitativa desde a escolha do objeto de estudo, as delimitações metodológicas, as análises dos resultados até o compromisso de uma devolutiva das informações obtidas. A metodologia da história oral considerada, de incomensurável riqueza na coleta dos dados, atribui importância aos sujeitos e as suas histórias, na construção e reconstrução de suas trajetórias de vida. Por seu intermédio são registrados fatos para explicar o presente, o que, na contemporaneidade, assume um lugar de destaque e se legitima no âmbito das ciências humanas e sociais.

Palavras-Chave: história oral, metodologia, pesquisa qualitativa, ética.

Recebido em 21/05/2016
Aceito para publicação em 30/09/2016

Introdução

“[...] a história oral é tão antiga quanto a história.” (THOMPSON, 2002)

A proposta deste artigo é levantar duas indagações preliminares que se fazem prementes. A primeira delas sobre a gênese da história oral, ou seja, qual a sua origem? A segunda é como a história oral foi se consolidando até se tornar uma/um técnica/método de pesquisa que na atualidade abarca outras áreas do conhecimento além das ciências sociais aplicadas e humanas? Não se pretende neste artigo um registro histórico da história oral na sua amplitude, mas sim, uma breve síntese no sentido de situá-la na contemporaneidade em face de sua

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Professora do Curso de Graduação em Serviço Social e da Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade de Santo Amaro (UNISA – SP). Líder de pesquisa credenciada pelo CNPQ. Linha de Pesquisa centrada na área das Ciências Sociais Aplicadas do curso de Serviço Social. E-mail: maataide@yahoo.com.br

legitimação e seu reconhecimento tanto no campo acadêmico quanto nos movimentos sociais.

Nesta perspectiva, ao visitar o texto do historiador Thompson vemos que “*A história oral foi instituída em 1948 como uma técnica moderna de documentação histórica, quando Allan Nevins, historiador da Universidade de Colúmbia, começou a gravar as memórias de personalidades importantes da história norte-americana*” (THOMPSON, 2002, p. 89).

Thompson avança na discussão lembrando que no decorrer de duas décadas esse foi o grande mote da ‘história oral’ nos Estados Unidos, e que “*A partir da década de 1970 este método foi vigorosamente revivido em relação à história dos índios, a história dos negros e ao folclore estendido a novos campos, tal como a história das mulheres*” (THOMPSON, 2002, p. 89).

Assim, a opção em compreender a gênese da história oral deve-se, sobretudo, à gama de possibilidades que oportuniza, sistematizadas nas palavras de Thompson:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 2002, p. 44).

Dessa forma, conforme Thompson, a história oral é a interpretação da história e das mudanças ocorridas nas sociedades e culturas por meio de relatos orais em que aparecem as lembranças e experiências, que são registradas pelo sentido auditivo de quem a registra. Compreende também a história oral pelo seu caráter interdisciplinar, pois demonstra como a interação humana permeia e transcende todas as barreiras das disciplinas.

Joutard (2006) discorre que foi nos Estados Unidos nos anos 50 onde ocorreu o surgimento da primeira geração de historiadores orais, que desejavam

a reunião de material para as futuras gerações. Naquela década a história oral tinha como característica privilegiar as ciências políticas, ocupando-se da história daqueles que ele denomina “*notáveis*”, sendo que para os trabalhos realizados não se enfatizava a “reflexão metodológica”. No México, em 1956, o Instituto Nacional de Antropologia registrava as memórias dos chefes da revolução mexicana. Ao passo que na Itália antropólogos e sociólogos militantes da esquerda se utilizaram da história oral para reconstituir a cultura popular, os quais são considerados pelo autor como a segunda geração de historiadores orais, já em fins dos anos 60.

A segunda geração foi marcada por uma nova concepção da oralidade, visto darem ênfase aos relatos orais das minorias étnicas, dos iletrados, dos marginalizados entre outros, “*aos povos sem história*” [...] *é uma história vista como alternativa a todas as construções historiográficas baseadas no escrito. Desenvolveu-se à margem da Academia, baseando-se implicitamente na ideia de que se chega à “verdade do povo” graças ao “testemunho oral”* (JOUTARD, 2006, p. 45).

O movimento de difusão intelectual se acentua ainda mais na Inglaterra tendo na figura de Thompson um dos grandes precursores. No entanto, na América Latina, em especial na Argentina, que recebeu a influência da Universidade de Columbia, que retomou estudos ligados à primeira fase da história oral, entrevistas com sindicalistas e dirigentes peronistas começaram a ser realizadas. No que se refere à França e à Espanha, países que já se detinham há algum tempo nessa linha de pesquisa com fontes orais era uma prática realizada por algumas pessoas e ocorria de forma isolada, segundo Joutard (2006). Em meados dos anos 70 dois encontros internacionais foram decisivos na consolidação da corrente. É importante destacar o XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco, no ano de 1975. Também que “[...] *a história oral que se praticava nos anos de 1950 em determinada instituição é bastante diversa daquela praticada nos anos de 1980 e 1990 em outras instituições*” (ALBERTI, 1997, p. 209).

Do ponto de vista da incursão na história oral no Brasil, destaca-se a historiadora Ferreira (1994), ao referir que as experiências foram consolidadas inicialmente nos marcos de 1975. Ocasão em que especialistas mexicanos e norte-americanos passaram a oferecer cursos na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, os quais consistiam em apresentar os princípios norteadores do método da história oral, com base no currículo do *Oral History Program, da Columbia University*. Foi a partir dessas iniciativas que se deu o surgimento dos

primeiros programas de história oral no Brasil, especialmente na Universidade Federal de Santa Catarina e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Essas instituições, naquela quadra histórica, propuseram que se constituíssem “*acervos de depoimentos orais da história de vida de representantes da elite brasileira*” (FERREIRA, 1994, p. 9). Acredito que tal iniciativa foi uma forma encontrada para, por intermédio dos relatos orais, a reflexão na perspectiva de compreender com maior clareza o contexto brasileiro daquele período histórico.

No entanto, foi a partir do desenvolvimento de uma política

“científica e tecnológica por parte do Governo Federal que as ciências humanas e sociais passaram a ser reconhecidas a partir de 1976, bem como, a receber incentivo e apoio por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, possibilitando, inclusive a sua institucionalização” (FERREIRA, 1994, p. 10).

Não obstante, nesse período com os investimentos no âmbito da área científica, a história oral não sofreu efeitos imediatos quanto à expansão dos programas. Embora novos programas tenham sido implantados no Nordeste (especificamente em Pernambuco e na Bahia, como o segundo curso que contou com a participação de especialistas estrangeiros coordenados pelo professor William Moss, Diretor da Biblioteca John Kennedy), desde a década de 1980 não houve alterações substanciais.

Ferreira (1994) aponta as dificuldades para a montagem de programas de história oral ou para a expansão dos já existentes devido aos altos custos operacionais. Também, no que se refere à utilização do método por pesquisadores individuais que mostrou um caminho exequível. Assim, a história oral nesse período se expandiu devido ao aumento de pesquisadores independentes, incorporando “*novos objetos e temas de pesquisa*” (FERREIRA, 1994, p. 11). Foi ainda na década de 80 que se consolidaram e expandiram os cursos de pós-graduação em história oral e ciências sociais, multiplicando-se as dissertações de mestrado e teses de doutorado na área.

Ferreira aponta ainda a importância do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU/USP), que em 1983 promoveu, em São Paulo, o X Encontro nacional de Estudos Rurais e Urbanos, ampliando o debate sobre a história oral. No entanto, foi na década de 90 que a história oral desenvolveu no Brasil, se consolidou e passou a ganhar legitimidade e institucionalização. Desse modo, em abril de 1993 foi realizado o I Encontro Nacional de História Oral, também

em São Paulo, inaugurando uma nova fase de intercâmbios entre os programas. No Encontro, a principal deliberação foi no sentido de ser criada a Associação Brasileira de História Oral, além de esforços que foram envidados para se divulgar a ideia de cadastrar pesquisadores com vistas à realização do II Encontro de História Oral.

História oral: na busca de uma compreensão/definição conceitual

Percorrendo a literatura que discorre sobre história oral, buscou-se uma compreensão definição/conceitual apoiada, principalmente, em autores brasileiros que se consagraram nessa área temática no âmbito das Ciências Humanas, ou Ciências Sociais, não desprezando, entretanto, autores de outros países que participam/contribuem em Congressos, Encontros Seminários, entre outros de história oral no Brasil.

De acordo com o Estatuto Social da Associação Brasileira de História Oral (criada em 29 de abril de 1994 durante o II Encontro Nacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro) em seu Art. 1º § 1º: *“Por história oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independente da área do conhecimento na qual essa metodologia é utilizada”* (Estatuto Social da Associação Brasileira de História Oral In: Revista de História Oral, nº 1, 1998, p. 14).

Ancorada por uma visão sociológica, Lang (1996a, p. 34) coloca a seguinte questão: *“Há, segundo me parece, um consenso em que a história oral é um trabalho de pesquisa, que tem por base um projeto e que se baseia em fontes orais, coletadas em situação de entrevista”*. Prossegue em sua análise ao afirmar que, *“O trabalho de história oral não se esgota na realização, gravação, transcrição e no arquivamento da entrevista”* (LANG, 1996b, p. 3) E, enfatiza *“que o documento gerado não fala por si”* já que requer toda uma interpretação e análise quanto à *“forma e conteúdo”*, pois quando traçamos os objetivos de uma pesquisa, devemos ter claras as bases teóricas que irão determiná-las no decorrer dos trabalhos (LANG *et al.* 1998, p. 13).

Portelli (1997) ressalta que para a realização da história oral é imprescindível o trabalho de campo, pois,

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-

las, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele (PORTELLI, 1997, p. 13).

Delgado (2006) interpreta a história oral como um procedimento metodológico que, por meio de entrevistas, produz narrativas de pessoas que testemunharam acontecimentos tanto na vida privada quanto coletiva, ou seja, a memória ou história oral da pessoa. Por outro lado, o historiador Corrêa, amparado em Georg P. Browne, menciona que “*história oral é a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, no preparo e na utilização de memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais*” (CORRÊA, 1978, p. 13).

Para os historiadores Meihy e Holanda,

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY, HOLANDA, 2007, p. 15).

Meihy (2002) traz outra definição ao ressaltar que a história oral pode ser traduzida como um recurso moderno possível de ser usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva.

Ainda para Meihy, “*A história oral se apresenta como forma de captação de experiência de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas os contarem a seu modo, mais eficiente será seu depoimento*” (MEIHY, 2002, p. 51).

Camargo (1994, p: 75-76) ressalta que “*a história oral, no fundo, é um instrumento pós-moderno para se entender a realidade contemporânea. [...] Pós-moderno por sua elasticidade, por sua imprevisibilidade, por sua flexibilidade*”.

Na concepção das historiadoras Ferreira e Amado (2006, p. viii), a

história oral é “*Entendida como metodologia, pois remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica. Esta última evidentemente a transcende e concerne à disciplina histórica como um todo*”. Ao discutir sobre o *status* da história oral, não obstante as diferenças ou posturas adotadas por pesquisadores, Ferreira e Amado frisam que “[...] *é possível reduzir a três as principais posturas a respeito do status da história oral. A primeira defende ser a história oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; e a terceira, uma metodologia*” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. xii).

A partir do *status* dado e, apoiadas em Roger, (1986), as autoras (2006) propõem uma reflexão para aqueles que defendem a história oral como técnica, ou seja, que utilizam as “*experiências com gravações, transcrições e conservação de entrevistas, e o aparato que as cerca*”. Para os que defendem dessa posição “*concebem a história oral como uma técnica, negando-lhe qualquer pretensão metodológica ou teórica*”, ou seja, as autoras defendem a história oral como uma metodologia como algo mais abrangente e complexo do que uma simples técnica de entrevista. Acrescentam que “*A chamada ‘história oral’ não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador em pesquisa e para a posterior conservação das fitas*”. E adicionam: “*Querer mais do que isso é ingressar no terreno da mais pura fantasia*”. Dessa forma, “*A história oral não possui os fundamentos filosóficos da teoria, nem os procedimentos que [...] possam ser qualificados como metodológicos. Ela é fruto do cruzamento da tecnologicado século XX com a eterna curiosidade do ser humano*” (FERREIRA e AMADO, 2006, p. xii-xiii).

Ferreira e Amado (2006), ancoradas em Mikka (1988), dissertam que para os postulantes do *status* de disciplina para a história oral baseiam-se em argumentos complexos, pois partem da ideia de que a “[...] *a história oral inaugurou técnicas específicas de pesquisa, procedimentos metodológicos singulares e um conjunto próprio de conceitos*”. Enfatizam que “*Pensar a história oral dissociada da teoria é o mesmo que conceber qualquer tipo de história como um conjunto de técnicas, incapaz de refletir sobre si mesma*”. Nas suas análises “[...] *Não só a história oral é teórica, como constituiu um corpus teórico distinto, diretamente relacionado às suas práticas*” (grifos das autoras) (FERREIRA e AMADO 2006, p. xiiii).

Por fim, ressaltam ainda a seguinte questão:

Entre os defensores da história oral como metodologia situa-se as autoras desta apresentação e organizadoras do presente livro. [...] A divergência entre os que pensam como nós e os postulantes da

história oral como disciplina reside em outro ponto: estes reconhecem na história oral uma área de estudos próprios e capacidade (como o fazem todas as disciplinas) de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões surgidas na prática – no caso específico, questões como as imbricações entre história e memória, entre sujeito e objeto de estudo, entre história de vida, biografia e autobiografia, entre diversas apropriações sociais do discurso. Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelecem e ordenam procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho -, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história oral – o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar, questões; formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas. As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história. Aí se agrupam conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico. [...] Apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo, pois se dedica, entre outros assuntos, a pensar os conceitos de história e memória, assim como as complexas relações entre ambos (FERREIRA e AMADO, 2006, p. xv-xvi).

Nas palavras de Alberti (2006),

A história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2006, p. 155).

Destaca-se ainda que “[...] a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na visão e versão que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais”. (LOZANO 2006, p. 16). Outra autora que traz uma contribuição sobre a compreensão da história oral é Voldan (2006), ao referir que, “[...] Portanto, se a história oral é entendida como um método, ela deve incluir-se na história do tempo presente, e se ela serve para designar a parte pelo todo, a expressão deve ser abandonada em prol da história feita com testemunhas”. (VOLDAN, 2006, p. 34).

Trebitch (1994), pesquisador do *Institut d’ Histoire du Temps Présent* (IHTP), do CNRS, Paris, ancorado em Louis Starr, discorre sobre as incertezas

epistemológicas da “*história oral*” com a seguinte definição: “*mais do que uma ferramenta, e menos que uma disciplina*” (TREBITSCH, 1994, p. 19).

Sobre a pesquisa qualitativa: um breve diálogo

Esse breve diálogo se propõe a uma discussão sobre as pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa cujos pesquisadores buscam compreender dados da realidade dos sujeitos investigados, os quais não podem ser quantificados. De acordo com Minayo (2007) por considerar que trabalham com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo, das relações e dos processos dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Nessa direção, a pesquisa pode ser considerada como uma viagem bastante longa, empreendida por um sujeito que a transforma num relato dos lugares muitas vezes já visitados, mas que são (re) visitados com outros olhares, pois nada é absolutamente original e, assim, é sempre conveniente um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

Preliminarmente, é importante compreender que a pesquisa qualitativa é um termo que não representa algo único ou monolítico, como pode parecer à primeira vista. De modo contrário, o conceito de pesquisa qualitativa requer que os seus pesquisadores lancem mão de outras áreas do saber para construir um estatuto teórico particular.

Nessa perspectiva, a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como uma jornada. Como tal, trata-se de uma experiência relativamente longa, pois há um envolvimento direto com o método, procedimentos, instrumentos, recursos e sujeitos do estudo. Nesse ínterim, a presença do pesquisador em campo se torna um imperativo e os sujeitos da pesquisa tendem a se engajar no processo de pesquisa qualitativa. Uma vez que os sujeitos, indivíduos ou organizações, decidem participar e permitem ser entrevistados e fornecer informações, desencadeia-se uma colaboração. Uma das vantagens que a abordagem qualitativa apresenta é justamente a plasticidade que lhe é inerente. Por outro lado, os métodos e as técnicas quantitativas transmitem uma impressão de engessamento. As metodologias qualitativas oferecem ao pesquisador uma sensação de liberdade que, por sua vez, traz como risco a possibilidade de displicência metodológica no decorrer da investigação. Essa liberdade é geralmente interpretada pelos críticos como falta de rigor científico.

Howard Becker (1999) defende tal liberdade ao extremo, optando por um modelo artesanal de ciência. Para ele, todo pesquisador, a exemplo dos clássicos, Marx, Durkheim e Weber, deve ser também um metodólogo. Afirma que “*os sociólogos deveriam se sentir livres para inventar os métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo*” (BECKER, 1999, p. 12). O trabalhador, produzindo suas teorias e seus métodos, contemplaria aspectos singulares e variações locais do fenômeno investigado que as metodologias sugeridas nos livros e nos manuais não conseguem captar por serem genéricas.

O cerceamento da liberdade pelos métodos quantitativos tem como uma de suas características o controle da intuição através da formalização. Nas metodologias qualitativas, apesar disso, a intuição ganha um papel central. Robert Nisbet (2000), ressaltando a importância da imaginação e da intuição na pesquisa sociológica, afirma que muitos dos procedimentos intelectuais da sociologia clássica aproximam o sociólogo mais do artista do que do cientista social, preso a regras inflexíveis. Entretanto, aqueles que ainda acreditam ser possível a neutralidade e, conseqüentemente, a objetividade absoluta no processo de construção do conhecimento científico, interpretam como falhas imperdoáveis o que foi apresentado até aqui como as vantagens oferecidas pelas metodologias qualitativas.

Segundo Melucci (2005), as ciências sociais abandonaram uma perspectiva metodológica monista, própria das ciências naturais, e se abriram para uma concepção pluralista. No entanto, essa abertura não ocorreu sem dificuldades. E apesar do êxito que a pesquisa qualitativa tem alcançado, não faltam críticas que colocam sob suspeita sua validade científica. As críticas mais contundentes são: a falta de representatividade, a predominância da subjetividade no processo investigativo e a falta de critérios rígidos na coleta e na análise dos dados.

O problema da representatividade seria decorrente daquilo que Weber (1982) indica como uma prerrogativa da perspectiva interpretativista. Segundo ele,

[...] todo conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será “essencial” no sentido de “digno de ser conhecido” (WEBER, 1982, p. 88).

A crítica se fundamenta no fato de que a pesquisa qualitativa, necessariamente, trabalha com unidades sociais. Ela precisa escolher um fragmento da realidade como sendo representativo dessa realidade. A questão seria como saber se o fragmento escolhido tipifica bem o fenômeno social que o pesquisador busca compreender? Vinculada a essa questão está a dúvida sobre a possibilidade de generalização. Sem a certeza de que o fragmento da realidade seja representativo, conseqüentemente, a validade da interpretação fica comprometida. Ora, sem a possibilidade mínima que seja de generalização, o trabalho não tem valor científico.

O segundo problema, que não está de forma alguma separado do primeiro, seria a predominância da subjetividade no processo investigativo. A proximidade do sujeito epistêmico com seu objeto comprometeria todo o processo de pesquisa, desde a escolha da unidade que seria representativa do todo, até a análise dos dados. Embora o debate acerca da neutralidade e da objetividade esteja ganhando a alcunha de ultrapassado, o excesso de liberdade promovido pelas metodologias qualitativas colocaria em xeque o valor científico do conhecimento produzido com seus métodos e suas técnicas. Para os críticos mais dogmáticos, tal conhecimento não seria nada além de especulação. Pois esses críticos apontam a falta de critérios rígidos na coleta e na análise dos dados. Desse modo, ao mesmo tempo em que a pesquisa qualitativa permite um aprofundamento por meio da imersão do pesquisador na realidade que ele deseja compreender, esse processo é sempre limitado, já que ele deve escolher entre os inúmeros aspectos sociais daquela realidade, aqueles que seriam mais relevantes para sua análise. Como os critérios dessa escolha são subjetivos, isso poderia acarretar num enviesamento do trabalho. Além disso, esse tipo de pesquisa gera uma grande profusão de dados, o que dificultaria a sistematização e análise deles. Tendo em vista todas as críticas e os problemas apontados, não podemos, em defesa da pesquisa qualitativa, incorrer no erro ingênuo de acreditar que existam métodos infalíveis e que seria possível alcançar verdades absolutas, especialmente, no contexto das ações e relações sociais.

Como foi colocado, o objeto de investigação da sociologia é complexo e dinâmico e é, justamente, a complexidade do objeto que demanda uma diversidade de métodos. Entretanto, tal diversidade redundaria em um relativismo para o qual, de acordo com Melucci (2005), não existe saída absoluta. Se os defensores das metodologias qualitativas são recorrentemente confrontados com os limites desse tipo de abordagem, recebem também, em grande medida, incentivos oriundos das possibilidades que elas apresentam. Vale ressaltar que,

pesquisa com abordagem qualitativa apresenta uma plasticidade que lhe é inerente; enquanto que pesquisa que utiliza o método ou a técnica quantitativa, uma impressão de engessamento, pois a primeira traz a sensação de liberdade, embora esta liberdade seja interpretada pelos críticos como falta de rigor científico. A pesquisa com abordagem qualitativa se distingue também pela maneira de aproximar sujeito e objeto, partindo do princípio de que ambos pertencem à mesma natureza (MINAYO e SANCHES 1993).

De acordo com Minayo (2007), ao complementarmos o aspecto qualitativo do objeto estamos considerando-o como sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados, sendo que esse objeto encontra-se em constante transformação.

Esse objeto, que é sujeito, se recusa peremptoriamente a se revelar apenas nos números ou a se igualar com sua própria aparência. De modo que coloca ao estudioso o dilema de contentar-se com a problematização do produto humano objetivado ou de ir à busca também dos significados da ação humana que constrói a história (MINAYO 2007).

Minayo (2007) frisa que o objeto é histórico, possui uma consciência histórica e mantém uma identidade com o sujeito das investigações. Afirma que o objeto é algo complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação. Portanto, a sua construção é feita por meio de retoques sucessivos condizentes com a proposta teórico-metodológica adotada. De acordo com Chizzotti (2005), o objeto, na ótica qualitativa, não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam suas ações.

Nesse sentido, ao adotar a abordagem qualitativa, o pesquisador supõe haver uma relação dinâmica entre o mundo real do sujeito, entre o sujeito e o objeto, entre o objeto e a subjetividade do sujeito.

A pesquisa qualitativa propicia que os participantes possam pensar a respeito daquilo que está sendo pesquisado, pois as suas percepções e representações estão presentes e isso valoriza o que os sujeitos têm a dizer. Evidenciar a percepção dos sujeitos é permitir-se entrar em cena com o sujeito da pesquisa, proporcionando uma nova ambiência em que se privilegiam instrumentos que superam o questionário, mas aqueles que incidem apropriadamente na oralidade, como o roteiro.

Outro aspecto vital da pesquisa qualitativa localiza-se na conexão do

sujeito na estrutura, interpretando suas vivências cotidianas. Assim, colocam-se alguns pressupostos que fundamentam a utilização das metodologias qualitativas de pesquisa, a saber:

‘O reconhecimento da singularidade do sujeito’ – entendendo-se que o sujeito é singular podemos reconhecer o caráter de singularidade de cada pesquisa, que deve fundamentar-se no favorecimento das condições para a sua revelação, expressa na oralidade e na contextualidade de sua existência. [...] ‘O reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito’ – as pesquisas qualitativas valorizam conhecer como se processa a experiência social dos sujeitos, superando as reduções pelas percepções apenas circunstanciais, evidenciando o necessário conhecimento do modo de vida, concreto, apreendido como o real vivido pelos sujeitos, apreendidos pelas expressões sobre suas crenças, valores, sentimentos e ainda pela apropriação de suas próprias experiências vivenciadas cotidianamente (MARTINELLI, 1999, p. 22-23).

Por fim, “*O reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social*”, e isso significa “*o viver histórico cotidiano do sujeito e a sua experiência social expressando a sua cultura*” (THOMPSON *apud* MARTINELLI, 1999, p. 24).

Segundo Martinelli (1999, p. 23), “[...] *é em direção a essa experiência social que as pesquisas qualitativas, que se valem da fonte oral, se encaminham, é na busca dos significados de vivências para os sujeitos que se concentram os esforços do pesquisador*”. Não se trata, portanto, de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando.

Com base nessas análises pode-se inferir que a pesquisa qualitativa não se configura pela quantidade de sujeitos que irão prestar os depoimentos. A grande importância, nesse tipo de abordagem, são os significados que os sujeitos buscam desvelar em razão do que se procura com a pesquisa.

Julga-se oportuno lembrar que a pesquisa qualitativa pressupõe também o uso de alguma forma quantitativa, ou seja, que pode haver uma pesquisa qualitativa decorrente de uma quantitativa inicial. No entanto, a opção metodológica da pesquisa deve ser fruto do posicionamento consciente e coerente do próprio pesquisador.

É necessário ressaltar a dimensão política da pesquisa qualitativa, que transforma o pesquisador e os sujeitos pesquisados em sujeitos políticos que se

manifestam de acordo com suas opções políticas, no processo investigativo; o que caracteriza esse tipo de pesquisa como intencional na busca dos objetivos previamente e explicitamente definidos, caracterizados pela busca intencional dos sujeitos.

Nesse sentido, retomam-se alguns aspectos descritos por Martinelli (1999, p. 27) sobre a pesquisa qualitativa, que são de suma importância, pois isto pode significar. O caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências; Quanto à dimensão política desse tipo de pesquisa que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa; Por ser um exercício político, uma construção coletiva, não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão (MARTINELLI, 1999, p. 27).

Após o breve diálogo sobre a pesquisa qualitativa amparada pelas reflexões dos autores que deram o aporte teórico, é necessário tecer algumas considerações sobre conceitos/definições da história oral premente neste estudo. A finalidade de compreender como os autores vão tecendo suas teorias para materializar a metodologia da história oral se faz necessária, pois, na contemporaneidade a história oral assume um lugar de destaque e se legitima no âmbito das ciências humanas e sociais, exatas entre outros campos férteis que se utiliza das pesquisas com esse tipo de método.

Para esse breve diálogo, pesquisar a literatura e privilegiar alguns autores brasileiros e de outros países que se dedicam à metodologia da história nas suas pesquisas significa que o diálogo seja numa perspectiva interdisciplinar. Assim, conhecer a gênese da história oral e como cada um dos autores que irão ancorar esse diálogo a conceitua ou a define diante das várias correntes que permeiam este campo torna-se uma opção metodológica. O método da história oral se configura e/ou representa uma contribuição decisiva ao enriquecimento das experiências sociais ou mesmo do conhecimento adquirido. A história oral possui ainda um significado plural, pois propicia o envolvimento de outro agente além do pesquisador/historiador nessa relação que pode se denominar de dialética.

Assim, a pretensão desse artigo é discutir uma possibilidade de encaminhamento para essa questão a partir da constatação de Amado & Ferreira (2006) de que a escolha do apoio teórico é fundamental. Visto que a História Oral, como todas as outras metodologias, estabelece e ordena procedimentos de

trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa; também as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens; as diferentes maneiras do pesquisador relacionar-se com os entrevistados e as possíveis influências no trabalho – funcionando como ponte entre teoria e prática. Porém, essas autoras não classificam a História Oral unicamente como prática: como metodologia, remete a uma dimensão técnica e uma dimensão teórica. Mas, na área teórica, só é capaz de suscitar questões, jamais solucioná-las: formula as perguntas, porém as respostas têm que ser obtidas em teorias externas, relacionadas à História Oral, porém dela distintas.

São observações importantes porque enfatizam a necessidade de apoio teórico, necessário até mesmo ao se classificar o tipo de pesquisa que utiliza recursos da História Oral. Portanto, em estudos que se dedicam à pesquisa qualitativa, na perspectiva do uso da história oral (enquanto uma técnica, um procedimento ou uma metodologia) se desenvolvem a partir de uma situação bastante natural, visto que é rica em dados que são obtidos na interação entre pesquisadores e pesquisados diante da situação em estudo, tendo em vista que a ênfase se dá mais no processo do que no produto. A preocupação está em mostrar a perspectiva dos sujeitos entrevistados num plano aberto e flexível, de forma a focalizar a realidade complexa, bem como contextualizá-la.

A pesquisa identificada como qualitativa surge inicialmente ancorada pela Antropologia e pela Sociologia, todavia, nas últimas décadas vem abrangendo outras áreas das ciências humanas, dentre as quais a Psicologia, a Educação e a Administração de Empresas. No âmbito das ciências sociais, ao empregarem o método qualitativo, a preocupação dos pesquisadores está mais voltada para o processo social do que para a estrutura social, pois buscam visualizar o contexto. Na medida do possível buscam uma integração empática com o processo/objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno.

Godoy (1995, p. 21) aponta a existência de pelo menos três diferentes modalidades oferecidas pela abordagem qualitativa, quais sejam, “[...] a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia”. Por outro lado, Demo (1986) ao tratar da pesquisa qualitativa aponta os critérios internos que podem ser descritos como: coerência – discurso logicamente construído; consistência – qualidade argumentativa do discurso; - originalidade – contribuição do conhecimento; objetivação – abordagem teórica metodológica de aproximação da realidade. Para Demo (1986, p. 17), existe um critério externo à cientificidade

que ele chama de “[...] *a intersubjetividade*” que é “[...] *a ingerência de alguns da opinião dominante dos cientistas de determinada época ou lugar de demarcação científica*”. Não obstante, de acordo do Luria (1983 *apud* FREITAS, 2002, p. 23) Marx descreve esse processo, como a investigação qualitativa com a singular expressão: “[...] *ascender o concreto*”.

Para Bakhtin (1985 *apud* Freitas, 2002) não é possível compreender o homem, sua vida, seu trabalho, suas lutas, senão por meio de textos signos criados ou por criar. Nesse sentido o homem não pode ser estudado como um fenômeno da natureza, como coisa. A ação física do homem precisa ser compreendida como um ato, porém, este ato não pode ser compreendido fora de sua expressão “*sígnica*”, que é por nós recriada.

Não perguntamos à natureza e a natureza não nos contesta. Perguntamos a nós mesmos e organizamos de uma maneira determinada a observação ou o experimento para obter a resposta. Estudando o homem em todas as partes buscamos e encontramos signos e tratamos de compreender seu significado (BAKHTIN, 1985 apud FREITAS, 2002, p. 24).

Nas ciências humanas, portanto, ao se trabalhar com a interpretação das estruturas simbólicas, faz-se necessário ir à infinitude dos sentidos simbólicos. E é por isso que não se pode pretender, nas ciências humanas, chegar à cientificidade própria das ciências exatas. Essa interpretação dos sentidos é profundamente cognoscitiva: “*há que se reconhecer que a simbologia não é uma forma não científica do conhecimento, senão uma forma outra do conhecimento que tem suas leis internas e seus critérios de exatidão*” (BAKHTIN, 1985 *apud* FREITAS, 2002, p. 24)

Nas ciências exatas, o pesquisador encontra-se diante de um objeto mudo que precisa ser contemplado para ser conhecido. O pesquisador estuda esse objeto e fala sobre ele ou dele. Está numa posição em que fala desse objeto, mas não com ele, adotando, portanto, uma postura monológica. Já nas ciências humanas, seu objeto de estudo é o homem, “*ser expressivo e falante*”. Diante dele, o pesquisador não pode se limitar ao ato contemplativo, pois se encontra perante um sujeito que tem voz, e não pode apenas contemplá-lo, mas tem de falar com ele, estabelecer um diálogo com ele. Inverte-se, desta maneira, toda a situação, que passa de uma interação sujeito-objeto para uma relação entre sujeitos. De uma orientação monológica passa-se a uma perspectiva dialógica. Isso muda tudo em relação à pesquisa, uma vez que investigador e investigado são dois sujeitos em interação. O homem não pode ser apenas objeto de uma

explicação, produto de uma só consciência, de um só sujeito, mas deve ser também compreendido, processo esse que supõe duas consciências, dois sujeitos, portanto, dialógico.

Destarte, as ciências exatas representam uma forma monológica do conhecimento: o intelecto contempla a coisa e se expressa sobre ela. Aqui somente existe um sujeito, o cognoscitivo (contemplativo) e falante (enunciador). O que se lhe opõe é tão-somente uma coisa sem voz. Qualquer objeto do conhecimento (inclusive o homem) pode ser percebido e compreendido como coisa. Porém um sujeito como tal não pode ser percebido nem estudado como coisa, uma vez que sendo sujeito, não pode se continua sendo sujeito, permanecer sem voz; portanto seu conhecimento só pode ter caráter dialógico (BAKHTIN, 1985 *apud* FREITAS (2002).

Considerações finais: algumas palavras

Ao discorrer sobre a gênese da história oral, e ainda na busca de definições/conceitos, o presente artigo não exaure todos os autores que têm se debruçado para o estudo teórico da história oral, como metodologia, técnica, procedimento, recurso entre outros da pesquisa. Pelo contrário, deparei-me com uma gama incomensurável de títulos que foram publicados, muitos esgotados, tal a procura por esse tipo de literatura que vem invadindo não apenas o meio acadêmico, mas também de pessoas que são atraídas e fascinadas por esse tipo de literatura.

Por outro lado, a história oral vem alcançando não somente as áreas das ciências sociais e humanas, mas está se infiltrando nas demais áreas do conhecimento. Percorrendo as suas origens verifiquei a sua jovialidade, colocando-a na posição da moderna história oral. Do ponto de vista dos conceitos, observam-se divergências e convergências, mas todos os autores que apoiam esse texto além de outros que não estão citados e discutem com propriedade a história oral, partilham da ideia de uma metodologia que vem se consagrando no mundo contemporâneo enquanto um suporte inestimável de resgate da memória, envolvendo não apenas pessoas notáveis, mas também, possibilitando escuta apurada para todos aqueles cujos pesquisadores, pretendem direcionar seus projetos de pesquisa.

A pesquisa qualitativa tem sido privilegiada no âmbito das ciências sociais e humanas, pois relaciona o pensamento e a base material, ou seja, a ação de sujeitos históricos e as determinações que os condicionam, o mundo objetivo

e a subjetividade dos sujeitos pesquisados. Tal forma de abordagem cada vez mais valorizada justifica-se, acredito, para aqueles pesquisadores que trabalham com o universo de significados, representações, crenças, valores, atitudes, o que permite a compreensão da realidade humana vivida socialmente.

Assim, ancoro-me nas brilhantes palavras de Thompson (2002), ao enfatizar que,

Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar a subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta. Se assim é, porque não aproveitar essa oportunidade que só nós temos entre os historiadores, e fazer nossos informantes se acomodarem relaxados no divã, e, como psicanalistas, sorver em seus inconscientes, extrair os mais profundos de seus segredos? (THOMPSON, 2002, p. 197).

Mas para isso, acrescenta-se, o pesquisador deve possuir sensibilidade, e acima de tudo estabelecer uma relação de confiança e respeito mútuos, para que não necessite induzir o entrevistado a respostas que apenas o pesquisador deseja ouvir. Portanto, é essencial que a questão da ética esteja permeando a relação a partir da abordagem preliminar.

Referências

- ALBERTI, Verena. O acervo de história oral do CPDOC: trajetória de sua constituição. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. 18p.
- _____. Fontes orais: histórias dentro da história. In: PINNSKY, Carla Bassanezzi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CAMARGO, Aspásia. História Oral e Política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. **História oral: teoria e técnica**. Florianópolis, UFSC, 1978.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- DELGADO, Lucila de Almeida. Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas,

1986.

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL In: **Revista de história oral**, nº 1, 1998, p. 14.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

_____.; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 21-39, julho/ 2002.

GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática: de um inventário a uma regulação. In: **Zetetiké**, CEMPEM-Unicamp, Campinas, v.11, n.19, p. 9-55, 2003. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/MATEMATICA/Artigo_Vicente5.pdf. Acesso em: 19/abr./ 2016.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n. 3, 1995, p. 20-29.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 50 anos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996a. – (Série eventos).

_____. A palavra do outro: uso e ética. Comunicação apresentada no **XX Encontro Anual da ANPOCS** Caxambu, outubro de 1996b. Disponível em: portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc...gid... Acesso em 24/nov./2015

_____.; et al. **História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU**. São Paulo: Humanitas, 1998.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (ORG.), **Pesquisa qualitativa** – um instigante desafio. Núcleos de Pesquisa 1. São Paulo: Veras, 1999.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

_____.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? In: **Saúde pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

- _____. Ciência, técnica e arte: o desafio da ciência social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007 (Coleção Temas Sociais).
- NISBET, A. Robert. A sociologia como uma forma de arte. In: **Revista Plural**. São Paulo: n° 7, USP, p. 111-130, 1° sem/2000.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica: Dea Ribeiro Fanelon. In: **Proj. História**, São Paulo (14), fev. 1997, p. 25-39.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 3ª Edição, 2002.
- TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. Tradução de Monique Augras. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- VOLDAN, Daniele. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org.) In: **Weber – sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1982.

A dialogue on oral history: limits or possibilities of qualitative research?

ABSTRACT

The article debates oral history, its genesis and application from a methodological point of view. Ethical aspects permeate not only the qualitative research since the choice of the study subject, its methodological delimitations, the analyses of the results, but also researcher's commitment to the understanding of the obtained information. The incommensurable wealth of oral history's methodology acknowledges the importance of individuals and their biographical information, especially for the construction and reconstruction of individuals' life trajectories. Oral history allows historians to register facts that explain present time situations and, in the contemporaneity, it assumes a prominence place in social sciences which produces a positive methodological scenario towards reliability and validity.

Keywords: Oral history, methodology, qualitative research, ethics.